



DENIS BERNARDES

RECIFE, O CARANGUEJO
E O VIADUTO



**RECIFE,
O CARANGUEJO E O VIADUTO**

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora UFPE: Prof^a Maria José de Matos Luna

Comissão Editorial

Presidente: Prof^a Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covaleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas

DENIS BERNARDES

**RECIFE,
O CARANGUEJO
E O VIADUTO**

Editora
Universitária  UFPE

RECIFE, 2013

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e vídeográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Projeto gráfico: *Gilberto Santos*

Revisão: *Flávio Emmanuel Pereira Gonzalez*

Impressão e acabamento: *Editora Universitária*

Editora associada à



Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

B518r Bernardes, Denis, 1947-2012.
 Recife, o caranguejo e o viaduto / Denis Bernardes. – 2. ed. –
 Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.
 194 p. : il. – (Coleção Nordestina).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-415-0261-0

(broch.)

1. Recife (PE) – Condições sociais. 2. Recife (PE) – História.
3. Urbanização – Recife. I. Título.

306 CDD (23.ed.)

UFPE

(BC 2013-111)

Dedicatória

Na lembrança de lições, talvez nem sempre bem aproveitadas, mas nunca esquecidas, dedico este livro aos professores: Célia Freire de Aquino Fonseca, Enilda Regina Silva, Gadiel Perruci, José Antônio Gonsalves de Mello, José Hesketh Lavareda, Maria Antônia Amazonas MacDowell e Maria de Lourdes Lima Ramos.

PREFÁCIO

O PRINCIPAL objetivo da reedição deste livro é prestar uma homenagem póstuma ao nosso querido e inesquecível Professor e amigo Denis Bernardes. Homem de muitas ideias e de muita ação, o que o qualifica dentro de um equilíbrio que não é fácil ter e que nem todos possuem.

Incansável leitor e pesquisador, o seu último texto pedimos-lhe quando já estava doente, mas não se negou a atender. Atendendo ao nosso pedido, Denis produziu seu último escrito, do qual transcrevemos um trecho abaixo, elaborado por ocasião do levantamento da *Comissão de Verdade e Justiça*, que averiguava, na ocasião, o crime do padre Henrique, trucidado no *campus* universitário da UFPE.

Denis Bernardes registra seu testemunho sobre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, um jovem padre da Arquidiocese de Olinda e Recife, ligado ao arcebispo Dom Hélder Câmara, um dos nomes mais expressivos da Igreja Católica nos tempos da repressão militar brasileira. Padre Henrique seguia com sua missão junto à juventude estudantil pernambucana quando o destino cruel o colocou na história do país. De jovem padre, passou a mártir da Ditadura, regime do qual foi vítima em 1969, poucos meses após a implantação do rigoroso Ato Institucional nº 5 – o AI-5.

Era manhã do dia 27 de março daquele ano quando o corpo do padre foi encontrado largado na Cidade Universitária. As marcas eram de um assassinato brutal: hematomas por todo o corpo, rosto desfigurado, tiros na cabeça, cordas no pescoço, sinais de facadas. Um retrato sombrio da tortura. A revelação de um regime político de recessão que não poupou nem mesmo a Igreja.

Em 1986, depois de quase 20 anos de processo, o caso do padre foi arquivado por falta de provas, apesar de as evidências apontarem para um crime de cunho político, bem comum nos porões da Ditadura. Naquele tempo, qualquer “ameaça” ao governo era perseguida, arrastada e eliminada. Foi assim com padre Henrique, que, de acordo com pesquisadores e pessoas que conviveram com ele na época, representava um incômodo ao regime, sempre a postos para combater a politização da Igreja.

A despeito dessa tentativa, a sua morte fez o movimento político contra a Ditadura em Pernambuco se intensificar, apesar das perseguições à família do padre e a estudantes ligados a ele. Logo após seu assassinato, o pai dele foi preso e interrogado por cinco horas, e um dos seus irmãos, perseguido. Enquanto isso, sua família recebia ameaças de todo tipo. O historiador Diogo Cunha explica que sua missão não era exatamente política, de enfrentamento ao regime, mas assim foi vista, porque trabalhava junto a jovens e, sobretudo, porque estava ligado a Dom Hélder. Eram tempos de Ditadura e revolução estudantil, mas sua missão, segundo Cunha, era aproximar a família, promover união e harmonia entre pais e filhos.

Em uma das passagens do livro *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto*, Diogo Cunha expressa-se também em outro sentido, a partir da fala do padre Romano Zufferey, outra personagem importante do movimento político católico da época. Ele diz que o padre Henrique fora assassinado “por sua tentativa de libertar o povo, através da pregação de um evangelho autêntico”.

Assim escreveu Denis Bernardes, no último texto de sua vida, sobre o assassinato do religioso, em colaboração ao livro *Padre Henrique: dissimulações do regime militar de 64* (organização de Isairas Pereira Padovan e outros):

A notícia de sua morte – estava no 11º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE para assistir aulas no Departamento de História – foi um choque que jamais esqueceremos. O AI-5 fazia sua ação, liberando não apenas os porões da ditadura, mas todos os que a ela se aliavam de maneira mais explícita e com algum poder.

Logo correu a notícia de que o velório seria na Matriz do Espinheiro e para lá todos corremos. Reconhecíamos amigos e víamos os inimigos, mostrando mais ou menos discretamente seus revólveres, a Igreja já cercada. Todos a dizer: sejam comportados, estamos aqui para defender a ordem, a ação do Estado e a democracia...

Foram o velório, a marcha para o cemitério ao longo da Avenida Caxangá, as diversas paradas para descanso e para conter a ação da polícia, que exigia a retirada de cartazes, o episódio político mais dramático vivido em toda a minha vida.

Com o tempo, tudo isso passou a ser relatado à medida que a repressão ia sofrendo reveses e os poucos relatos da imprensa censurada da época passavam a deixar ver com clareza o que havia ocorrido.

O relato feito por Diogo Cunha, “Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto”, é hoje peça essencial para conhecer tudo o que foi feito para esconder uma verdade de todos já sabida. A instalação da Comissão da Verdade, tanto a nacional, quanto a estadual, o livro de Lurildo Ribeiro Saraiva, “Água Braba”, novas revisões jurídicas, tudo indica que as responsabilidades por este crime serão conhecidas e reveladas.

A verdade existia desde muito tempo, neste e em outros episódios de tortura, dor e sangue, para preservar a mentira de que a ditadura fora feita para garantir a democracia.

Ao longo de todo o percurso entre a Matriz do Espinheiro e o Cemitério da Várzea, ao confrontar nossa impotência diante dos assassinos de padre Antônio Henrique Pereira Neto, que nos olhavam com desdém e desprezo, eu pensava que haveria um dia no qual a palavra seria nossa.

Denis Bernardes dedicou toda a sua vida acadêmica à UFPE, onde iniciou a sua formação de historiador e onde era professor desde 1975. Lecionou e pesquisou no Departamento de Economia e, posteriormente, no Departamento de Serviço Social. Fez o mestrado na França e o doutorado em História Social na Universidade de São Paulo. Em suas mais recentes pesquisas, vinha se dedicando à relação entre memória, informação e sociedade. Ele era editor da *Revista Estudos Universitários da UFPE*.

Denis pesquisava a fundo, nos arquivos e bibliotecas, a história política do Brasil no século XIX, principalmente a relacionada ao período próximo à Independência (Revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824), detendo-se na constitucionalidade, na imprensa da época e num personagem em particular: Frei Caneca. Desses estudos, surgiram os seus livros *Um Império entre Repúblicas*, lançado pela Editora Global, em 1983, e *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, publicado em 2006 pela Editora Universitária da UFPE. Porém, apesar de ser um intelectual preocupado com temas como o Liberalismo e a cidade do Recife, o professor também enveredava por assuntos culturais, tendo um desses trabalhos resultado no livro *Recife, o Caranguejo e o Viaduto*, cuja primeira edição foi publicada pela Editora Universitária da UFPE, em 1996.

Na Fundação Joaquim Nabuco, Denis teve uma atuação destacada, participando de diversos seminários promovidos pelas Diretorias de Pesquisa Social e de Documentação, seja como conferencista ou palestrante. Foi amigo

e discípulo do antigo diretor do Centro de Estudos e Pesquisa da História Brasileira (Cehibra), e também historiador, Manuel Correia de Andrade, falecido em 2007, com quem colaborou em algumas pesquisas.

A preocupação de Denis Bernardes de registrar em livro uma releitura das origens do Recife a partir da sua formação histórico-social como cidade é agora homenageada com a segunda edição de *Recife, o Caranguejo e o Viaduto*, publicada desta feita pela Editora Universitária como título da *Coleção Nordestina*. E não poderia ser de forma diferente, pois, assim, a figura de Denis Bernardes passa a estar ao lado de grandes nomes que também tiveram títulos lançados na mesma coleção pela EdUFPE, tais como: Joaquim Nabuco (*A Abolição e a República*); Frei Caneca (*Acusação e Defesa*); Afonso Luiz Piloto Bento Teyxeyra (*Naufrágio & Prosopopeia*); Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro (*Nossa Senhora dos Guararapes*); Manuel Correia de Andrade (*Economia Pernambucana no Século XVI*); José Antônio Gonsalves de Mello (*Da Inquisição ao Império*); Francisco Julião (*Cachaça: contos*); Miguel Arraes (*O Brasil, o Povo e o Poder*); Nelson Chaves (*O Homem Além do Tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*); Luiz Delgado (*Gestos e Vozes de Pernambuco*); Nelson Furtado (*A Pré-Revolução Brasileira*); Luís de Magalhães Melo (*Universidade e Democracia*); Joel Pontes (*Teatro de Anchieta*); e Clóvis Beviláqua (*História da Faculdade de Direito do Recife*).

E, agora, Denis Bernardes, você estará sempre presente entre nós, representado em uma das coleções que você considerava como mais relevantes, a *Coleção Nordestina*.

A você, Denis, a nossa reverência e o nosso muito obrigado.

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Reitor da UFPE

Maria José de Matos Luna

Diretora da Editora Universitária da UFPE

Ao leitor

REÚNO, neste livro, vários textos, escritos em ocasiões diversas, mas todos voltados para um tema comum: a formação histórico-social da cidade do Recife.

Distantes no tempo de suas respectivas redações, surgidos por motivações diversas, une-os o objeto de que se ocupam e por isso parece justificado reuni-los em volume, tanto mais que até agora tiveram precária ou incompleta divulgação.

Classifico-os como notas ou ensaios, que não visam, evidentemente, esgotar os vários aspectos tratados, mas, sim, apontar alguns elementos básicos na formação histórica do Recife.

Neste sentido, podem ser úteis, inclusive dada a ausência de síntese sobre a cidade do Recife. Contamos com bons estudos sobre determinados períodos, como por exemplo, *Tempo dos Flamengos*, de José Antônio Gonsalves de Mello, ou a rica cartografia reunida por José Luiz da Mota Menezes; ou ainda trabalhos como os de Gilberto Freyre, Manoel Correia de Andrade, Waldemar Valente, Josué de Castro, Mario Lacerda de Melo, Cátia Lubambo, Virgínia Pernambucano de Mello, Ulysses Pernambucano de Mello, Antonio Leonardo Dantas Rezende, Flávio Weinstein, Rita de Cássia Barbosa de Araújo, Antônio Torres Montenegro; e muitos outros. Mas o Recife continua sem uma obra de referência para o conjunto da sua história.

Esta lacuna não será suprida aqui, mas espero que estas notas possam ter o mérito de suscitar algum interesse, contribuindo para um melhor conhecimento do Recife e para que se alargue e se fortaleça, no seu cotidiano, uma cada vez mais ativa cidadania.

Todos os textos vão aqui reproduzidos sem maiores alterações, deixando, assim, melhor marcado o momento em que foram redigidos. Muitos deles beneficiaram-se de discussões que os enriqueceram, sendo, no entanto, a responsabilidade final de forma e conteúdo inteiramente do autor. Há uma exceção que, apesar de assinalada em nota própria, deve ser aqui reafirmada.

Trata-se do texto *O caranguejo e o viaduto*, escrito há mais de uma década em parceria direta com Gadiel Perruci, sendo que registro seu nome mais do que como um coautor do mesmo. Neste trabalho, reconheço-me um colaborador, mas é com sua plena concordância que ele vai aqui publicado.

No mais, quero registrar minha satisfação em receber a acolhida da Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, ela também uma parte significativa da história do Recife.

Denis Bernardes

1. Para reler o Recife e suas origens *

POVOAÇÃO portuária, estreitamente ligada à economia rural voltada para o mercado externo, Recife recebeu a marca desta vinculação na maneira mesma pela qual orientou sua expansão física e definiu seus eixos de comunicação coma área agrícola¹. Desta vinculação receberia uma parte importante do dinamismo econômico que alimentou o seu próprio crescimento e muito dos limites de ordem social e política decorrente da projeção, no espaço urbano, da estrutura agrária com sua correspondente organização social, concentração de renda e de poder. Seus arrabaldes, durante muito tempo, foram terras de engenhos, como a materializar no seu espaço, na quase indefinição dos seus limites, sua dependência, mais que econômica, da zona agrícola. Contudo, dispunha das condições de se apropriar de parte da renda gerada no setor agrícola, o que lhe permitia ampliar, no seu interior, a divisão social do trabalho, reforçando desta forma os fatores de sua diferenciação e domínio comercial sobre aquele setor.

A ocupação do sítio onde se assentaria o núcleo inicial do Recife deve-se às condições naturais favoráveis à existência de um porto, elemento essencial em uma economia colonial produtora e exportadora de

* Texto originalmente publicado em: REZENDE, Antônio Paulo (Org.). **Recife: que História é essa?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. p. 17-36.

¹ CARDOZO Joaquim. Observações em torno da história da Cidade do Recife no período Holandês. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 4, 1940 (apud MELLO, José Antônio Gonçalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1976, p. 17).

bens primários e importadora de bens manufaturados.² Como já foi observado, “formou-se sobre as areias da aldeia conhecida pelo nome de **O POVO** ou a *Povoação dos Arrecifes*, ou ainda, *Ribeira Marinha dos Arrecifes*. Povoação criada para servir o porto e, portanto, como uma consequência direta de sua atividade específica, com sua vida e seu futuro indissolivelmente ligados à vida do porto”.³

Esta povoação, “porta de entrada da capitania”, situada a cerca de uma légua de Olinda, parece só ter história a partir do momento em que foi ocupada pelos holandeses.⁴

Estudada sob um ponto de vista geográfico, ainda que de geografia humana, ou simplesmente referida na sua singela existência de povoação de pescadores, de homens do mar e de local onde se erguiam alguns trapiches e armazéns, tudo, ou quase tudo, se explicaria pela existência da cadeia de recifes, ao propiciar a existência de um abrigo seguro para os navios que mantinham as ligações entre a colônia e a metrópole.

Ainda que o Recife – no período compreendido entre 1537, quando aparece “a mais antiga referência ao sítio do Recife, com a designação que lhe ficou para sempre”⁵, e 1631, quando os holandeses decidem abandonar Olinda para se instalar entre seus mangues e areais – fosse

² REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 38-39; SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 272.

³ CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da Cidade do Recife**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 32.

⁴ GUERRA, Flávio. **Arrecife de Sam Miguel**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1954, p. 17. A identificação do Arrecife de Sam Miguel com o Arrecife dos Navios procede de uma incorreção na leitura do Diário da Navegação, de Pero Lopes de Sousa, conforme esclarece José Antônio Gonsalves de Mello, e vem citado em: CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1977, p. 41.

Uma útil *Bibliografia sobre o Recife* foi publicada pela professora Fernanda Ivo na **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Pernambuco**. Recife, v. 1, fase 2, p. 139-196, 1970.

⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. O Chamado Foral de Olinda, de 1537. **Revista do Arquivo Público**, Recife, n. 13, p. 48, dezembro de 1974.

apenas um povoado de pescadores, um temporário abrigo de marinheiros e de mercadorias, é forçoso supor que deveria contar com o mínimo de construções capazes de responder a tais finalidades. Construções que significavam investimentos públicos ou privados e que, em qualquer dos casos, integravam o processo de acumulação mercantil, no interior mesmo da colônia, embora indissociável do quadro mais amplo do sistema colonial.

A área onde se desenvolveria a povoação dos Arrecifes estava submetida às mesmas regras que todas as demais no que tange ao acesso à propriedade e uso do solo. Ou seja, dependia, inicialmente, da doação donatorial para que se efetivassem com pleno direito. Isto significa que, dada a preexistente estrutura social metropolitana, nem todo colono podia pretendê-la em igualdade de condições, instaurando-se, assim, no incipiente espaço urbano, toda uma hierarquia de funções, de condições de fortuna, de oportunidades de ganho. Como parte do território da Capitania de Pernambuco, o sítio do Recife aparece entre as terras cujo uso e delimitações iniciais constariam do chamado *Foral de Olinda de 1537*. Ao determinar quais áreas seriam de posse e uso do Conselho (a Câmara de Olinda) e quais seriam de uso do povo de Olinda, diz o donatário: “(§4º). A ribeira do mar até o arrecife dos navios, com suas praias, até o varadouro da galeota, subindo pelo Beberibe arriba, até onde faz um esteiro que está por detrás da roça de Brás Pires, conjunta com outras de Rodrigo Álvares, tudo isto será para serviço da vila e povo dela, e daí para riba tudo o que puder ser demais dos mangues, pela várzea e pelo rio arriba é da serventia do Conselho”⁶. Não insistiremos aqui sobre a referência ao *arrecife dos navios*, registrando como as condições naturais marcariam, desde logo, a função portuária do povoado⁷. Interessa-nos

⁶ Ibid., p. 47-48.

⁷ Robert Southey (em *História do Brasil*. 3. ed. brasileira. São Paulo: Obelisco, 1965. v. 2, p. 135) sintetizou muito bem esta relação entre as condições naturais, a existência do porto

destacar outros elementos presentes neste parágrafo do Foral. Os mesmos dizem respeito ao fato da incorporação da área do Recife à jurisdição da Câmara de Olinda e à preocupação do donatário em delimitar áreas de uso e controle públicos, “para serviço da vila e povo dela”, o que aliás, fará ainda em outros parágrafos do Foral⁸.

Ao tratar ainda da delimitação de espaços destinados ao uso coletivo, o Foral contém mais duas indicações sobre áreas que terminariam por fazer parte do território da futura cidade do Recife: “(§ 9º) todos os mangues ao redor desta vila, que estão ao longo do rio Beberibe, assim para baixo como para cima, até onde tiver terra de arvoredo e roças ou fazendas pelo Senhor Governador, todos os ditos mangues serão para serviço da dita vila e povo, e *assim os dos rio dos Cedros e ilha do porto dos navios*. (§ 10º) Os varadouros que estão dentro do recife dos navios e os que estiverem pelo rio arriba dos Cedros e do Beberibe e todo varadouro que se achar ao redor da vila e terreno dela serão para serviço seu e do seu povo”⁹.

Historicamente estas indicações são preciosas, não só porque estão entre aquelas que balizam o reconhecimento e a delimitação do espaço do Recife em sua fase primitiva, mas porque indicam que, de uma forma ou

e o crescimento do Recife: “Crescera porque entre o recife de areia e outro que era de penedia, havia um porto cômodo e seguro”.

⁸ Esta intenção inicial, a prolongar no Novo Mundo a continuidade de direitos coletivos costumeiros, não teve, infelizmente, condições de se consolidar e mesmo aquelas áreas que haviam sido expressamente reservadas como constitutivas do patrimônio do Conselho, foram, ao longo do tempo, objeto de apropriação privada, até fazer-se perder a memória do seu uso e destino inicial (MELLO, José Antônio Gonsalves de. art. cit. p. 40).

⁹ No auto da demarcação dos bens doados à Câmara de Olinda (1710), o rio dos Cedros está identificado como sendo “o rio Chamado Capibaribe, que cerca a dita ilha (do Bairro de Santo Antônio) pela banda do sul e deságua pela primeira ponte que vai para os Afogados, por onde entra a maré que cerca parte da ilha”. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. O chamado Foral de Olinda, 1537, cit. p. 53 – “A ilha do porto dos navios – obviamente na proximidade do arrecife ou recife dos navios – todos os testemunhos de 1710 são unânimes em identificá-la com o ‘Bairro de Santo Antônio’” (ibid., p. 53).

de outra, a ocupação do mesmo transcende sua estrita, embora básica, função portuária. E mostram, ainda, que não houve tão somente ocupação da estreita faixa adstrita ao bairro do Recife, embora haja sido este o núcleo propriamente urbano no período inicial da futura cidade¹⁰.

Varadouros e manguezais da planície do Recife incorporavam-se, assim, ao uso dos habitantes de Olinda, fornecendo-lhes lenha e dando-lhes pontos de apoio na utilização dos rios para as comunicações que iam necessariamente sendo estabelecidas entre a Vila, o Povo e as terras de lavoura. Forneceriam, ainda, os mangues os meios de sobrevivência para boa parte da população, que neles encontrava abundância de crustáceos¹¹.

No entanto, seria no bairro do Recife propriamente dito, entre o mar e o rio, que os fatores de atração e fixação dos colonos que vinham se estabelecer atuariam de início com mais vigor¹².

Aí a função portuária seria o fator mais dinâmico da formação da povoação e superaria muitas das condições desfavoráveis ao estabelecimento humano em uma faixa de areia que por certos aspectos lhe era adversa, pois nem tudo apresentava-se como favorável à fixação

¹⁰ Primitivamente, a povoação do Recife compreende a área propriamente portuária, o atualmente chamado Recife Velho. No entanto, o território da futura cidade, fora da sua faixa portuária, já era objeto de menção e cedo passa a ser objeto de posse e uso, como indicado – No citado rio dos Cedros “Jerônimo de Albuquerque recebeu em data não conhecida uma légua de terras de Sesmaria [...] partilhadas depois de sua morte entre seus filhos” – José Antônio Gonçalves de Mello, “O Chamado Foral de Olinda” [...] cit. p. 53.

¹¹ “[...] este esteiro e limite do arrecife é muito farto de peixe de redes que por aqui pescam e do marisco.” (SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil (1587)**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1971 (Brasiliense, 117). p. 57). “Acham-se também na terra diferentes castas de caranguejos, que são verdadeiro sustento dos pobres que vivem nela, e dos índios naturais e escravos de Guiné, pela muita abundância que há deles, e pouco trabalho que dão em se deixarem tomar.” (MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. 2. ed. integral. Recife: UFPE, 1966. p. 168). “O chamado Foral de Olinda” cit. p. 52.

¹² Uma excelente síntese sobre os fatores geográficos na formação e desenvolvimento do Recife encontra-se em: MELO, Mário Lacerda de. A Cidade do Recife. **Arquivos**, Recife, Nova Série, n. 1, p. 165-186, Prefeitura Municipal do Recife, dez. 1976.

humana inicial nestes areais e manguezais. Havia notadamente a dificuldade de abastecimento alimentar, de abastecimento de água potável e mesmo de lenha, como tempos depois os holandeses fariam a dura comprovação, até romperem o cerco que os impedia de ir além do bairro do Recife¹³. Mas fora de tal situação, tais dificuldades não constituíam obstáculo intransponível e seriam superáveis pela própria fixação do núcleo urbano e o consequente estabelecimento de ligações com as áreas agrícolas mais próximas e, naturalmente, com o próprio comércio com a metrópole. Em suma, a constituição da povoação do Recife como um mercado a tornaria menos dependente de condições naturais que de outra forma limitariam a fixação humana em seu espaço.

As ligações com Olinda e aquelas que o Capibaribe e o Beberibe permitiam com as terras dos engenhos e lavouras asseguravam à população do Recife o acesso aos produtos de que necessitava e que a natureza do seu solo e o caráter de sua ocupação não lhe permitiam produzir. Desta forma, aliás, fortalecia-se a sua função mercantil, lançavam-se as bases de sua hegemonia comercial sobre o setor agrícola e abria-se um campo cada vez maior à aplicação do capital mercantil no próprio espaço urbano, favorecendo sua acumulação e reprodução. Criavam-se igualmente as condições para a existência de camadas sociais propriamente urbanas, ou vinculadas à intermediação entre o setor agrícola e o urbano, tais como canoeiros, jangadeiros, artífices, funcionários, comerciantes, entre outros. Mesmo com todas as limitações de uma sociedade colonial, criava-se um mercado para aqueles produtos não diretamente voltados para o mercado externo, mas necessários para assegurar a existência das populações que a ele estavam mais diretamente

¹³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil. 2. ed. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1978 (Coleção Pernambucana, v. XV). p. 41-42.

ligados. Embora todas essas potencialidades representadas pela fixação de um núcleo urbano no Recife não possam ser exageradas para o período que nos ocupa e só tenham podido se manifestar com mais força posteriormente, não deixaram de estar presentes, constituindo um fator intrínseco da sua própria dinâmica¹⁴.

Espaço de “negócios e de negociantes”, a povoação do Recife foi também, desde cedo, espaço da atuação de funcionários – notadamente daqueles ligados ao controle fiscal – e contou ainda com a presença da Igreja como um dos agentes mais importantes do processo de sua ocupação, da fixação da sua população, da sua expansão, da demarcação dos seus limites e até mesmo da sua conflituosa e por fim vitoriosa relação com a vila e cidade de Olinda, sede do governo da Capitania.

Várias cronistas coloniais descreveram em épocas diversas o Recife, repetindo certas informações – como a referência constante a sua situação

¹⁴ Na relação de Ambrósio de Siqueira (1605) da *Receita e Despesa do Estado do Brasil*, publicada por José Antônio Gonsalves de Mello, na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (vol. XLIX, Recife 1977, p. 123-234), aparecem averbadas despesas com a compra de farinha, carne e peixe salgado para a tropa. Não se referem elas explicitamente a soldados do Recife, mas não invalidam evidentemente a afirmação do texto (cf. p. 145-147 e 149). Um dos primeiros problemas enfrentados pela população do Recife foi o abastecimento d'água. Esta tinha de ser buscada em Olinda, no Varadouro, servindo para tal fim as então potáveis águas do Beberibe. Esta atividade ocupava inúmeras canoas e escravos. Possivelmente garantiu também alguma oportunidade de ganho para livres pobres. A posse de cacimbas no Recife chegou a ser uma das marcas da ocupação do bairro de Santo Antônio, as conhecidas cacimbas de Ambrósio Machado, onde hoje localiza-se o Forte das Cinco Pontas. O acesso às mesmas constituiu objetivo primordial dos holandeses cercados no Recife e custou-lhes duros combates. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. cit. p. 50; COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1982, vol. 2, p. 517-520; MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de. **O Forte das Cinco Pontas**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983, p. 25-26. Na “Vista planisbética, vertical e marítima do areal do S.B.J. (Senhor Bom Jesus) do Recife de Pernambuco”, datada de 1788, aparece um canoa conduzida por indígenas transportando, através do Beberibe, água de Olinda para o Recife. Ver SMITH, Robert C. A Praia da Madeira do Recife. In: _____. **Igrejas, Casas e Móveis: aspectos de arte colonial brasileira**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1979. p. 111-140.

e características naturais – ou acrescentando dados novos, frutos da perspectiva temporal em que se situavam, permitindo-nos acompanhar o crescimento do mesmo e as mudanças que se iam processando.

Em 1587 – cinquenta anos depois do já citado *Foral de Olinda* – Gabriel Soares de Sousa menciona a existência da ermida do Corpo Santo, no bairro do Recife, que diz ser “uma ponta de areia”. Aí “vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, estão alguns armazéns, em que os mercadores agasalham os açúcares e outras mercadorias”¹⁵.

Essa descrição é bastante lacônica e “oculta” vários aspectos subjacentes à ocupação do espaço e à dinâmica da sua formação. A “ponta de areia” parece ser uma terra de ninguém, sem valor, e mesmo a referência aos armazéns aí edificadas minimiza sua importância para o conjunto da atividade econômica da Capitania, que o mesmo Gabriel Soares descreve com tanto detalhe e com franca admiração.

A descrição de Ambrósio Fernandes Brandão, nos seus *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618) concentra-se no porto, nas condições de defesa e no seu movimento: “A barra do seu porto é excelentíssima, guardada de duas fortalezas bem providas de artilharias e soldados, que os defendem; os navios estão surtos da banda de dentro, seguríssimos de qualquer tempo que se levante, posto que muito furioso, porque tem para sua defesa grandíssimos arrecifes, aonde o mar quebra. Sempre se

¹⁵ SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit. p. 57. “No ano de 91 foi criada a vigararia do Corpo Santo, que é no Arrecife [...], vence o vigário dela 35\$ e o tesoureiro 5\$”, Relação de Ambrósio de Siqueira, cit. p. 133 e p. 214/222. Em 1595, corsários ingleses, sob o comando de Lancaster, aos quais se juntariam holandeses e franceses saquearam o Recife, nele permanecendo durante um mês, retirando-se com rica carga, constituída de produtos coloniais, e da “opulenta carga de um galeão da Índia” Cf. LIMA, Manoel de Oliveira. **Pernambuco seu desenvolvimento histórico**. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1978 (Coleção Pernambucana, v. I). p. 31.

acham nele ancorados em qualquer tempo do ano, passante de cento e vinte carregados de açúcares, pau do brasil e algodões”¹⁶.

Alguns anos mais tarde, Frei Vicente do Salvador, cuja *História do Brasil* vai até o ano de 1627, dá uma descrição mais completa da povoação do Recife, refletindo o avanço do processo de ocupação do solo e expansão das atividades mercantis que o acompanhou e promoveu. Em suas palavras, o Recife aparece como “[...] porto principal desta capitania, que é o mais nomeado e frequentado dos navios que todos os mais do Brasil, ao qual se entra pela boca de um recife de pedra [...] está ali uma povoação de duzentos vizinhos com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas e os passos de açúcar que são umas lógeas grandes onde se recolhem os caixões que se embarcam nos navios.

“Esta povoação, que se chama do Recife, está em oito graus, uma légua da vila de Olinda, cabeça desta capitania, aonde se vai por mar e por terra [...] pelo [...] rio [Beberibe] navegam com a maré muitos batéis e os barcos que levam as fazendas ao varadouro da vila, onde está a alfândega”¹⁷.

Frei Vicente do Salvador estranhamente não menciona que a povoação já começava a se expandir em direção ao bairro de Santo Antônio, cuja denominação viria justamente da instalação aí do convento

¹⁶ **Diálogos das Grandezas do Brasil**, cit. p. 27 – Vencimentos de João Barbosa de Almeida, “Capitão da Fortaleza do Arrecife”, estão averbados na cidade “Relação de Ambrósio de Siqueira...” p. 206 – Por ordem do governador-geral Diogo Botelho (1602-08), a guarnição do Forte do Arrecife compunha-se de trinta praças, “Relação...” cit. p. 143 – Antes da invasão holandesa, o Recife contava com quatro fortes, que nesta e outras ocasiões foram de pouca valia. Cf. CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1977. p. 53-56.

¹⁷ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. p. 128.

franciscano terminado por volta de 1613, mas cujo terreno havia sido doado em 1606¹⁸.

Essas descrições da povoação do Recife mostram que sua função portuária atraía uma parte da renda gerada pela economia exportadora, que ficava, assim, aplicada no interior da colônia. A reprodução e ampliação de parte da economia colonial realizavam-se no espaço da povoação do Recife, onde iam localizando-se os armazéns, as casas de negócios, os serviços que atendiam a população vinculada à vida do porto e do povoado. Soldados, clérigos, funcionários também faziam parte da divisão social do trabalho. Armazéns, vendas, tabernas, casas, fortificações, edifícios civis e religiosos, iam marcando a fisionomia urbana, materializando, poderíamos dizer, a estrutura social em formação e a atuação dos diversos grupos sociais que a compunham.

Mas sob que condições jurídicas e econômicas se processou a ocupação do solo? A quem pertenciam as terras de “areia sáfia que não produz fructo nenhum”? Quem investiu na ocupação das mesmas?

No chamado *Foral de Olinda de 1537*, já citado, praias e mangues do *arrecife dos navios*, aparecem como praias e mangues de uso e serventia do povo e do Conselho da Vila de Olinda, mas concessões a título privado foram feitas posteriormente, como era, aliás, da competência do donatário. Concessões que não tardaram a constituir objeto de compra e venda, ou seja, a terra, no caso o solo urbano, no areal improdutivo, adquiriria um valor mercantil, tornava-se também mercadoria. Nesse

¹⁸ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasileiro**. Recife: Assembleia Legislativa do Estado, 1980. Parte segunda, p. 438-439 (fac-símile da ed. de 1859-1861-1862); MUELLER, Frei Bonifácio (O.F.M.). **Convento de Santo Antônio do Recife**. 1. ed. Recife: Ed. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1956. p. 4-5. — Na Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584-1621, Frei Manuel da Ilha, diz ser o Convento de Santo Antônio do Recife habitado por 10 ou 11 religiosos, “conforme as esmolas que lhes são oferecidas para o conveniente sustento”, e encarece da sua importância para o atendimento da população ligada à atividade portuária — Cf. a edição da **Narrativa** feita por Frei Ildefonso Silveira (O.F.M.) (Petrópolis: Vozes, 1975. p. 76-77).

sentido, como já foi mencionado, sua posse e uso estavam submetidos aos mesmos condicionamentos jurídicos, sociais e econômicos que vigoravam para o conjunto do território colonial. A ideia de que só muito tardiamente estabeleceu-se um mercado de terras no Brasil e que, de início, bastava ao colono recém-chegado ocupar a terra e declará-la de sua propriedade não passa de uma idealização histórica, a expressar um tal desconhecimento das preexistentes diferenciações sociais a marcar a vastidão do Novo Mundo. Essas diferenciações estariam igualmente presentes ali, onde, pouco a pouco, iria se desenvolver o Recife e nele tinham por base também o controle sobre o acesso à propriedade.

Na realidade, a composição das fortunas coloniais não ficou restrita à posse de terras de engenhos ou fazendas. Ou, dito de outra forma, aqueles colonos que, desde cedo, tiveram as condições políticas para garantir a propriedade das sesmarias propícias à fundação de engenhos ou ao estabelecimento de fazendas de criação não desdenharam a posse do solo urbano, consolidando suas fortunas também através de investimentos na construção de casas ou outros edifícios, cujo fim era realizar um ganho de puro caráter mercantil. Essa concentração de tipos diversos de propriedade e de atividades econômicas em pessoas e categorias sociais não diferenciadas não deixou de influir na feição sócio-política do espaço urbano, atuando no sentido de frear o processo de sua maior autonomia e tornando-o, de uma forma bastante complexa, tributário do poder cuja base era predominantemente rural¹⁹.

Não afirmamos que todo o espaço urbano tenha sido objeto da posse dos proprietários rurais. Há exemplos da existência de fortunas puramente mercantis e sabemos como a consolidação das mesmas marcou um dos principais conflitos do Brasil Colonial e foi mesmo a base

¹⁹ Ver REIS FILHO, Nestor Goulart. **Op. cit.** (em especial o Cap. I – O sistema social da Colônia).

da autonomia política do Recife. No entanto, é importante assinalar que, nem sempre, havia uma distinção social entre as bases urbanas e rurais das fortunas.

Em 1590, Gaspar Dias, *morador no Recife*, solicitou a posse de “um chão no dito Recife entre a casa em que vive e o passo de Fernão Soarez, nos quais tem feito suas casas”, afirmando “ter beneficiado os ditos chãos”. Felipe Cavalcanti, então governando a capitania de Pernambuco, em nome do donatário Jorge de Albuquerque Coelho, a concedeu “sem foro nem título algum, por ser areia sáfia que não produz fructo nenhum”²⁰.

Seriam outros os frutos produzidos nestes chãos de areia, a fazer com que neles se fosse edificando. Foi o que fez, entre outros, Antônio Vaz, “morador na vila de Olinda”, provido, em 1585, dos ofícios de escrivão das execuções da Fazenda, porteiro da mesma e da Alfândega da dita Vila e juiz do peso do pau-brasil na capitania de Pernambuco²¹. Em 1590, Rui Gomes da Grã, “Capitão-mor da nau Madre de Deus, capitânia de uma frota da carreira da Índia, então arribada a Pernambuco a fazer aguarda, por não a ter podido fazer na Ilha de Santa Helena, passou certidão onde diz que

²⁰ COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1, p. 619 e p. 620-626 – para o destino posterior do terreno e da casa nele construída, pela qual depois da expulsão dos holandeses, houve demanda judicial entre o capitão João de Oliveira e João Fernandes Vieira, que a ocupou sem pagar os aluguéis devidos. Ver também MELLO, José Antônio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1967. v. II, p. 243 e seguintes e nota 58 ao capítulo VI. No dizer de Frei Vicente do Salvador, cit., “passos de açúcar (...) são umas lógeas grandes onde se recolhem os caixões que se embarcam nos navios”.

²¹ Antônio Vaz foi também proprietário no atual bairro de Santo Antônio, que chegou a ser conhecido como “ilha de Antônio Vaz”. A nomeação foi feita por Felipe II, em 25 de abril de 1585, mas existem indicações de que as exercia anteriormente. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Antônio Vaz. Novos documentos a seu respeito, 1585-1610. **Cadernos da Faculdade de Filosofia de Pernambuco**, Recife, nº 3, p. 5, 1962. Todas as referências aqui feitas ao dito Antônio Vaz baseiam-se nesse artigo, de leitura obrigatória para quem se interessa pela história do Recife no período.

Antônio Vaz assistiu sempre comigo neste Arrecife, com sua pessoa e negros e batel seu, com muito trabalho e diligência, [...] e em uma que tem neste Arrecife, porto desta terra, me agasalhei eu e mor parte da gente que comigo vinha [...]”²².

A existência do porto, além de favorecer a construção de prédios de uso particular, seja para morada, seja para a guarda de mercadorias, criava a necessidade de prédios para uso dos serviços administrativos que lhe eram inerentes. Como nos primeiros tempos a alfândega estava localizada em Olinda, havendo mesmo resistência para sua transferência ao Recife e não havendo prédio próprio para tal fim neste último, tornava-se necessário recorrer a edifícios particulares, onde as mercadorias pudessem ser recolhidas e fiscalizadas, até serem transportadas a Olinda. Criava-se, assim, uma oportunidade de ganho para aqueles que possuíam, no Recife, imóveis capazes de atender a tais finalidades: em 1580, “o Provedor da Fazenda Real de Pernambuco alugara a casa de um certo João Gonsalves, pagando o aluguel de 6\$ anuais, não só para aí dar despacho às partes, como para delas [casas] fazer armazém, pelo não haver, na dita Capitania, onde agasalar toda a artilharia e mais munições que havia da Fazenda del Rei”²³.

No mesmo ano em que Gabriel Soares dizia haver no Recife “alguns pescadores e oficiais da ribeira, e estão alguns armazéns em que os moradores agasalham os açúcares e outras mercadorias”, a alfândega seria transferida para a citada casa de Antônio Vaz, que aparece como sendo “sobradadas com suas varandas, e tem as suas lógeas e armazéns e

²² Art. cit. p. 9. Por uma certidão de Jerônimo de Mendonça, “cavaleiro fidalgo da Casa Real e Provedor e Contador da Fazenda del Rei em Pernambuco”, datada de 23 de novembro de 1590, “se verifica que Vaz construíra pouco antes de 1590 a casa em que se hospedou o Capitão-mor da nau Madre de Deus e que lhe custara mil cruzados – isto é, 400\$ – e que seu aluguel valia cerca de 30\$ anuais (art. cit. p. 10).

²³ Art. cit. p. 10. Sobre a Alfândega do Recife, ver: MARANHÃO, Gil. Notas sobre o Recife primitivo: A alfândega. **Revista do Norte**, Recife, série III, n. 5, p. 19-26, junho de 1952.

lhe foram tomadas por oficiais da Fazenda de Sua Majestade [...] para se agasalharem quando vão ao dito porto a dar ordem aos despachos e partidas das naus, assim como para se recolherem algumas munições e artilharia miúda e outras coisas”²⁴.

Pela ação movida por Antônio Vaz contra a Fazenda Real, para que lhe fossem pagos os aluguéis que lhe eram devidos pela ocupação da sua casa para uso da alfândega, podemos mesmo saber como era seu interior, “sempre provida de cadeiras e mesas e mais cousas necessárias para todos os oficiais de Sua Majestade que nela se agasalham, com água de que o Recife carece e com um homem branco sempre nela, e o seu passo, que está pegado dela, sempre serve para agasalar a artilharia e mais cousas de sua Majestade e os seus barcos assim mesmo [...]”²⁵.

Antônio Vaz não constitui obviamente um caso isolado de colono a ser possuidor de imóveis no Recife, embora possa constituir um caso exemplar.

Em 17 de abril de 1612, Francisco Ribeiro e sua mulher Maria André, venderam a Jorge Lopes Cardoso, *morador no Recife*, “humas casas sobradadas” por quatrocentos e cinquenta mil réis. Os novos

²⁴ O documento citado é uma petição do próprio Antônio Vaz, dirigida ao Provedor-Mor da Fazenda Real, na Bahia, e na qual reclama os aluguéis que lhe são devidos, fixados em 30\$ anuais. Na mesma petição indica haver “outras casas muito mais pequenas e piores, que se alugam em cada ano por mais de 30\$ (art. p. 10-11). “De documento posterior, a saber, da ‘Relação’ de Ambrósio Siqueira, ainda inédita, que se guarda no Arquivo Geral de Simancas, na Espanha, verifica-se que se mandou satisfazer a Antônio Vaz o aluguel de 30\$ e consta mesmo da dita ‘Relação’ o pagamento de duas annuidades, de 10 de março de 1601 a 9 de março de 1603” (ibid. p. 11 e nota 9). A referida *Relação* foi publicada posteriormente pelo professor José Antônio Gonsalves de Mello (ver nota 14). Para os pagamentos acima, R. I. A. H. G. P. — cit. p. 223.

²⁵ Laudo de 17 de março de 1593, assinado pelos árbitros “Francisco de Ataíde, da parte do proprietário, e Martim Gonçalves Teixeira, Meirinho da Alfândega, pela Fazenda Real”. Os mesmos avaliaram o aluguel, em 40\$ anuais (art. cit. p. 11). Foi nessa mesma casa que esteve hospedado o licenciado Furtado de Mendonça, Visitador do Santo Ofício, antes de ir se estabelecer em Olinda (p. 12).

proprietários, o dito Jorge Lopes e sua mulher Izabel Cardoso, no mesmo mês de abril, no dia 26, em ato celebrado no Mosteiro de São Bento em Olinda, doaram ao mesmo a dita casa, em troca de “150 mil réis em dinheiro contado” e de “huma missa cada semana por suas tenções de hoje para sempre”²⁶.

Pelo registro da doação, sabemos ainda que os vendedores habitavam na dita casa e que a mesma fizera parte do dote de Maria André, que a recebera de seu pai, André Gonçalves, então morador no Recife e vizinho do seu genro e filha. Dos compradores, era vizinho um denominado Bras Ferreyra.

Outros negócios ou doações, envolvendo bens imóveis em áreas próximas à povoação do Recife, e que seriam depois parte integrante do espaço da futura cidade, estão registrados em vários documentos dos finais do século XVI e inícios do XVII. Entre tais bens, estavam terras doadas por Duarte Coelho ao seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, que as menciona em seu testamento como sendo “hua legoa de terra em Capibaribe”²⁷. Por sua morte em 1584, passaram essas terras aos seus filhos naturais, e “foi cada um deles vendendo a parte que lhe tocara em partilha”²⁸. A que coubera a sua filha, D. Antônia de Albuquerque, foi parte vendida a Cristovão Pais Daltro e parte a Álvaro Fragoso²⁹. Das terras onde se situaria o bairro de Santo Antônio seria, em fim do século XVI, possuidor o fundador do engenho da Torre, Marcos André, aparecendo as mesmas em certos documentos sob a denominação de *Ilha de Marcos*

²⁶ Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento em Olinda. Recife: Imprensa Oficial, 1948, p. 99, v/100v (separata da **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, n. XLI, anos 1946-1947).

²⁷ Utilizamos o texto publicado em: GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. v. I. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. p. 85-90, nota 2.

²⁸ COSTA, F. A. Pereira da. cit. 2, p. 38.

²⁹ Ibid., p. 37.

*André*³⁰. Este, em 1606, fez doação aos franciscanos de “cincoenta e seis braços de testada, começando na ponta da Ilha que chamavão dos Navios [...] com toda a largura de praya”, para nelas edificarem o Convento de Santo Antônio, concluído, segundo Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, entre 1612 e 1613³¹.

Em 1627, os franciscanos ampliavam a área pertencente ao convento, comprando “trinta braços de terras, por preço de noventa mil réis” a Manoel Francisco e Isabel Gomes, sua mulher, terreno que passaria ao patrimônio da Ordem Terceira de São Francisco³².

A instalação dos franciscanos na *ilha do porto dos navios*, dando lugar à atual denominação do bairro de Santo Antônio, ao mesmo tempo em que constituiu um marco na expansão do sítio urbano do Recife, contribuiu para consolidá-la, embora date da ocupação holandesa um maior dinamismo nesse processo³³. No entanto, já antes, como vimos indicando, ia processando-se a ocupação de áreas fora da povoação do Recife, acompanhada da valorização mercantil das mesmas e dando ocasião a investimentos de caráter imobiliário.

Para a constituição do patrimônio da capela de Nossa Senhora da Conceição, no convento de Santo Antônio, que “Melchior Alvares, morador no Recife (recebera) para sepultura sua e seus herdeiros”, o mesmo “apotecou hua sorte de terras que houve por compra a Marcos André, sita da outra banda da Povoação do Recife, a qual da parte do Sul confina com cazas de Francisco Gonsalves, e da do Norte com outras de Antônio Dias, e

³⁰ Ibid., p. 38.

³¹ Cf. nota 18.

³² JABOATÃO, cit. p. 439; MUELLER, Frei Bonifácio, cit. p. 8. – Em terras do mesmo Manuel Francisco, Maurício de Nassau fez construir o palácio de Vrijburg – Cf. COSTA, Pereira da, cit. 2, p. 38-39; MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Antônio Vaz...** cit. p. 36-37.

³³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. cit. capítulo “os holandeses e a vida urbana”.

de Leste athe chegar ao Rio, que divide a ditta Ilha da Povoação do Recife, e da Loeste athe chegar aos mangues do Rio Capibaribe, em a qual sorte de terras tem feito muitas moradas de casas de pedra e cal sobradadas, e térreas com muitos coqueiros, e outras árvores de fruita”³⁴.

Nos quadros da sociedade colonial, a instalação do Convento de Santo Antônio do Recife contribuiu para cristalizar certos elementos de sua estrutura interna, não só ao criar um novo espaço de sociabilidade, mas também ao favorecer o esforço da autoimagem dos colonos. As doações feitas ao convento, a manutenção de capelas particulares, a reserva de sepulturas no seu recinto, são manifestações de um processo de busca de legitimação social e reforço de *status* no interior mesmo da colônia. No mesmo sentido, atuaria posteriormente a Ordem Terceira de São Francisco, criada em 1695³⁵.

Essas e outras menções à compra e venda de terrenos que não se destinavam à lavoura, bem como aqueles que dizem respeito à aplicação de capitais na construção de sobrados e casas térreas, tanto na povoação do Recife quanto na ilha de Santo Antônio, mostram que o caráter mercantil da colonização, apesar de agir fundamentalmente como um fator de acumulação externa, exigiu e propiciou um paralelo processo interno de acumulação, necessário, inclusive, para a continuidade dos objetivos do sistema. O desenvolvimento desse processo, embora dependente, colocava para parte dos colonos a necessidade de encontrar, no próprio espaço colonial, os elementos de legitimidade e de constituição de sua autoimagem, aqui reconhecidos socialmente, para além de sua ainda fundamental referência aos valores metropolitanos.

³⁴ JABOATÃO, op.cit. II, p. 451 – A escritura data de 13 de novembro de 1625.

³⁵ Sobre sepulturas no Convento de Santo Antônio, ver JABOATÃO, op. cit. p. 448-453; sobre a Ordem Terceira, *ibid.*, p. 463-476. Ver ainda, MUELLER, Frei Bonifácio, op. cit., cap. IX; e PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas Igrejas**. 4. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1967.

Pelo arruado em formação, entre armazéns, tavernas, igrejas, vendas, tratavam-se negócios do corpo e da alma³⁶, misturavam-se devoção e controle social, piedade e distinção de classe, afrontavam-se a ação do fisco e a prática de fraudes. Muito da vida da povoação era ritmado pela arribada dos navios, portadores de mercadorias, de notícias, de papéis oficiais, de colonos e funcionários, alguns deixando a metrópole para sempre, outros o tempo de juntar alguma fortuna ou de cumprir alguma missão ou emprego oficial³⁷. À chegada dos navios, acorriam os funcionários da alfândega para os devidos controles, bem como para preparar os despachos do que seguiria para o Reino.

Anima-se a povoação³⁸, realizavam-se negócios, circulavam notícias. A própria expansão da empresa colonial fornecia oportunidade de ganho, que permitiam benefício àquelas camadas sociais que, na colônia, se situavam na intermediação comercial, como por ocasião das expedições

³⁶ Frei Manuel da Ilha registra, com satisfação, a fundação do Convento de Santo Antônio do Recife, pois antes “muitos embarcavam sem confissão, o que hoje, graças à misericórdia de Deus acontece, pois diariamente se confessam e recebem a comunhão muitos dos que vão embarcar”. **Narrativa**, cit. p. 76-77 – do relato de Frei Vicente do Salvador sabemos da devoção dos mareantes para com a ermida do Corpo Santo, mas sabemos ainda que vendas e tavernas, descritas algumas como sendo locais onde “não eram lícitas a nenhum homem branco estar nelas a comer nem a beber”, reuniam também moradores e gente de passagem. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Antônio Vaz...** cit. p. 17. Que nem tudo se passava dentro da melhor ortodoxia nos propósitos, ditos conversas dos que andavam pela ribeira dos Arrecifes, comprova-se pelas denúncias e confissões feitas ao Visitador do Santo Ofício – Ver nas **Denúncias**, p. 27, 59, 88-89, sem que estas indicações esgotem todas as referências a denunciados ou denunciantes do Recife.

³⁷ Foi o caso do Licenciado Heitor Furtado de Mendonça, Visitador do Santo Ofício. Cf. **Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil**: Denúncias e confissões de Pernambuco, 1593-1595 (Recife: Fundarpe, 1984) – Foi o caso ainda do Governador Diogo Botelho, primeiro governador-geral a vir a Pernambuco e que aqui permaneceu por um ano. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958 (Brasiliense 336). Cap. II.

³⁸ “Neste lugar do Recife se ajuntão de contínuo mais de duzentos homens do mar e fora os da povoação (...)” **Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968. p. 58.

de Conquista da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão³⁹.

A povoação dos Arrecifes, pela sua função portuária, pela sua posição de intermediação entre o setor rural e o mercado metropolitano, e consequente capacidade de se apropriar de parte da renda gerada na colônia, apresentava as condições de sua própria expansão, alimentando um processo de diferenciação que refletiria igualmente a dinâmica do setor rural e o aprofundamento dos mecanismos do comércio mundial ao qual se submetia. Suas potencialidades e limites de crescimento advinham, portanto, de sua inserção nos quadros do sistema colonial e da sua capacidade, enquanto espaço diferenciado, de oferecer oportunidade de negócios que possuíam relativa autonomia face ao setor rural.

Nesse sentido, sua história conheceria, no episódio da ocupação holandesa, não o seu ponto inicial, mas o aprofundamento de um processo já presente nos fatores que explicam sua formação⁴⁰.

³⁹ Na *Relação de Ambrósio Siqueira*, registram-se, entre outras, as seguintes despesas com a conquista do Rio Grande do Norte e Paraíba: “Ao Mestre Manuel Álvares, 30\$, [...] do frete de levar ao Rio Grande Jerônimo de Albuquerque, Capitão da Fortaleza dele, por mandado feito a 12 de setembro de 603; a Rafael Fernandes, Mestre de um barco que por mandado do Governador Diogo Botelho foi ao Rio Grande a levar o Sargento-mor deste Estado e mantimentos para os soldados do Rio Grande, 30\$, por mandado feito a 18 de abril de 603; a Manoel Luís, Mestre de um barco quer levou as farinhas à Capitania da Paraíba e fazenda para pagamento dos soldados dela, 20\$, por mandado feito a 18 de abril de 603 anos”. (cit. p. 217).

⁴⁰ COSTA JÚNIOR, Olímpio. O Recife, o Capibaribe e os antigos engenhos. *Revista do Norte*, Recife, dezembro de 1944 (apud MELO, Mário Lacerda de. **A Cidade do Recife**, cit. p. 185-186, nota 14).

2. O caranguejo e o viaduto*

(Notas para uma história do Recife)

2.1 – EXTREMA e dolorosamente difícil é a tarefa do historiador quando se propõe, ou pensa, em fazer história do Nordeste. Aqui, como em outros campos da ciência social brasileira, nos deparamos com a mesma monótona constatação: lacunas e ausências. Entretanto, se a história econômica e social do Brasil somente se desenvolve mais sistematicamente a partir de 1970 e, mesmo assim, mais em relação ao Sudeste do que ao conjunto brasileiro e se faltam monografias sobre os processos regionais no que diz respeito, especificamente, às áreas periféricas do espaço nacional, proliferam documentos e fontes inexploradas à espera do pesquisador.

Por outro lado, se a interpretação científica quase ainda não penetrou nessas áreas, evidencia-se o avanço da crônica histórica – provincianamente realizada e nem sempre de boa qualidade –, de estudos técnico-burocráticos sobre a realidade presente, frutos quase sempre da atividade modernizante que o Estado tem pretendido manter regionalmente, como no Nordeste, por exemplo, ou ainda, o que parece mais interessante, um grande esforço de interpretação artística presente na obra de romancistas, de poetas e de artistas plásticos. Paralelamente a esse trabalho quase coletivo, guardado na memória popular e, artisticamente, transposto em obras significativas, desenvolveram-se correntes mais amplas de análise. Algumas delas, tentando compreender o conjunto brasileiro ou o nordestino, em particular, têm tido suficiente importância na produção científica e merecem, portanto, um balanço

* Texto escrito em colaboração com o professor Gadiel Perruci, foi elaborado para o Centro de Estudos de Documentação da Cultura Contemporânea – Cedec, nos finais dos anos 70. Foi publicado em 1990, na série Comunicações, nº 34, do Pimes/UFPE (p. 1-62).

crítico, embora jamais a cidade do Recife tenha sido personagem privilegiada de tais análises.

Dessa forma, possuímos muito mais visões do Nordeste ou dos Nordeste brasileiros do que, mais especificamente, análises coerentes de alguns fenômenos importantíssimos e setoriais como os espaços urbanos. Na verdade, a maior parte da produção historiográfica sobre o Nordeste, seja localmente realizada ou não, pouco ultrapassa o nível da crônica ou, quando muito, se apegua, quase sempre inconscientemente, a um quadro analítico empiricista.

A presente tentativa, em termos de “notas preliminares”, pretende tão somente apontar pistas, um roteiro, e jamais se constituir num estudo sistemático da formação e da evolução recente do Recife; este ensaio, pois, se pretende **indicativo** e, por isso mesmo, sujeito a polêmicas e debates mais acirrados.

Afirmamos de saída que a história da cidade, aqui mais do que noutros espaços urbanos, é condicionada também pela retaguarda rural e pela sua função portuária. A agricultura açucareira, sobretudo, mas não exclusivamente, e a infraestrutura necessária às atividades de importação e de exportação constituem os seus principais determinantes. Ao nível concreto do espaço urbano, uma primeira constatação se impõe: a cidade – e, ainda hoje, traços dessa realidade podem ser observados, embora em vias de desaparecimento – viveu largamente mediada por um ambiente.¹ São os canaviais, os engenhos e usinas avançando até os limites urbanos e, dentro destes, a existência ainda de propriedades que apresentam características mais rurais do que propriamente urbanas. Ou, então, de dominações de bairros ou de simples logradouros que relembram antigos canaviais afoitamente mais próximos do mar até, pelo menos, onde os rios e os seus mangues, suas camboas, o permitiam, a exemplo dos locais chamados de “Engenhos do Meio”, “Casa Forte”, entre outros.

¹ MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: UFPE, 1977. p. 32.

O outro elemento constitutivo da cidade e, no caso, a própria determinação endógena de sua função histórica até recentemente, isto é, o Recife como porto exportador e importador, nos leva a outro tipo de ordenamento histórico. Recife como ponto avançado do capital comercial, ao mesmo tempo determinante e determinado, dentro do processo mais geral do desenvolvimento capitalista, tanto ao nível da criação de um mercado mundial como nacional ou regional. Temos aí estabelecida uma cadeia de interesses que valeria a pena esboçar como introdução necessária à compreensão das várias fases de crescimento do Recife: de uma vila-porto, nos primeiros séculos da colonização, de uma cidade cabeça-de-ponta de um processo de industrialização exogenamente imposto, como se nos afigura nos dias de hoje.

2.2 – Consideramos, aqui, impossível compreender o Nordeste e o Recife sem uma análise prévia de algumas questões que, de certa maneira, estão subjacentes a quase todas as teorizações sobre o Brasil, bem como e principalmente, estratégias de ação política que se desdobram, sobretudo, a partir da década de 1930. Sem esquecer as verdadeiras “explicações” literárias modernas sobre o Nordeste a partir da grande epopeia *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, talvez a primeira grande visão do Sudeste sobre a parte norte do país, passando pelos romances de José Lins do Rego, visualizando mais atentamente o realismo de Graciliano Ramos, passeando pela ternura de cronistas e de poetas como Mário Sette, Austro Costa ou Carlos Pena Filho, até os autos mais recentes e indecisamente políticos de João Cabral de Melo Neto, nossa análise se fixará muito mais nas obras que pretendem ser mais científicas do que mesmo literárias, embora algumas delas, como a de Gilberto Freyre, tenham suas fronteiras não muito bem delimitadas. Na verdade, toda essa produção intelectual em torno do Nordeste parece refletir os próprios conflitos inerentes ao processo social brasileiro mais amplo, resultante das contradições impostas pelo dinamismo das relações sociais de tipo capitalista que se fazem marcantes no presente século.

Deixando quase de lado a produção empiricista sobre o Nordeste, gostaríamos de enfatizar, nesse esboço de Introdução, as correntes histórico-estruturais, importantes para uma revisitação do Nordeste.

Assim, desde 1937, com a publicação do livro de Djacyr Menezes², todos nós sabemos que há um “outro Nordeste”, diferente do recém-apresentado na mesma década por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*³, a despeito do deslumbramento de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, conhecido, até então, mais como obra literária do que científica por um público extremamente restrito.

Entretanto, aquele “outro Nordeste” não passava de uma modesta contrafação do saudosista Nordeste freyriano. Nordeste, este último, **social** como o de Euclides da Cunha, embora o cronista de Canudos tenha suas bases intelectuais assentadas no determinismo geográfico alemão, prevalente no pensamento brasileiro da época.

Em Gilberto Freyre, não interessa apenas o Brasil, na década de 1930, em plena transição de uma economia essencialmente agroexportadora para uma economia urbano-industrial, com a formação de um mercado interno unificado. Interessa muito mais o saudosismo oligárquico-rural, a manutenção da região enquanto região e não como espaço complementar ao núcleo da acumulação, localizado no Sul. O Nordeste como fonte de brasilidade, a miscigenação e a formação de uma metarraça como base da nação e do povo.

Visão compacta do Nordeste, eleito como entidade histórica, ou melhor ainda, como categoria de análise; Nordeste misterioso, Nordeste chave-mestra da nação brasileira, criado na casa-grande, secretora dos mais altos valores morais e culturais brasileiros, embora contando com a modesta contribuição sexual da escrava doméstica. A sinhazinha se permite entregar-se aos carinhos e doçuras da mãe de leite negra, tanto quanto se permite sua própria mucama. Aqui, a classe dominante obtém a

² MENEZES, Djacyr. **Outro Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

³ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. A primeira edição é de 1933.

docilidade – essência nobre e adequada aos dominados – e distribui morbidez sexual e autoritarismo através do chicote.

E, contudo, Gilberto Freyre representava a ideologia oligárquico-rural gerada pela classe dominante local em oposição ao pensamento burguês modernizante, já em ascensão no Sudeste. Eis como se infiltra o pensamento freyriano dentro do conjunto ideológico dominante no Brasil: a região ainda é necessária ao processo de acumulação e de reprodução do capital e, portanto, a obra de Gilberto Freyre representava um momento **organicamente** necessário à dominação ideológica da classe capitalista em formação no Brasil dos anos de 1930.

Em suma, com Freyre, temos a **questão nordestina**, surgida e sugerida na segunda metade do século XIX⁴, já estruturada e formulada concretamente como ponto de inflexão na construção da ideologia da classe dominante; também como ponto de contraste, como embrião da dualidade tradicional (leia-se, agricultura-Nordeste) e moderno (leia-se, indústria-Sudeste), como ponto de desvio da atenção dos reais problemas da população brasileira como um todo para um pretexto quase mórbido, consubstanciado na miséria nordestina. Como se essa miséria não estivesse financiando e complementando a riqueza do Sudeste e, por isso mesmo, produto desta, como se essa miséria não fosse apenas uma desculpa para a “intervenção salvadora” do Capitalismo do Sudeste, intervenção que nada mais significa do que o coroamento da divisão regional do trabalho e da dominação inter-regional operada pelo Sudeste e em proveito do Sudeste, vale dizer, da fração hegemônica da classe dominante nacional.

Quase trinta anos depois, na década de 1960, um terceiro Nordeste começa a surgir, timidamente em seus primeiros passos, hoje cada vez mais vigoroso. Em suma, a realidade concreta, não se conformando com os seus bem-intencionados interpretadores dos anos de 1930, impõe,

⁴ V. especialmente: Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife de 1878 (edição fac-similar). Recife, Cepa-PE, 1978: p. 2, 3, 4, 10, 11, 12, 14, 15, 29, 56-59, 81, 99, 102-103, 170, 176, 183, 184, 217, 259, 322 e 362.

impertinentemente, um forte processo de revisão e de criação em torno de si mesma, abrangendo especialmente as relações de produção, vale dizer, principalmente suas bases econômicas, chegando-se até o seu discurso ideológico. Enfim, inicia-se uma nova decifração de uma sociedade centenária, confrontada com problemas atuais que se agravam continuamente.

Contudo, a reflexão crítica sobre a realidade nordestina perece, ainda, submetida predominantemente a um conjunto de obras originadas de duas vertentes principais. A primeira delas nasce aqui mesmo, em solo nordestino, ora permeada pelo saudosismo da década de 1930, ora recheada de modelos econômicos ou econométricos divulgados pelos manuais de origem norte-americana, pomposa e mecanicamente aplicados pelos nossos modernos cientistas sociais⁵. Essas correntes, quer no seu vestido nostálgico, quer no seu aparato técnico-burocrático modernizante, tentam explicar a nossa realidade dentro de perspectivas voltadas para um passado mal estudado e mal interpretado, porém sempre sob uma visão unilateral dentro da ótica do discurso da classe dominante seja, como no passado, de sua fração oligárquico-rural, seja, como no presente, de sua fração urbano-industrial.

A segunda fonte de interpretação localiza-se fora do Nordeste, mais especificamente no eixo Rio-São Paulo, e procura, quase sempre, subordinar mecanicamente a dinâmica ao que se passa no Sudeste embora, muitas vezes, essas interpretações se pretendam reformistas – como a corrente cepalina – ou mesmo revolucionárias, como espelham algumas obras de autores marxistas, sobre as quais voltaremos mais adiante.

⁵ Na década de 1930, temos já a obra de J. F. Normano: **Evolução Econômica do Brasil** (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939), que tenta aplicar ao Brasil o “modelo” de Turner sobre as “fronteiras econômicas”, como fatores explicativos para o processo histórico-econômico. É bem significativo, também, que quase tudo o que é ensinado e escrito, atualmente, no Brasil sobre “Teoria do Desenvolvimento” e “Desenvolvimento e/ou Economia Regional” seja baseado em experiências norte-americanas e, costumeiramente, sistematizadas em manuais escolares.

Paralelamente a essas vertentes explicadoras, no entanto, se infiltra, quase silenciosamente, na década de 1960, um filão, a nosso ver mais rico, que se desdobra da tentativa de Manuel Correia de Andrade⁶, desvendando o processo histórico nordestino sem concessões, ou quase, ao discurso da classe dominante local, embora o seu principal livro, *A Terra e o Homem no Nordeste*, não se preocupe ostensivamente em teorizar a realidade. Entretanto, para sermos justos, a obra de Correia de Andrade pode ser considerada como marco inicial de uma nova reflexão sobre o Nordeste e a partir do Nordeste, sem desconhecer estudos em defesa do Nordeste, como os de Josué de Castro, por exemplo⁷.

Dessa maneira, apesar de se falar e de se escrever tanto sobre o Nordeste, parece que somente a partir da década de 1960 é que se abre uma importante janela na algaravia pseudocientífica anteriormente produzida. E, diga-se de passagem, que a melhor produção intelectual sobre a nossa região situa-se justamente entre o pioneiro *A Terra e o Homem no Nordeste* e o fascinante e compulsivamente convincente *Elegia para uma Re(li)gião*, de Francisco Oliveira⁸.

Mas, diga-se também que, enquanto o primeiro recusa-se quase a teorizar, embora para quem tem olhos as pistas sejam bastante visíveis, o segundo configura-se num brilhante ensaio teórico, apontando questões que poderão se desdobrar num imponente projeto de pesquisa, quase, diríamos, um projeto global (pela sua visão teórica) e coletivo (pela sua paixão em despertar um povo e um pensamento ainda em estado letárgico).

Se Correia de Andrade inicia um novo ciclo de análise, Francisco de Oliveira desdobra-o no campo teórico e político. Acreditamos que, a partir dessas duas obras, será quase impossível readormecer a reflexão crítica

⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

⁷ V. especialmente: CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. São Paulo: Brasileiro, 1961; Id. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

⁸ OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

sobre o Nordeste em colos macios de sinhazinhas regionais ou em pesados e severos pulsos do “pensamento explicador” proveniente do Sudeste.

De qualquer maneira, se *A Terra e o Homem no Nordeste* demonstra, num quadro ainda predominantemente descritivo, a complexidade das relações sociais nordestinas, e se *Elegia para uma Re(li)gião* nos proporciona um verdadeiro **sufoco** histórico-estrutural, a verdade é que o Nordeste, passados os anos em que era vedete nas páginas político-policiais de nossa imprensa, começa a ser, enfim, desnudado em toda a sua integridade, bem como, igualmente, em todo o seu processo de degradação.

Por outro lado, dentro da corrente histórico-estrutural, torna-se necessário colocar alguns problemas teóricos que, ainda hoje, suscitam acirrados debates na ciência social brasileira e que dizem respeito não somente ao conjunto da sociedade nacional como também, e mais especificamente, ao Nordeste.

Apegados à interpretação de Marx sobre o capitalismo liberal do século XIX, embora conservando, aparentemente, o rigor do seu procedimento metodológico, alguns autores construíram pelo menos três linhas interpretativas sobre o Brasil e o Nordeste. É bem verdade que Marx estuda o Modo de Produção Capitalista em toda a inteireza de suas leis e movimentos, porém, ao fazê-lo, Marx não confunde o seu procedimento metodológico com o seu objeto de estudo. Ora, apesar de o objeto de estudo de Marx permanecer até hoje, parece evidente que as redefinições do Modo de Produção Capitalista no mundo atual implicam igualmente novos estudos de sua atuação concreta⁹. Fazer isso, a nosso ver, não significa negar o valor da obra de Marx, porém, justamente, o contrário, vale dizer, permanecer fiéis a uma metodologia científica que permite uma aproximação constante da realidade social em movimento¹⁰. As leis gerais

⁹ VILAR, Pierre. **Crecimiento y Desarrollo**. Barcelona: Ariel, 1974. p. 22.

¹⁰ CARDOSO, Miriam Limoeiro. **La Construcción de Conocimientos**. México: Era, 1977. Passim; Id. **Ideologia do Desenvolvimento**. Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 25-27.

do Modo de Produção Capitalista foram, sem dúvida, desnudadas por Marx, porém as especificidades espaçotemporais necessitam de permanente apreensão científica.

Assim, de uma maneira ou de outra, tentou-se no Brasil, salvo algumas exceções, transpor mecanicamente para a nossa realidade as principais categorias de análise construídas por Marx, sem o necessário e aprofundado estudo do universo empírico nacional, sem o que se torna impossível qualquer teorização.

A primeira dessas correntes – talvez a mais antiga e persistente – pretende que, a partir da colonização, houve um Modo de Produção qualificado e dominante no Brasil, desde que em toda a Formação Econômica e Social devem coexistir vários tipos de Modo de Produção. Na verdade, essa primeira proposta jamais se referiu explicitamente à expressão **Modo de Produção**, mas, sim, vagamente, a **relações feudais**, ou **feudalismo** ou **sobrevivências feudais**, especialmente quando teoriza sobre o Nordeste ou sobre as zonas rurais mais atrasadas do Brasil. É a célebre questão que permeava algumas agremiações político-partidárias, inclinando-se alguns autores pela afirmação da tese sobre a existência do feudalismo no Brasil, dentro, ao que parece, da construção de uma estratégia de ação política traçada na década de 1930¹¹.

A tese é importante, pois ela significa negar a existência de uma aliança tática entre o proletariado e as incipientes “camadas” burguesas nacionais, no sentido da promoção de uma verdadeira “revolução burguesa”, passo imprescindível que antecederia, necessariamente, o advento do socialismo pátrio. Além disso, a tese retoma ideias esboçadas anteriormente pela historiografia brasileira, como, por exemplo, em Varnhagen, quando qualifica as Capitanias Hereditárias de “sistema feudal de colonização”, muito embora nem de longe esse tipo de historiografia esteja impregnado de qualquer veleidade dialética. Entretanto, é de se

¹¹ V. especialmente: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização, 1964; GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quadro Séculos de Latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

notar que, tanto em autores como Varnhagen, no século XIX, como em outros nossos contemporâneos que se inspiram em Marx e em outros escritores estrangeiros do século XX, a análise histórica está a serviço de uma determinada estratégia política de ação.

Se para Varnhagen é “a construção de uma nação branca e europeia, a criação de um Estado suficientemente forte e centralizado, instrumento da constituição da nação e, finalmente, a constituição futura de um homem branco brasileiro, fruto da mescla das três raças existentes”¹², para os contemporâneos, o projeto político transforma-se na aliança burguesia-proletariado em prol de uma “revolução burguesa nacional”.

Como bandeira político-partidária, a tese talvez ainda se sustente, haja vista o grande sucesso do livro **Quatro séculos de latifúndios**, a dúvida dos cientistas sociais sobre a existência de uma classe burguesa nacional e a própria fragilidade do proletariado no Brasil.

Essa corrente de opinião extrapolou a teorização marxista tradicional e, até mesmo, em autores como Gilberto Freyre, especialmente em *Casa Grande & Senzala*, vemos os senhores de engenho transformados em verdadeiros barões feudais, arrodeados de acólitos castelãos e sustentados por uma força de trabalho metamorfoseada numa contrafação dos serviços de Idade Média¹³. O fato é que o “feudalismo” no Brasil e no Nordeste fez carreira destacada com ricas consequências, embora, atualmente, cada vez mais esquecidos nos meios acadêmicos.

A segunda corrente interpretativa, um pouco mais cheia de nuances do que a primeira, origina-se de diversas fontes e, aparentemente, não é permeada por um projeto claramente definido. Como o Brasil não era capitalista – como o Nordeste ainda não o é, plenamente, até hoje – deveria haver também Modos de Produção qualificados no Nordeste até que o Modo de Produção Capitalista se tornasse dominante. Essa corrente,

¹² ODÁLIA, Nilo. Introdução. In: **Varnhagen**: História. São Paulo, Ática, 1979. p. 18.

¹³ FREYRE, Gilberto. op. cit., p. 19.

de origem mais recente, aplica-se predominantemente ao Nordeste, que teria ficado “marginalizado” no desenvolvimento nacional, promovendo, no seu isolamento, uma dezena de modos de produção, às vezes, chamados de “sistemas produtivos”, como, por exemplo, o “açucareiro”, o “pecuarista”, o “algodoeiro”, o familiar”, entre outros, para, enfim, serem absorvidos contemporaneamente pelo Modo de Produção Capitalista que se desenvolve no Sudeste.

Esse ponto de vista parece ter nascido de uma certa perplexidade diante da extrema variedade das relações de produção e das relações sociais de produção, manifestadas principalmente a partir da abolição do trabalho escravo e da introdução de novas tecnologias no campo, a exemplo das usinas nos finais do século passado; passaríamos a ter, dessa maneira, no Nordeste, uma multiplicidade de Micromodos de Produção.

Como já assinalamos, essa maneira de pensar parece derivar de diversas fontes, principalmente de uma combinação da “teoria dos sistemas produtivos”, formulada por geógrafos franceses da década de 1930, bem como do pensamento cepalino, dividindo a economia em setores “tradicionais” e “modernos”. Correntes interpretativas, ora linearmente moldadas, como se encontram na obra do prof. Mário Lacerda de Melo¹⁴, ora “dialeticamente” imbricadas, como vemos na obra do Prof. Wilson Cano, este, quando distingue “complexos regionais” no Brasil, quase que autonomamente construídos e com pouquíssimas relações entre eles¹⁵. Interpretações advindas, talvez, do cansaço perante a enorme tarefa de, quilômetro a quilômetro, fazer diferenciações entre os diversos tipos de relações sociais, encontradas principalmente na zona rural brasileira.

A terceira e mais recente tentativa de explicar o Brasil vem se transformando num verdadeiro modismo dentro das correntes histórico-estruturais, de inspiração marxista. Na verdade, ela representa uma

¹⁴ LACERDA, Mário. **Regionalização Agrária do Nordeste**. Recife: Sudene, 1978.

¹⁵ CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977. V. especialmente o Cap. I, p. 17 e seguintes.

dissidência da primeira, embora se apresente atualmente sob fartos e fortes argumentos teóricos e empíricos.

Negando-se a possibilidade de transplantar o Modo de Produção Feudal para as Américas, porquanto já na Europa ele esse desintegrava, afirmando que as áreas coloniais foram exploradas justamente pela classe revolucionária dos séculos XVI, XVII e XVIII, isto é, a burguesia, seria, apesar disso, também impossível transportar para o Brasil o novo Modo de Produção, vitorioso na Europa, porém ainda não de todo estruturado. Além disso, os determinantes principais do Modo de Produção Capitalista, como a relação primeira e antagônica entre o capital e o trabalho, não poderiam estar presentes no Brasil, desde que a força de trabalho colonial, em vez de se encaminhar para o regime assalariado, assume formas escravistas.

Ora, como a categoria básica de qualquer análise histórico-estrutural é o trabalho e como temos aqui o trabalho escravo, resolveu-se criar um novo Modo de Produção, diferente do feudal e do emergente capitalista, ora à maneira de Ciro Flamarion Cardoso, denominado de Modo de Produção Colonial¹⁶, ora à maneira de Jacob Gorender, de Modo de Produção Escravista¹⁷, embora no primeiro autor encontremos o problema colocado mais como uma hipótese de trabalho, enquanto no segundo tenhamos já uma grandiosa construção global, acabada e fechada sobre o Brasil.

Acreditamos que essa última tentativa apresenta uma riqueza muito maior em termos da discussão científica em torno do Brasil.

Além disso, ela foge dos esquemas tradicionais no que diz respeito à sequência temporal dos Modos de Produção estabelecida por Marx para a Europa, em cujos escritos nada se encontra sobre um Modo de Produção peculiar surgido nas colônias de Antigo Regime. Dentro do campo eminentemente teórico, aliás, nada impede a descoberta de novos Modos

¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. V. especialmente o Cap. IV, p. 133 e seguintes.

¹⁷ GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 2. ed.. São Paulo: Ática, 1978. Passim.

de Produção, mesmo que eles tenham sido contemporâneos ao criador de *O Capital*. Muito pelo contrário, o procedimento metodológico adotado estimula, sem dúvida, revisões constantes das análises sobre a realidade concreta.

Entretanto, um problema não resolvido coloca-se imediatamente a respeito do Modo de Produção Colonial ou Escravista: onde estaria a sua gênese, desde que parece pacífico que novos processos sociais surgem exatamente das contradições engendradas pelos anteriores, terminando com a sua final desintegração? Além disso, afirmações como a de Gorender de que o Escravismo criou o seu próprio mercado, conflitam flagrantemente com a realidade empírica, quando sabemos que foi o mercado europeu em expansão que, justamente, criou as áreas coloniais.

Contudo, é interessante anotar que a teoria do Modo de Produção Escravista surge no Brasil paralelamente com a preocupação dos cientistas sociais a respeito do fenômeno da criação do Estado-Nação brasileiro. Ora, como sabemos, o Estado-Nação moderno é uma típica criação política do Modo de Produção Capitalista, produto da aliança entre as Casas Reais e a burguesia mercantil europeia, como instrumento para a destruição do feudalismo, de sustentação de um mercado mundial e, finalmente, de armadura política para a dominação exercida pela classe burguesa¹⁸.

Não estaria, portanto – e isso não passa de uma hipótese – a invenção do Modo de Produção Escravista atrelada também a uma estratégia política de ação, fruto de uma dissidência político-partidária, mesmo que esta nova interpretação responda, até certo ponto, ao próprio processo social brasileiro em busca de uma afirmação e de sua legitimação, típica do Estado-Nação moderno?

Enfim, se o Modo de Produção Escravista tenta inovar teoricamente, parece que a prática histórica torna-o quase inviável e, na

¹⁸ VILAR, Pierre. A Transição do Feudalismo ao Capitalismo. In: SANTIAGO, Theo (Org.). **Capitalismo-Transição**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 35-48.

dúvida, temos por princípio considerar a prática mais correta do que a teoria.

Nossa proposta foge das anteriores, embora nada tenha de original. Propomos, aqui, simplesmente, restabelecer o **procedimento metodológico** original, não o confundindo com o **objeto da investigação**, isto é, o processo histórico brasileiro e nordestino.

Assim, diferentemente do que pretendem as interpretações comentadas, e seguindo uma linha já traçada por Caio Prado Júnior¹⁹, e, mais recentemente, aprofundada por Fernando Novais²⁰, a Formação Econômica e Social brasileira não se constituiu numa combinação de Modos de Produção, nem sequer criou um Modo de Produção específico como seria de esperar do ponto de vista mera e ortodoxamente teórico. Na verdade, parece ter ocorrido justamente o contrário, isto é, o Modo de Produção Capitalista teria sido o próprio criador de uma Formação Econômica e Social no espaço brasileiro, como **área complementar** de afirmação e dentro de sua fase de acumulação primitiva de capital, ou seja, em sua fase mercantil.

Entretanto, ao fazê-lo, o Modo de Produção Capitalista criou também algumas características de todas as Formações Econômicas e Sociais, isto é, na sua base econômica, surgiram múltiplas relações de produção e, no nível político-jurídico, múltiplas relações sociais de produção que precisam ser caracterizadas constantemente, face à sua repartição espacial e aos seus aspectos peculiares extremamente

¹⁹ Cf. PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

²⁰ Cf. NOVAIS, Fernando. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**: Sécs. XVI-XVIII. São Paulo: Cebrap, 1974 (caderno 17). Cf. ainda: MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979. Este autor, sem “inventar” novos Modos de Produção, realiza um estudo admirável sobre o colonato, baseado no conceito de renda da terra e tratando inovadoramente o escravo como “renda capitalizada e não capital”. E, acrescenta: “Estou convencido de que essa é uma formulação fundamental para repensarmos a questão da renda fundiária no Brasil” (p. 3). V. especialmente, os três primeiros ensaios da primeira parte do livro, exemplos de um rigor teórico-metodológico admirável e de conhecimento da realidade empírica brasileira.

complexos. Esse fato, se verdadeiro, empresta seguramente uma certa originalidade ao Brasil e a outras regiões do mundo ex-colonial do Antigo Regime, pois representa uma inversão bastante interessante dentro da corrente histórico-estrutural.

Dessa forma, o Brasil e o Nordeste constituiriam uma Formação Econômica e Social em que existiria apenas um Modo de Produção, o Capitalista, embora apenas formalmente constituído. Essa formulação assume, certamente, uma aparência herética quanto ao próprio conceito de Formação Econômica e Social; no entanto, uma Formação Econômica e Social nada mais é do que uma sociedade historicamente determinada e, portanto, a sua realidade não precisa necessariamente se conformar ao seu conceito abstrato, constituído a partir da apreensão dos principais determinantes da totalidade histórica.

Assim, a colonização implantou no espaço brasileiro uma formação econômica baseada na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo. Mas é necessário ir um pouco mais além, isto é, compreender que a forma de apropriação da terra em termos monopolísticos, a monocultura e a escravidão mantêm características indissolúvelmente ligadas entre si e, mais amplamente, ao Modo de Produção Capitalista que se afirmava na Europa²¹.

A sociedade/economia brasileira constrói-se, dessa forma, atrelada, desde o seu início, a um determinado modo de produzir, e as relações sociais, bem como a exploração das forças produtivas, serão, no conjunto, definidas e redefinidas de acordo com a própria evolução do capital, embora as condições históricas concretas tenham imposto múltiplas alternativas na maneira de articulação entre o criador e a sua criatura.

Assim, quando o Modo de Produção Capitalista se afirma como dominante na Europa – especialmente a partir da Revolução Industrial – a Formação Econômica Social brasileira encontra-se, embora criada,

²¹ Cf. FIGUEIRA, Pedro de Alcântara; MENDES, Claudinei. O escravismo colonial. In: BENCI, Jorge (S.J.). **Economia cristã dos Senhores no Governo dos escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

condicionada e dependente dele, já diferenciada no seu processo histórico. As transformações ocorridas, por exemplo, no século XIX, no Brasil, refletem, ao mesmo tempo, um processo que se diferencia de suas origens como, igualmente, um processo de adaptação e de aprofundamento da submissão de sua Formação Econômica e Social ao Modo de Produção Capitalista. Dessa maneira, o Brasil e o Nordeste constituem-se em formações não capitalistas, embora criadas e formalmente submetidas ao capital, coexistindo com ele e apesar dele e sendo exploradas por ele.

Do ponto de vista teórico, e sustentado pela observação de nosso processo histórico, o que parece mais coerente, dentro da multiplicidade brasileira e nordestina, é reconhecer a existência de formações não capitalistas, mas que se constituíram, todas elas, a partir das necessidades novas criadas por um único Modo de Produção – o Capitalista – em sua fase mercantil, embora não interessasse a este, até recentemente, criá-las e transformá-las a sua própria imagem²².

É importante relembrar que a Colônia constitui uma área complementar à formação do núcleo do Modo de Produção Capitalista, em sua fase de acumulação primitiva²³. O Brasil colonial está, portanto, intrinsecamente ligado ao capital comercial e, nesse sentido, representa uma área periférica – ou “marginal”, como preferem algumas interpretações. Essa pequena chamada torna-se importante, pois, desejamos a partir de agora enfatizar o processo de acumulação e de reprodução do capital, como ele se realizou e como se realizará mais tarde, internamente no Brasil.

Na verdade, tem-se emprestado às áreas periféricas um conteúdo de “marginalização” no processo de crescimento capitalista absolutamente incompatível, a nosso ver, com a realidade observada. O equívoco, parecidos, deriva principalmente do enfoque do processo de acumulação e de

²² Gardiel Perruci – “O Canto do Cisne dos Barões do Açúcar (Um Congresso de Classe)”. In: Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife de 1878 – XII.

²³ Fernando Novais – “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”, in Brasil em Perspectiva (4ª ed.). São Paulo, Difel, 1973 – p. 56.

reprodução capitalista apenas no seu núcleo, não se considerando que aquele processo somente se torna possível através da **complementação** advinda da periferia. Noutros termos, a expropriação da terra e a extração da mais valia na Europa mercantilista não teriam sido, por si mesmas, capazes de realizar a acumulação primitiva²⁴. Foi a exploração colonial que constituiu, sem dúvida, a principal fonte para a acumulação prévia, ao transferir coercitivamente renda para as metrópoles. Em suma, a colônia não estava “marginalizada”, porém antes desempenhava um duplo papel, a saber: fonte de superlucros e reserva de mercado para o capitalismo europeu²⁵.

Este conceito de “complementariedade” se opõe vivamente ao de “marginalização” e pode tanto ser aplicação ao nível das formações sociais mais amplas (como, por exemplo, as relações entre os países nucleares e os periféricos), como ao processo interno da acumulação brasileira (como, por exemplo, as relações inter-regionais). Além disso, ao negarmos o conceito de “marginalização” pretendemos também desmistificar o pretendido papel hegemônico que o Nordeste teria desempenhado no processo nacional, tal como vem apresentando, frequentemente, no discurso ideológico da classe agrária regional e dos intelectuais a elas ligados, consciente ou inconscientemente²⁶.

Na realidade, quando o Nordeste se constitui no maior produtor do Brasil, ele não o faz nem em proveito do conjunto brasileiro e nem mesmo de si próprio; o Nordeste, especialmente o açucareiro, apenas **complementava** a acumulação europeia e tanto é assim que não houve nenhum processo regional de acumulação primitiva que possibilitasse um salto qualitativo para a acumulação e reprodução ampliada do capital.

Por outro lado, a redefinição do Capitalismo – em sua fase industrial – impõe certas modificações ao Brasil como um todo, dentro da divisão internacional do trabalho operada no século XIX. Assim, os espaços

²⁴ VILAR, Pierre. op. cit., p. 35-48.

²⁵ NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 57.

²⁶ Cf. Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife de 1878, *passim*.

mais dinamizados, como o Nordeste, por exemplo, perdem sua significação maior face ao fechamento do ciclo da acumulação primitiva na Europa. Entretanto, ao mesmo tempo, inicia-se, no Brasil, um ciclo de acumulação prévio, localizado em torno de economia do café, que será responsável, em parte, pelos inícios de industrialização nacional²⁷. E, novamente, nesse processo interno, o Nordeste desempenha um papel bastante ativo, embora ainda e sempre de **complementariedade**, agora dentro do processo de divisão regional de trabalho.

Em outros termos, e como já foi apontado em livro recente, “tomando-se globalmente o processo de crescimento econômico brasileiro na segunda metade do século XIX, poder-se-ia afirmar que nele estão as origens da formação do núcleo da acumulação capitalista interna e, em consequência, das regiões periféricas [...] no momento em que se intensificam no país as relações capitalistas de produção, a partir da acumulação capitalista em determinada região, a concentração de capitais e a sua reprodução através de investimentos preferenciais no setor industrial formam um núcleo hegemônico, fazendo com que as relações inter-regionais se revistam de um caráter nitidamente de dominação política de dependência econômica”²⁸.

Ora, esse processo de acumulação no Sudeste não ocorre apenas e tão somente através da intensificação da exploração das forças produtivas locais. Opera-se, igualmente, no Brasil, o mesmo processo de acumulação primitiva da época mercantilista – através da divisão inter-regional do trabalho – embora a sua forma e as suas consequências sejam diferenciadas. Enquanto neste último, o Brasil como um todo tenha constituído uma área **complementar** para o núcleo europeu, internamente, as regiões periféricas, em especial o Nordeste, desempenham o mesmo papel.

²⁷ Cf., entre outros: SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

²⁸ PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 28.

Não é sem razão, aliás, que, desde o século XIX, reclama-se contra o chamado “privilegiamento” econômico do Sul, embora jamais se tenha compreendido o problema em suas reais dimensões²⁹. Na verdade, pelo menos, dois mecanismos agiam sugando o Nordeste em benefício do Sul. Em primeiro lugar, a transferência de renda operada pela política econômica, imposta pela oligarquia do café e, posteriormente, pela aliança entre produtores de café e frações burguesas industriais. Em segundo lugar, a transferência de força de trabalho, necessária ao crescimento da economia do café e, principalmente, ao processo de industrialização, sem esquecer a transferência de capitais em busca de uma maior taxa de lucros.

Entretanto, o importante é que esse e outros mecanismos de dominação completam o pano de fundo da estruturação do Modo de Produção Capitalista, na passagem da subsunção formal para a subsunção real do capital sobre o trabalho, e que estaria se completando apenas na década de 1950³⁰. Por outro lado, o Capitalismo Industrial, estabelecendo-se no Sudeste, necessitava da formação de um exército de reserva de força de trabalho, imprescindível à pressão para baixo dos salários e, consequentemente, à alta da taxa média de lucros. Enfim, o capitalismo do Sudeste necessitava, igualmente, de um mercado produtor de matérias-primas e consumidor de manufaturas.

Dessa maneira, o Nordeste, longe de ser “marginalizado” na economia brasileira, representou, juntamente com outras regiões, uma função importantíssima no processo global da acumulação e reprodução capitalista nacional.

O fato é que, a partir da impossibilidade histórica da acumulação ampliada se ter realizado no Nordeste, a região passa por um largo “período de espera”, produzindo valor e transferindo-o, em parte, para o Sudeste, até que o núcleo da acumulação se “tenha resolvido”,

²⁹ Cf. Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife de 1878, p. 82, 83, 86, 135, 163, 183, 184, 217, 259, 280, 350, 358-359, 361, 374-377.

³⁰ Cf. CARDOSO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

modificando o seu padrão da acumulação, ao se expandir em direção das áreas periféricas. Somente, então, quando a oportunidade histórica emerge, na década de 1950-60, com a instalação na economia brasileira do setor de bens duráveis, as relações capitalistas de produção começam a se impor no Nordeste, quer através da ação do Estado, via Sudene e outros organismos, quer através de empreendimentos privados locais, nacionais ou multinacionais³¹.

Mas, isso não significaria o fim do papel histórico do Nordeste como área **complementar**? A diluição dos chamados “desequilíbrios regionais”? Ou, ainda e finalmente, a “desmarginalização” nordestina?

A nosso ver, a expansão capitalista proveniente do Sudeste significa, tão somente, o começo do fim do próprio Nordeste como região caracteristicamente definida; a partir de agora, o capital explorará diretamente e sem intermediações de relações não capitalistas, não importando onde se localiza a sede do capital. Noutros termos, estamos assistindo, ao que parece, aos finais da função histórica do Nordeste e a uma homogeneização, a nível nacional, das relações capitalistas de produção³².

Assim, a construção regional não teria passado de mera tática dentro da estratégia global do Modo de Produção Capitalista, à semelhança do que ocorreu, em nível mundial, com a constituição do Estado-Nação moderno.

Entretanto, não pretendemos afirmar, aqui, mística e saudosisticamente, que o Nordeste, apesar da proximidade de sua “morte”, encerra as principais chaves para a explicação do processo social brasileiro.

A “questão nordestina”, construída historicamente pelos grupos agrários dominantes locais até os anos de 1930, e reconstruída mais recentemente pela classe dominante, agora em nível nacional, não nos

³¹ PERRUCCI, Gadiel. O Canto do Cisne dos Barões do Açúcar (Um Congresso de Classe). In: Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife de 1878. p. XII e XIII.

³² OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., p. 110 et seq.

deve fazer esquecer que a história tem demonstrado que tanto os grupos sociais como os espaços econômicos desempenham sempre uma função histórica específica num determinado momento e, na qualidade de agentes sociais, antes de serem “marginalizados”, eles tendem a ser integrados e diluídos, finalmente, dentro dos processos sociais mais amplos.

2.3 – O pano de fundo traçado anteriormente, talvez por demais cansativo, tornou-se necessário por duas razões principais. Em primeiro lugar, a evolução do Recife e o seu atual perfil somente podem ser compreendidos no quadro geral de atuação do Modo de Produção Capitalista, em seus vários momentos de redefinição, externa e internamente ao país. Nesse sentido, a história do Recife reflete a atuação concreta das várias formas de capital, bem como os movimentos de uma economia de mercado, aqui estabelecida³³. Por outro lado, ao definirmos a função histórica de **complementariedade** desempenhada pelo Nordeste, dentro da divisão internacional e regional do trabalho, colocamos o Recife como um dos espaços intermediadores dessa mesma função. Aqui, portanto, se coloca o ponto fundamental da função econômica da cidade como sede do capital comercial e financeiro, articulando a produção rural ora com os mercados externos, ora com o mercado da parte sul do país.

Talvez, justamente por isso, a atuação concreta do capital comercial e a reprodução no espaço urbano de uma ideologia de dominação oligárquico-rural constituam as principais chaves para a elucidação de alguns problemas ainda hoje mal compreendidos, a exemplo do vazio cultural que se apodera de uma cidade de mais de um milhão de habitantes, com uma população universitária de quase vinte mil pessoas que, no entanto, parece estudar e produzir para nada – nem mesmo para exportar!

É o vazio da produção e a plenitude da intermediação.

³³ PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 198.

Uma metrópole visitada e frequentemente coabitada por proprietários rurais e movimentada por comerciantes, uma camada de intelectuais, em sua maioria reprodutora dos valores de oligarquia rural, até recentemente predominante, verdadeira “oligarquia intelectual”, encastelada nos meios universitários e nos órgãos de pesquisa e que se autoalimenta de um passado morto e mal reconstruído. Os não alinhados emigram, os teimosos se queimam ao sol inclemente, fora dos abrigos protetores, mas paralisantes, do aparato intelectual oligárquico.

Entretanto, a cidade não se restringe apenas a uma classe dominante de contornos mal definidos. Enquanto cresce, enquanto se transforma, enquanto se integra ao conjunto nacional, Recife cria, recria e se defronta com as suas próprias contradições.

Recife como vila-porto dos primeiros séculos da colonização tem como ponto de referência a ocupação holandesa, bastante estudada e, talvez, de pouco interesse para um estudo mais voltado para o presente. O Recife dos finais do século XIX e da primeira metade do XX é que será o objeto privilegiado destas notas; não devido ao desprezo pelo passado colonial, mas ao escopo deste trabalho.

Até recentemente, a fraqueza do processo de industrialização fez com que a cidade fosse dominada pelos serviços administrativos, pelo comércio e pelos bancos. Desde o século XIX, seu crescimento e estrutura populacional ressentem-se desse fato. Já foi assinalado por muitos autores que a cidade cresceu sem que o nível de oferta de empregos pudesse observar os contingentes rurais que a demandavam; metropolização subdesenvolvida, como a chamou um geógrafo em recente e importante trabalho, ligada intimamente à produção agrícola.³⁴

A lavoura canavieira é a atividade dominante nos dois primeiros séculos da colonização. Em seguida com a incorporação de áreas do Agreste e do Sertão, o quadro econômico-social torna-se mais complexo. O

³⁴ MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: UFPE, 1978. p. 24.

espaço nordestino reporta-se entre a cana-de-açúcar, a pecuária, a agricultura algodoeira, a cultura do café (a partir do século XIX, em áreas de altiplano) e a sempre presente agricultura de subsistência, mas voltada igualmente para o abastecimento urbano.

Como bem sintetizou Mário Lacerda de Melo, “a observação de ordem mais geral a ser feita sobre o fato urbano no espaço em questão é a de que a sua intensidade está condicionada de perto pelas atividades da lavoura”³⁵.

O Recife tem, pois, a sua história largamente confundida com a história da economia agroexportadora implantada no Nordeste. Como já afirmamos, não cabe aqui examinar todas as vicissitudes dessa longa história, mesmo porque já traçamos acima o seu pano de fundo. Entretanto, é necessário sempre o referenciamento ao quadro geral e, nesse sentido, a história da cidade é, em larga medida, a história do seu porto.

Assim, a implantação urbana se fez em função da atividade exportadora, posteriormente acrescida de suas funções administrativas e dos serviços. O episódio da invasão holandesa – ao qual está ligado o primeiro grande surto de crescimento urbano – não escapa a esta determinação; antes, é sua expressão. É significativo que a palavra **Recife**, ainda hoje, designe, em sentido estrito, o núcleo urbano constituído pelo porto, sua infraestrutura e os seus serviços ali estabelecidos, incluindo a tradicional “zona” portuária de prostituição. Até recentemente, pelo menos até os fins da década de 1960, além dos escritórios das companhias de navegação, das casas exportadoras e importadoras, dos armazéns da sede da Associação Comercial, era também ali que se localizavam as casas de câmbio, as agências bancárias da cidade, tanto de bancos locais quanto nacionais e estrangeiros.

Como já foi afirmado, a conjuntura dos negócios e da vida urbana encontra sua determinação última na conjuntura e mesmo na estrutura

³⁵ Ibid., p. 99.

das atividades agrícolas. Essa afirmativa, ainda hoje válida, o era com muito mais razão para aqueles períodos nos quais a indústria desempenhava um papel bem mais reduzido do que atualmente. A agricultura condicionou e condiciona os negócios urbanos em duplo sentido: primeiro, enquanto fornece os produtos exportáveis e, segundo, na medida em que o campo constitui mercado não desprezível para os produtos importados – Caso do século XIX -, ou de fabricação local, à medida que se intensifica a produção de bens manufaturados.

A agricultura, englobando aqui também a estrutura da propriedade da terra, relações de produção e apropriação do excedente, é ainda o setor que fornece a chave mais imediata para o entendimento da evolução demográfica da cidade.

Dessa maneira, o seu crescimento populacional não se explica tão somente através do mero crescimento vegetativo ou através do aumento e diversificação de sua estrutura produtiva, mas quase que exclusivamente pela “decomposição das relações coloniais no campo”³⁶; a urbanização, como já observou Paul Singer, precede a industrialização. Na verdade, muitos dos crônicos problemas da cidade encontram nesse fato a sua explicação, daí advindo, sem dúvida, o caráter “inchado” da cidade, para usar a célebre observação empiricista de Gilberto Freyre.

Noutros termos, o Recife cresceu e continua crescendo demograficamente além de sua capacidade de oferecer empregos aos contingentes populacionais que alimentam esse crescimento, mesmo descontando o natural exército de reserva de força de trabalho existente e necessário a todos os espaços capitalistas³⁷.

³⁶ SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977. p. 307.

³⁷ MELO, Mário Lacerda de. op. cit., p. 27. Segundo Lebrete, “de 1940 a 1950, a cidade do Recife cresceu uma média de 18.900 hab. por ano, isto é, uma média de 50 novos habitantes por dia, o que é formidável”. (LEBRET, L. J. **Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústria interessando a Pernambuco e ao Nordeste**. Recife: Codepe, 1955, p. 25). Ver também: **A economia de Pernambuco**. Recife: CME/Pimes/1975.

A existência de condições favoráveis à implantação da monocultura canavieira e a privilegiada situação do seu porto deram ao Recife a preeminência econômica na região³⁸. Preeminência que será favorecida ainda mais pela implantação de serviços de alcance regional – constituindo-se, por isso mesmo, numa hegemonia mais do que estritamente econômica – a exemplo dos grandes hospitais, escolas, sedes de empresas públicas regionais etc., que lhe conferirão um papel de verdadeira metrópole regional.

Desde a época colonial, o Recife estendeu a sua influência às áreas circunvizinhas, tanto àquelas que constituiriam o estado de Pernambuco quanto às de outros estados do Nordeste atual e mesmo além. No século XIX, essa polarização foi favorecida pela implantação das estradas de ferro, muitas delas ligando, de uma forma direta ou indireta, áreas produtoras interioranas ao Porto do Recife, em vez de ligá-las às suas respectivas capitais. A hegemonia recifense consolida-se e amplia-se ainda mais com a substituição da navegação à vela pelos navios a vapor, cujos tamanhos e calados aumentam, não podendo acostar nos portos menores como Cabedelo, Maceió ou Fortaleza.

A cidade passa, cada vez mais, a acolher a produção regional para exportação, ao mesmo tempo em que firma sua posição de principal centro importador, redistribuindo, em seguida, os produtos para a vasta área sob sua influência. Assinale-se que esse mecanismo não somente atuava como fator dinamizador do seu núcleo urbano – e, em contrapartida, favorecia a estagnação das áreas urbanas vizinhas, especialmente das capitais de outros estados –, bem como implicava no aumento de suas receitas fiscais em detrimento daqueles espaços urbanos dominados.

Todas essas transformações e as que serão referidas adiante, eufemisticamente tratadas de “modernização”, na verdade, representam,

³⁸ MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**: Guia de Excursão n. 7 do 18º Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

na sua quase totalidade, fruto dos investimentos estrangeiros que, a partir da Independência, encontram no Brasil largo campo de aplicação. Seu maior contingente é representado pelo capital inglês, acompanhado de capitais franceses, alemães, entre outros; sua área de eleição, os serviços públicos, as obras portuárias e os bancos. Acompanham esses melhoramentos a formação de nova camada de trabalhadores assalariados, em todos os níveis, modificando a estrutura social da cidade, devendo-se notar, inclusive, o lento desaparecimento das artesanais com os seus Mestres – como assim chamados até pelo menos a década de 1950 os artesãos autônomos – e os seus aprendizes em marcenaria, carpintaria, serralharia etc. Em outros termos, transformações promovidas pela implantação de atividades capitalistas, gerando, portanto, relações de produção tipicamente capitalistas³⁹.

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, processou-se uma diversificação das atividades produtivas, representada pela criação de indústrias locais, a maioria produtora de bens de consumo não duráveis e que têm como suporte o mercado local. Essas indústrias,

³⁹ Gardiel Perruci – “A Cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria, in Anais do VIIº Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo. Revista de História, 1974 – p. 579 – nota 4. Nesse trabalho é apresentada a cronologia da instalação de alguns equipamentos modernos no Recife:

1846 – abastecimento de água canalizada;

1858 – inauguração do trecho Recife-Cabo, da Estrada de Ferro Recife-São Francisco.

1870 – inauguração da estrada de ferro do Recife-Olinda-Beberibe;

1871 – início dos serviços de bondes de tração animal, instalados pela Pernambuco Street Railway Company;

1873 – serviço telegráfico;

1874 – serviço telegráfico submarino, em ligação com a Europa;

1881 – serviço telefônico Manual;

1905 – início da reforma urbana;

1909 – início das obras de modernização do porto;

1914 – serviço de bondes elétricos;

1915 – nova rede de esgotos;

1924 – inauguração do novo porto;

1925 – inauguração do tráfego aéreo Recife-Buenos Aires;

1927 – serviços telefônicos automáticos.

cujos portes são bastante variados, algumas não passando de pequenos ateliês e oficinas, são possíveis e viáveis pela inexistência, ainda, do mercado nacional unificado, sob a hegemonia do Sudeste. É bom também não esquecer que, desde a segunda metade do século XIX, importantes transformações tecnológicas e sociais ocorriam na zona de produção açucareira. Primeiro, com a disseminação dos engenhos a vapor, depois, com a malograda tentativa dos engenhos centrais e, finalmente, com as usinas. Estas, embora não tenham aliado de imediato os tradicionais banguês – como muitas vezes se acredita – transformaram, contudo, muitas das relações sociais vigentes no campo, acelerando a proletarianização do morador ou expulsando parte deles para as cidades⁴⁰. Além disso, as usinas exigem uma série de bens complementares, importados uns, fabricados localmente outros, exigência que impulsionará ou mesmo fará surgir atividades produtivas destinadas a satisfazê-las.

Paul Singer relaciona o aparecimento das indústrias no Recife com o desenvolvimento do moderno parque usineiro desde que este contribuiu para: “a) criar um mercado para certos bens de produção com cal, sacaria, veículos etc; b) ampliar o mercado de bens de consumo ao provocar mudanças profundas nas relações de produção na zona rural com a consequente expansão de economia de mercado em detrimento do setor de subsistência e; c) ao expulsar do campo massas de trabalhadores que iam constituir no Recife verdadeiro exército industrial de reserva”⁴¹.

Estas transformações, além do impacto causado diretamente sobre o frágil processo de industrialização local, no sentido já indicado, explicam o crescimento da população do Recife que, na classificação de Mário Lacerda de Melo, corresponde a um “crescimento moderado” no século XIX e “acelerado ou mesmo explosivo” no século XX⁴².

⁴⁰ SINGER, Paul. op. cit., p. 331. Para uma visão do ponto de vista dos senhores de engenho, Cf. FREYRE, Gilberto. **Livro do Nordeste**. (reedição fac-similar). Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

⁴¹ SINGER, Paul. op. cit., p. 307-308.

⁴² MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: UFPE, 1978. Cf., em especial, o Cap. IV.

Concomitantemente às mudanças no campo – tratamos, por ora, unicamente da zona açucareira, sendo as demais áreas mais afetadas demográfica e socialmente por fatores climáticos e epidêmicos –, a própria área urbana ia sendo modificada. Seu porto foi modernizado e ampliado entre 1909 e 1924, reformas urbanas foram executadas, instalaram-se companhias de transportes urbanos, de abastecimento d'água, de gás de iluminação e, posteriormente, de iluminação elétrica⁴³. Tais fatos não deixam, naturalmente, de influir, de condicionar aspectos da história social, política e cultural da cidade e que tentaremos recapitular sumariamente.

Importa, no entanto, prevenir igualmente o leitor – embora tal aspecto não possa, aqui, ser desenvolvido amplamente – que há toda uma peculiar configuração do sítio do Recife – da localização dos imóveis, de uma geografia social, da implantação do poder – que sofre, ao longo do tempo, modificações sensíveis. A cada momento da história do capital e das classes sociais, corresponde um momento da fisionomia urbana nas suas mais variadas e complexas manifestações. A título de ilustração, assinale-se que a geografia do poder mudou muito, desde o século XIX. A Casa de Detenção, que até recentemente se erguia no centro da cidade, como que a advertir os “de fora”, foi transferida para a Ilha de Itamaracá e outros presídios construídos fora do perímetro urbano, e o seu prédio é, hoje, ocupado pela Casa da Cultura. Significativa mudança, sem dúvida... Em certas áreas de alagados, tradicionalmente ocupadas pelos caranguejos e mucambos, esta reordenação do espaço vem se dando ligada à expansão de complexos rodoviários, viadutos etc. Sua proximidade do centro da cidade e a facilidade das comunicações tornaram-nas extremamente cobiçadas. Tal é o caso do chamado “complexo rodoviário de Salgadinho” que, facilitando as comunicações entre Olinda e Recife, valorizou a área de mangue existente entre as duas cidades. Os mucambos estão sendo destruídos e, em seu lugar, já surgiram um grande motel, um Centro de

⁴³ Cf. nota 39.

Convênções construído pelo Governo do Estado e, ironias de nossa história, a Cohab ali também construiu a sua sede, tendo previamente “limpado” o local com o arrasamento dos mucambos. Outras áreas transformadas foram a do Coque e a Ilha de Joana Bezerra, tradicionais presenças nas crônicas policiais e conhecidas pelo extremo nível de miséria de sua população. A construção de um viaduto para facilitar a ligação entre Boa Viagem e a cidade de Olinda realizou o que nem a polícia nem o assistencialismo conseguiram... Registre-se que a construção do viaduto teve de ser garantida pela polícia, uma vez que os habitantes das referidas áreas apedrejavam os operários, destruíam as obras etc⁴⁴.

O sítio do Recife e suas modificações merecem uma referência. A capital do estado *“era melhor conhecida dos estrangeiros pelo nome de Pernambuco, em consequência, ao que parece, da identificação do porto com a região servida por ele; na verdade, Recife não passa, em seu início (como já foi assinalado), de um entreposto de açúcar destinado aos portos estrangeiros [...] A característica principal da cidade é a sua posição atlântica bastante avançada que lhe proporcionou, no passado, a possibilidade de contactos permanentes com os mercados internacionais e que, atualmente, lhe faz ser considerada como importante sítio estratégico.*

“Os movimentos eustáticos responsáveis pela formação das indentações do litoral e o delta formado pela confluência de alguns rios permitiram a construção da planície recifense e a criação de um porto extremamente favorável ao comércio internacional.

“A planície do Recife se desenvolve em semicírculo no meio de colinas surgidas da dissecação da superfície sedimentar do plioceno. Ao norte da planície, elevam-se as colinas onde foi construída Olinda, antiga capital de Pernambuco; ao sul, aparecem as colinas dos Prazeres conhecidas pelo nome pomposo de montes Guararapes. Enfim,

⁴⁴ LIMA, Rosa Maria Cortez de. **O morar e a moradia**: as representações dos moradores da favela do Chié no Recife. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, 1990.

*a oeste, se elevam alguns pequenos montes, testemunhas da formação **barreiras**, já, no entanto, acompanhados de algumas elevações cristalinas.*

“Na direção oeste, a uma quinzena de quilômetros do mar, irrompe na planície um dos rios que descem da Borborema – Capibaribe. Em contacto com a planície, o rio se ramifica em inúmeros braços, formando um sem número de pequenas ilhas, de pântanos e de camboas. Do norte, desde o Beberibe, pequeno rio originário da zona da Mata que, no centro da cidade, se junta, ao Capibaribe. Pequenos riachos, nascidos ora na planície, ora nas elevações que a limitam, completam o quadro hidrográfico local. A multiplicidade dos cursos d’água, seu pequeno débito, acrescido da fraca altitude da planície explicam as inundações quotidianas provocadas pelo fluxo das marés. Rigorosamente falando, é o elemento líquido que domina a paisagem – mistura de terra e água onde, como escreve Waldemar de Oliveira, ‘o que não é água, já o foi ou é recordação dela’ [...]

Os construtores da cidade, ao que parece, depararam-se apenas com um único problema: conquistar aos pântanos a maior parte possível de terra firme. O papel iniciador dessa conquista cabe às pequenas ilhas, conquista que se prolonga, aliás, até hoje. A partir da ilha do Recife, pouco a pouco, através de aterros constantes, a cidade se estende sobre o continente, disputando-o aos manguezais, cuja importância e presença para a população já foram bem descritas por Josué de Castro no seu ‘Ciclo do caranguejo’. A expansão em direção ao continente se faz sob a forma de um leque, cujo vértice é constituído pelo porto; a evolução do traçado urbanístico do Recife demonstra bem a função da cidade como mercado distribuidor de açúcar que vem do norte, do centro e do sul da Mata”⁴⁵.

⁴⁵ PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 101-103.

Esse rápido perfil geográfico do Recife se torna importante, porque, justamente, em épocas ainda recentes, senão na própria atualidade, a presença da água e a luta constante contra ela, ou até mesmo a sua utilização como meio para sobrevivência de parte da população, não acrescenta à cidade apenas um aspecto pitoresco – e até mesmo grotesco ao ser chamada de “Veneza Brasileira” – mas, antes, econômico e social. É necessário, pois, acrescentar que, em épocas mais recuadas, com a existência muito mais acentuada dos mangues e dos alagados – o próprio Rio Capibaribe servindo como via de comunicação urbana e, até, como sítio de banhos, mesmo para as famílias mais abastadas – a ambiguidade do Recife representa todo um ciclo da história social da cidade, onde os mangues ofereciam, no próprio núcleo urbano, a possibilidade de sobrevivência à população não absorvida pelo mercado formal de força de trabalho. Assim, não somente nos mangues e alagados eram construídos os barracos e os mucambos, como igualmente neles se encontrava o alimento abundante e gratuito, permitindo grande parte da população subsistir “imune” às famosas leis do mercado capitalista⁴⁶.

Por outro lado, se os mucambos começam a desaparecer dos mangues, hoje transformados em terrenos valiosíssimos para a desenfreada especulação imobiliária que tomou a cidade de assalto, os morros formam, no espaço da década de 1950-1960, um verdadeiro cinturão de favelas para onde se deslocam constantemente os antigos mucambeiros e o recente proletariado urbano.

Indiquemos aqui rapidamente a constituição e a repartição da população, em termos estratificados, a partir dos finais do século passado. *Grosso modo*, para o período, as linhas demarcatórias são as seguintes: pessoal administrativo, comerciantes – nacionais e estrangeiros –, caixeiros (os atuais comerciários), trabalhadores (livres e escravos), artesãos, proprietários rurais com a casa na cidade, ou nela habitando em

⁴⁶ CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1961.; Id. O ciclo do caranguejo. In: **Documentário do Nordeste**. São Paulo, Brasiliense, 1968. p. 25.

caráter permanente a partir das usinas, biscateiros, profissionais liberais, clérigos – tanto seculares como regulares – e aquela parte da população que preconceituosamente foi chamada de “marginal” (o lumpemproletariado, num sentido mais preciso) e já habitantes dos alagados e dos mucambos.

Na verdade, essas indicações gerais necessitam, obviamente, de serem detalhadas. Em cada um desses grupos, há uma hierarquização de função, de renda, de poder e de importância. Cada um desses grupos distribui-se, também, de forma diversa no espaço urbano: bairros “aristocráticos”, com suas amplas residências, construídas em grandes terrenos que reproduzem ainda as relações da gente do campo, com sua senzala urbana, com os sobrados ocupados pelos comerciantes mais abastados, misto de habitação, depósito e loja⁴⁷. Bairros de uma incipiente classe média, conservando o quanto possível o quintal e o terreno lateral, ou **oitões**. Bairros de casa de parede-meia, dos pequenos funcionários, dos artesões, de trabalhadores livres. E, por fim, o já tão falado mucambo, quando não simplesmente as portas das igrejas, as pontes, um abrigo fortuito qualquer para aqueles que, nesta cidade de terra molhada em demasia, nem sequer mais um lugar encontravam⁴⁸.

O que mudou nessa paisagem extremamente diversificada, nos anos mais recentes? Certamente, não a pobreza nem a miséria da população, porém antes o distanciamento dessa miséria que a planície fabricou, abrigou e, agora, expulsa. A mesma miséria que aterrou os pântanos e os mangues, desperdiçando trabalho – valor de uso – agora transformada em mercadoria altamente disputada. A nova repartição social compõe-se, atualmente, de um novo elemento: o operariado. E isso ocorre na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, continuando até hoje e sempre e predominantemente em relação com o que se passa no campo. Um operário que surge da população pobre residual da cidade e de

⁴⁷ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. passim.

⁴⁸ PERRUCCI, Gadiel. **Favelas do Rio e Mucambos do Recife**. Recife: FPS, 1962.

homens e mulheres expulsos pela desordem estrutural da produção açucareira; operariado que começa a povoar, agora, os morros, mais salubres e mais arejados, porém segregados da planície que ajudou a construir, operariado que até mesmo dos morros começa a ser expulso e alojado em longínquas “vilas populares”.

A planície, hoje, pertence à burguesia. Alguns morros e praias, recuperados, à alta burguesia; os espigões, à classe média. O bairro praieiro de Boa Viagem representa bem esta disputa pelo restrito espaço urbano existente; do mesmo modo, Boa Viagem representa também a imagem “especular” do **milagre econômico** dos anos de 1970, em que uma classe média, ávida por *status* social, se distancia do mangue e do morro, bronzendo-se na praia cada vez mais poluída.

Todo esse processo, no entanto, é inseparável do avanço do capitalismo e do modo de pensar burguês, acarretando mudanças sensíveis nas relações sociais anteriormente vigentes. Recife se agiliza e cresce, mas continua estéril no processo produtivo. Mesmo assim, o operariado lentamente se formando, a classe média se acotovelando na planície, setores desta última olhando mais para os morros do que para as praias, a classe dominante recuando e se escondendo sob as asas protetoras do Estado paternalista, o Recife começa a revelar um novo rosto até então quase desconhecido: o de uma cidade essencialmente política.

Quase um pleonasmo e, contudo, uma constatação plena de sentido. De reprodutora ou acolhedora de uma ideologia oligárquico-rural, acostumada à pachorra semirrural, local de desova de rebeldias nascidas em outros ambientes, ou quase, a cidade começa a protestar: protesto físico que faz brotar água do solo, ainda recentemente mangue, violentado pelo quase fato único do crescimento atual, configurado na fúria da construção civil; protesto social e político que espanta a classe dominante, cercada por todos os lados de morros habitados mais ainda não de todo vividos. Protesto coletivo de uma região, concentrado numa cidade apenas e que se torna, hoje, cabeça de ponte da expansão capitalista proveniente do Sudeste.

Se as relações de produção tornam-se quase plenamente capitalistas, o novo operariado, saído da modernização industrial recente, também está presente nas lutas políticas atuais.

É necessário, no entanto, refletir sobre as devidas dimensões das transformações citadas. Embora em nível local elas não sejam desprezíveis, estando mesmo na base de quase todos os movimentos sociais, tanto das primeiras décadas deste século, quando daqueles surgidos nos anos de 1950-1960, se vistas dentro do contexto nacional mais amplo, tanto a industrialização quanto o setor terciário e a emergência do operariado apresentam reduzidas proporções.

Aqui, como em muitos outros aspectos nordestinos, o mito e o medo precisam ser desmistificados. O mito dos “movimentos revolucionários” e o medo da classe dominante e dos segmentos médios da população que transformaram o Recife numa das cidades mais vigiadas e vítima da repressão no Brasil. Ainda, aqui, parece, Recife é intermediadora das grandes tensões criadas no campo, ao mesmo tempo em que gera as suas próprias, semelhantes a qualquer cidade superpovoadas.

Expressão do fenômeno mais geral da disparidade do crescimento das várias regiões do país, do desenvolvimento desigual do Capitalismo, já na década de 1950, o Nordeste é visto como uma “questão nacional”, com as chamadas “disparidades regionais”, aparecendo como ameaça até mesmo à unidade do país; leia-se, ameaçando o controle hegemônico da burguesia e dos seus aliados estrangeiros ou, se quiser inverter a equação, da burguesia internacional e dos seus aliados nacionais.

Uma das faces do fenômeno a assinalar é que, comparado com os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do XX, o espaço de atuação e constituição de um empresariado local tornou-se, a partir dos anos de 1960, cada vez menor. Se atentarmos para o perfil apresentado pela nascente industrialização recifense, veremos que boa parte da produção de bens de consumo era realizada por empresas locais, mesmo que pequenas. É significativo que em ramo como o de cigarros, o Recife

contava, no exercício de 1899-1900, com duzentas e quarenta e quatro fábricas de cigarros e de preparo de fumo⁴⁹. Tratava-se, sem dúvida, de pequenos empreendimentos, o termo “fábrica” não podendo ser tomado no sentido de grandes empresas maquinofatureiras com produção de escala, salvo algumas poucas, mas que atendiam, sem dúvida, ao consumo local e regional; o mesmo pode ser repetido em relação a outras atividades, como já apontou Paul Singer⁵⁰.

As razões para o recuo desse processo de industrialização não podem ser tratadas aqui, já tendo mesmo algumas pistas sido levantadas anteriormente. As referências feitas nos interessam enquanto podem esclarecer a história do empresariado local, seu papel na década de 1950-1960, reclamando a ação do Estado nacional para “salvar” a região, bem como o atual momento de associação ao capital do Sudeste e do estrangeiro. O empresariado local confunde-se, em larga medida, com o usineiro e, quando diversifica suas atividades, volta-se ora para os empreendimentos imobiliários, ora para os investimentos no mercado financeiro. Aqui e sempre, não há produção, e, sim, intermediação.

Por outro lado, desde o século XIX, apesar da presença de escravos nas atividades urbanas, novas categorias de trabalhadores ou outras mais antigas adquirem gradativamente expressão e importância e começam a participar mais ativamente da vida social e política da cidade. Desde as tão famosas “revoluções” do século XIX – 1817, 1824, 1848, passando pela Questão Religiosa, pelo Abolicionismo, pela luta antioligárquica das primeiras décadas do século XX – até os movimentos mais nitidamente operários, como as greves de 1917 e 1919, aquela presença se afirma e se clarifica⁵¹.

⁴⁹ VIANNA, A. J. Barbosa. **Recife, Capital do Estado de Pernambuco**. 2. ed. Recife: SEC, 1970. p. 95.

⁵⁰ SINGER, Paul. op. cit., p. 305.

⁵¹ Ô, Manuel do. **100 anos de suor e sangue**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 99 et seq.

A fim de se situar, ainda que sumariamente, a evolução da atividade industrial nos períodos aqui examinados, transcrevemos um quadro que permite visualizá-la.

QUADRO 1 ⁵²

Número das empresas industriais instaladas em Pernambuco*

Antes de 1900	1900/09	1910/19	1920/29	1930/40	Total
113	33	99	345	1.264	1.854

A grande maioria das empresas instaladas é constituída pelos setores têxtil e alimentar, como se pode ver detalhadamente no quadro seguinte.

QUADRO 2 ⁵³

Tipos de empresas sobre o total (V. Quadro 1)

Tipos	Antes de 1900	1900/09	1910/19	1920/29	1930/40	Total
Têxtil	8	2	5	20	48	83
Produtos alimentícios	31	17	30	116	544	738
Extrativas de produtos minerais	56	1	8	12	43	120

⁵² PERRUCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 137.

* Não compreendidas 23 empresas cujas datas de instalação não foram declaradas.

⁵³ PERRUCI, Gadiel, loc. cit.

Embora não reproduzindo todos os dados, podemos tirar algumas conclusões a partir do quadro acima. Ressaltemos que somente no período “antes de 1900”, os setores têxtil e alimentar foram superados por um setor, o da extração de produtos minerais, que são, evidentemente, minerais não metálicos. Para as três últimas séries (1910-1919, 1920-1929 e 1930-1940), deve ser assinalado o aumento das indústrias químicas e farmacêuticas, com os respectivos totais de 10, 13 e 16, mas que, sem dúvida, referem-se mais à manipulação e composição de drogas e remédios do que propriamente à fabricação integral dos produtos, no sentido atual. Outras atividades, mas que merecem destaque, são as de transformação de minerais não metálicos e a da construção civil, conforme é possível verificar no quadro seguinte.

QUADRO 3⁵⁴

Tipos de empresas sobre o total (V. Quadro 1)

Tipos	Antes de 1900	1900/09	1910/19	1920/29	1930/40	Total
Transformação de minerais não metálicos	2	3	7	23	101	136
Construção Civil	-	-	2	12	19	33

O crescimento acentuado dessas duas últimas atividades, sobretudo nos períodos 1920/1929/1940, reflete o aumento da área construída, seja em que sentido se tome a expressão. Qualquer observador atento que se der ao trabalho de percorrer as ruas da cidade, notadamente, nas áreas residenciais não inteiramente afetadas pela construção dos atuais prédios de apartamentos, verificará, pelo estilo das construções e, muitas vezes, pelas datas nelas estampadas, que a grande maioria foi

⁵⁴ PERRUCI, Gadiel, loc. cit.

construída nos períodos em foco. Acrescente-se que, durante o Estado Novo, houve intensa atividade estatal – tanto da Prefeitura do Recife, quanto do Governo do Estado – na abertura de novas vias, de alargamento de algumas já existentes, de construção de parques, praças, vilas populares etc.⁵⁵.

Em trabalho do qual extraímos os dados acima, a questão da indústria de Pernambuco até 1940 é, assim, sintetizada: *“Concentrada, sobretudo, no setor de bens de consumo, a indústria pernambucana conhece, durante a Primeira República, um inegável progresso. A “revolução tecnológica” ocorrida na produção açucareira do estado provoca, em Recife, uma aceleração das atividades comerciais e industriais; os engenhos centrais e as usinas estimulam a fabricação, no Recife, não somente de certos tipos de material ligeiro para a manutenção de suas máquinas como também de produtos têxteis para ensacar o açúcar. Além disso, o crescimento da população provoca o aumento do consumo de alimentos e de têxteis. Enfim, o progresso industrial do Sudeste brasileiro se reflete também no Nordeste, estimulando o aparecimento de fábricas, frequentemente simples filiais de empresas cuja direção está sediada no Sudeste ou no estrangeiro.*

As razões da concentração industrial em Recife parecem simples: um grande porto que atrai todo o comércio exportador e importador, operações financeiras concentradas na capital regional,

⁵⁵ A abertura da Av. Caxangá (inaugurada em 30.08.1939) e a criação do Parque Treze de Maio (inaugurado em 26.05.1940) são obras do Estado Novo, durante a interventoria de Novaes Filho. O Parque Treze de Maio foi utilizado para abrigar o Congresso Eucarístico Nacional, que não deixou de ter uma nítida conotação política de cunho anticomunista, popularizando-se o célebre refrão “Quem não crê, brasileiro não é”. Cf. **Arquivos** (Revista da Prefeitura Municipal do Recife), ano I, n. 1, p. 254 et seq. março de 1942. Ver também: BRADLEY, Sandra. **Açúcar & Poder**. Recife: Condepe, 1978. p. 80. Esta autora afirma: “Preocupado [Agamenon Magalhães] com o problema social e com a afluência de migrantes para o Recife, procurou resolver o problema habitacional partindo para uma política de construção de casas populares, de vilas, com a destruição dos mocambos, sob a alegação de que, transferindo a população marginalizada para habitações higiênicas, resolveria o problema social”.

um mercado de consumo em rápida expansão, um interior desprovido de indústrias, formando, assim, um mercado suplementar, uma rede de transporte em forma de leque e cujo centro é formado pela cidade, um imenso reservatório de mão de obra barata, inchado pela abolição do trabalho escravo e pelo êxodo rural”⁵⁶.

Em primeiro lugar, a maioria das indústrias referidas concentra-se no Recife, sendo mínimas as exceções de porte⁵⁷; este fato significa que a concentração industrial, tanto em nível estadual quanto regional, na cidade do Recife, é fenômeno que antecede os anos de 1950, modificando-se somente desta data em diante pela criação dos distritos industriais, na área metropolitana, mas tal alteração não significou uma radical mudança da tendência nem da significação da mesma em nível regional. Em segundo lugar, é importante salientar que a chamada “crise regional” dos anos de 1950 em diante, quando se “redescobre” o Nordeste e se postula uma política industrializadora sob a direção de incentivos oficiais, encontra como ponto de partida o quadro de industrialização esboçado anteriormente.

Em outras palavras, face ao processo de industrialização do Sudeste e à mudança no padrão da acumulação dos anos de 1950 no Brasil, a industrialização do Nordeste, apresentava-se como uma industrialização “tradicional” quanto aos setores, à tecnologia ou à organização empresarial.

Na verdade, o quadro do crescimento industrial traçado significa que se desenvolve, no Recife, uma frágil, mas operante, camada capitalista, trazendo consigo o crescimento de um operariado combativo, embora igualmente frágil.

A partir da Sudene, no entanto, parece ter havido mudanças qualitativas significativas na estrutura de classes do Recife. Se o número de indústrias cresce, isso não significa, entretanto, que houve um

⁵⁶ PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 139.

⁵⁷ Entre as indústrias de algum porte localizadas fora do Recife, encontravam-se fábricas de tecidos nos municípios de Goiana, Paulista e Moreno (1979).

fortalecimento da classe capitalista local ou mesmo regional. Ao contrário, a intermediação da Sudene contribui decisivamente para enfraquecer a classe dirigente local, substituída, pouco a pouco, por uma camada de executivos, ou gerentes, das novas empresas, simples filiais de matrizes estabelecidas no Sudeste ou no exterior. A antiga camada empresarial, dessa forma, serve de ponte, quase de uma ilusória continuidade da afirmação da classe capitalista local e, num processo de alienação, continua a intermediar.

Por outro lado, o operariado local cresce e se afirma, embora quantitativamente pouco relevante ainda face à montagem de fábricas que utilizam capital intensivo, poupadoras de força de trabalho. Esse o grande dilema não resolvido pela Sudene ou, antes, criado por ela: um operariado que cresce lentamente e um exército industrial de reserva que cresce rapidamente.

Finalizando, vale a pena terminar estas notas com uma introdução ao estudo dos movimentos sociais do Recife. A conclusão, acreditamos, dependerá de variáveis ocorrentes na década de 1950-1960 e que, até hoje latentes ainda, são difíceis de serem analisadas em profundidade.

A visão será rápida desde que é impossível examinar em detalhe os movimentos políticos e partidários das várias classes no período. As datas são conhecidas e estão mesmo em todos os manuais escolares, embora muito desses movimentos ainda estejam a exigir revisões informadas por nova leitura documental e metodológica.

1817, 1824, 1831, 1843, 1848, o movimento abolicionista. Para a historiografia conservadora são motins e revoltas, anarquias. Varnhagen escreve sobre 1817, pedindo desculpas aos leitores e sem esconder o seu horror, vencendo-o somente pela sua concepção da “objetividade” que incumbe ao historiador no registro dos fatos. É verdade que muitos desses movimentos não são exclusivamente urbanos, tanto no seu desenrolar quanto nas suas bases sociais. Mas é no Recife, no seu espaço urbano, que são jogadas as cartas decisivas, a fuga para o interior é a tentativa de furar o cerco, como em 1824, já no desespero da derrota. Ainda no

Segundo Reinado, tem início uma outra corrente historiográfica, sobretudo, local de culto às glórias liberais, libertárias da Província. São os “mártires” pernambucanos, é a exaltação do “maligno vapor pernambucano”⁵⁸.

Além desses movimentos mais conhecidos e que tiveram os seus cronistas e historiadores, há os movimentos populares ainda pouco estudados, os “motins”, tanto da tropa, quanto do povo sem farda. Esses ainda esperam os seus historiadores. No Recife e em Olinda, eles se expressam pela violência desorganizada e têm por alvo, muitas vezes, os estrangeiros, odiados por causa do monopólio do comércio⁵⁹.

Quais são as suas raízes e motivações? São movimentos políticos, obviamente: luta contra o centralismo imperial e sua extorsão econômica através dos impostos⁶⁰, bem como, possuindo raízes econômicas mais claras, embora ainda mal conhecidas, fincadas nas conjunturas do período, tais como o alto custo de vida e desvalorização na moeda, numa época em que parte da população já é assalariada e se ressentido do baixo poder aquisitivo dos salários⁶¹. São também antioligárquicos e, em 1848, possuem sua tintura de socialismo utópico com sua simbologia “quarantuitard”⁶².

A imprensa já não é somente o porta-voz dos interesses oficiais. O socialismo utópico, o ecletismo liberal-conciliador de Victor Cousin encontram tradutores e divulgadores na Veneza Tropical... Importando mercadorias e ideias, havendo, naquelas como nestas, tanto da boa qualidade como da pacotilha...

⁵⁸ A expressão “maligno vapor pernambucano” foi, na verdade, cunhada pelo pensamento conservador.

⁵⁹ QUINTAS, Amaro. O Nordeste (1825-1859). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2. ed. tomo II, vol. 2. São Paulo: Difel, 1967.

⁶⁰ MELO, José Antônio Gonsalves de. Por uma história do Império vista do Nordeste. **Estudos Universitários**, Recife, vol. 1, julho/setembro 1972, UFPE, p. 51-60.

⁶¹ ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos nativistas em Pernambuco**: setembrizada e novembrada. Recife, UFPE, 1971.

⁶² QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

O próprio da época, após 1848, em uma perspectiva mundial, é a expansão da economia capitalista a todo o planeta⁶³. Todos esses movimentos, portanto, devem ser vistos, para que seu entendimento seja completo e correto, na complexa trama que vai do local ao extralocal e algumas de suas balizas fundamentais são a constituição do Estado-Nação, após 1822, e a permanência da economia agroexportadora, mas, agora, na fase do capitalismo industrial. Não é por acaso que todos os viajantes estrangeiros do período – etnocentrismo e preconceitos, à parte – assinalam, ao lado de “arcaísmo” e dos prolongamentos coloniais, a fome de transformação que atravessa o país. O Capitalismo dita a moda, em seu sentido mais amplo⁶⁴.

É importante também não esquecer que os já referidos movimentos inserem-se, igualmente, na longa crise da economia nordestina, em particular da agroindústria do açúcar, cujas origens datam pelo menos da segunda metade do século XVII. No século XIX, a expressão teórica e política do fenômeno é, evidentemente, outra, como é outra a consciência que dela possuem tanto o Estado quanto as classes dirigentes locais. Estas falam do **abandono do Norte** (o termo Nordeste é de uso mais recente) e do seu esquecimento pelo poder imperial⁶⁵.

Interessante notar que, já no século XIX, coloca-se entre nós o debate da questão da intervenção do Estado na economia. Um estudo mais aprofundado da questão revelaria, aliás, uma extensão muito maior do problema, envolvendo, sobretudo, os proprietários, tanto rurais quanto aqueles que já investem na produção de manufaturas e, naturalmente,

⁶³ HOBBSBAWN, Eric J. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 17.

⁶⁴ GRAHAM, Richard. **A Grã-Bretanha e os inícios da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. Cf. ainda: MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁶⁵ Cf. Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife de 1878 – V. Introdução, intitulada **O Conto do Cisne dos Barões do Açúcar (Um Congresso de Classe)**, de Gadiel Perruci, especialmente as p. XIX e XX, onde se encontra uma *Classificação dos assuntos tratados no Congresso*. Para os anos posteriores a 1950, cf.: COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

também os comerciantes. Na fase de nossa história a que nos referimos, são, sobretudo, estes últimos os primeiros a discutirem a questão que não é evidentemente puramente teórica. No Recife, por exemplo, a volta do controle da qualidade do algodão e a fixação do peso e tipos de fardos pela novamente criada “Inspeção do Algodão”, suscitam viva discussão entre intervencionistas e anti-intervencionistas. Os últimos, representados pelos empresários urbanos e comerciantes exportadores que perdiam, assim, um dos mecanismos de controle – e de ganho suplementar, muitas vezes desonesto – sobre a produção rural. Em um parecer sobre a questão, encontramos elementos preciosos sobre o problema, que não deixa de ter interesse ainda hoje⁶⁶.

Até os fins do século XIX, tudo indica que as expressões politicamente organizadas são as da classe dominante. E é diante da realidade ainda recente do Estado Nacional que elas se realizam. As classes subalternas, em suas revoltas, parecem nunca ter tido clareza do que estava em jogo. Note o leitor que aqui, mais do que em outras partes deste ensaio, fazemos questão de frisar o condicional de nossas hipóteses. Muita investigação terá ainda de ser feita, muito material revelado para podermos nos aventurar a afirmações mais categóricas.

Um movimento merece, aqui, ser referido: o tão decantado movimento abolicionista. Cerca-o, ainda, sem dúvida, muita mistificação e muito desconhecimento. Uns o reduziram à ação de alguns publicistas e tribunos da classe dominante, pouco ou nada dizendo da participação popular e dos próprios escravos. Uma forma, sem dúvida, de alimentar o mito da conciliação, em nossa história, da abolição, fazendo-se com belos discursos, generosidade e rosas. Mito tanto mais forte quanto o exemplo da Guerra Civil norte-americana contribuía para ofuscar o que houve entre nós de conflito e de resistência. O certo é que não faltou entre nós uma efetiva participação popular nos movimentos abolicionistas, movimento

⁶⁶ ANDRADE, L. L. Paes de. Parecer sobre a criação da Inspeção do Algodão em Pernambuco (Introdução e notas de Denis Bernardes). In: **Temas**, n. 4. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1978.

que, de resto, apresentou várias tendências, fato que a historiografia oficial não revela. Essas correntes variavam com a composição social de cada grupo; assim, encontramos a gente abastada não escravocrata, advogando uma abolição lenta, gradual, de cima para baixo, que garantisse, sobretudo, a não provocação de movimentos dos próprios escravos⁶⁷.

No Recife da segunda metade do século XIX, são inúmeras as **Associações Emancipadas**. Sua composição é obviamente urbana; “senhoras da sociedade”, profissionais liberais, trabalhadores, estudantes oriundos das várias Províncias do Norte e que estudavam na Faculdade de Direito do Recife. Une todas elas a característica a que nos referimos acima e que Carneiro Vilela define como “processo conservador”. Tratava-se de comprar escravos que, por ocasião de festejos e comemorações, eram solene e festivamente alforriados.

Discordando daquele “processo conservador”, um grupo de abolicionistas, considerando “o senhor já bastante indenizado pela posse e exploração de sua propriedade escrava”, passa a uma ação mais direta, roubando escravos e os encaminhando a lugares onde estivessem a salvo das buscas ou forjando cartas de liberdade que eram registradas nos tabeliães como válidas⁶⁸.

Rompendo com as organizações emancipadoras legalistas, é fundada, em outubro de 1884, a **Associação Abolicionista Secreta Relâmpago**. Para evitar perseguição, fruto da quebra de sigilo de um dos seus membros, a Associação foi, no mesmo mês, transformada no Clube do Cupim. Carneiro Vilela, de quem tomamos estes dados, diz que o Clube do Cupim se inspirou na “admirável organização”. À sua composição popular corresponde, sem dúvida, sua atuação mais decidida, bem como a oposição à emancipação por vias legais; o Clube do Cupim atuou de outubro de 1884 até abril de 1888, quando foi realizado o último embarque de escravos, em número de 119.

⁶⁷ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes/INL, 1977, passim.

⁶⁸ VILELA, Carneiro. Club do Cupim. **Jornal Pequeno**, Recife, n. de 15.05.1905.

O mesmo Carneiro Vilela, historiando a atuação do Clube do Cupim, em artigo publicado em 1905 e do qual nos temos servido largamente, afirma: “Esse elemento popular, sendo o que sempre nele preponderou, foi, aliás, o único que, de princípio, se compenetrrou da imensa importância da luta a travar e nela entrou de corpo e alma, assumindo todas as responsabilidades, arrostando todos os riscos desde a odiosidade da poderosa economia escravocrata, o que era o risco moral de funestas consequências, até a perseguição e a cadeia, o que se constituía o risco material, mais ou menos iminente”⁶⁹.

Na longa citação, deliberadamente feita pelas preciosas informações que contém, não somente fica claro o caráter popular do Clube do Cupim, como também é ele que explica sua atuação mais radical, rompendo com a atuação festeira e filantrópica das associações de composição social elitista. Revela ainda o texto citado um elemento que a historiografia oficial tem silenciado: a ação repressiva antiemancipadora. A abolição, portanto, não foi este movimento de generosa unanimidade nacional que muitos querem fazer crer, quando escondem a natureza da transformação em curso, inclusive, mistificando a condição do trabalhador assalariado⁷⁰.

Com as transformações sociais e econômicas, entre os últimos anos do século passado e os primeiros do atual, outros agentes sociais aparecem, como os trabalhadores assalariados. Nos finais do século XIX, é proclamada a República que, teoricamente, visava a liquidar a política oligárquica da Monarquia. Sabemos todos que, de fato, a República foi, desde cedo, dominada pela oligarquia e tornou-se mesmo um instrumento de concentração de poder no sul, pelo mecanismo do “federalismo desigual”⁷¹. A Nação continuava, apesar do incipiente núcleo industrial,

⁶⁹ VILELA, Carneiro, loc. cit.

⁷⁰ EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 212 et seq.

⁷¹ Cf. FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano. tomo III, vol. 1. São Paulo: Difel, 1975. V. especialmente, o ensaio de Fernando Henrique Cardoso, intitulado *Dos Governos Militares a Campos Sales*.

tendo a sua economia baseada na exportação de produtos agrícolas, em especial o café. A composição política das classes dirigentes reflete esta base econômica de forma inequívoca. Acrescente-se que muitos políticos da chamada República, ou República Velha, haviam iniciado sua carreira ainda no período imperial. Não surpreende, pois, que grande parte dos políticos da primeira fase republicana, tanto em nível nacional quanto regional, sejam os mesmos do período anterior. Nenhuma dificuldade para entender o fenômeno, desde que a sua base material não se havia alterado substancialmente. Não estamos afirmando que nada mudou, mas indicando o caráter não linear da mudança, seu caráter complexo. São esses políticos de origem rural, autênticos representantes da **República Oligárquica**, que enfrentarão o movimento operário nos seus primórdios. Nesse contexto, é que “a questão social é uma questão de polícia”⁷².

Até 1930, *grosso modo*, não se trata de atrelar o movimento operário à política de conciliação de classes – da qual Getúlio Vargas será futuramente o principal artífice – mas, sim, pura e simplesmente, de reprimi-lo violentamente, considerando-o até como fruto de mera baderna de origem popular ou popularesca. Não queremos afirmar tampouco que os conflitos sociais, entre nós, são produtos da miopia das classes dirigentes. O que queremos é chamar a atenção para a natureza do Estado nos primeiros anos da República, fruto do estágio da sociedade brasileira da época e de como a mesma, em seu aspecto ideológico, condicionou sua atuação face ao nascente movimento operário.

Encontramos, por vezes, nessa fase de nossa história, um paternalismo do Estado – que não é, aliás, exclusivo do período – tacitamente aceito pelos dominados, que não exclui evidentemente o uso de argumentos de força, mas que também não exclui por parte dos trabalhadores a busca, por vezes ingênua, de certos apoios ou da mediação das autoridades estatais para resolução dos conflitos.

⁷² THEOTÔNIO JÚNIOR. O movimento operário no Brasil. **Revista Brasileira**, São Paulo, janeiro-fevereiro 1963, n. 39, p. 108, São Paulo: Brasiliense, 1963.

Nesse contexto, que convém não perder de vista, situam-se o movimento dos trabalhadores e, obviamente, o das classes dominantes. Não esqueçamos o quadro já traçado sobre a urbanização e a industrialização no Recife; para relembrar Paul Singer, uma urbanização que precede a industrialização e uma industrialização que foi incapaz de absorver a crescente oferta de força de trabalho.

Na história do movimento dos trabalhadores assalariados do Recife, uma categoria se destaca, tanto pela sua precoce formação – segunda metade do século XIX – quanto pelo caráter mais **orgânico** de sua atuação e por sua combatividade: a dos ferroviários. Atuação que declinará bastante nos anos mais recentes, com a consequente desimportância que assume o transporte por via férrea no Brasil.

Ainda no século XIX, a necessidade de fazer baixar o custo dos transportes dos produtos de exportação, em especial do açúcar, tornou inadiável a criação de uma infraestrutura, representada, sobretudo, pela estrada de ferro. Como é sabido, esse setor será um dos domínios de eleição, entre nós, do capital estrangeiro, especialmente do inglês, apoiado pelas garantias oferecidas pelo Estado, tanto de juros como de monopólio da exploração.

Em 1855, foi iniciada a construção, em direção ao sudoeste, daquela que seria a segunda estrada de ferro do Brasil; tendo os governos imperial e provincial garantido à **Recife and São Francisco Railway Company Limitad** “7% do seu capital e um monopólio de 90 anos”⁷³.

As formas tradicionais de transportes – tropas de mulas e barçaças – logo seriam suplantadas pelas ferrovias: “como resultado do desenvolvimento ferroviário, logo os três estavam transportando três quartos de todo o açúcar remetido para Recife e tinham eliminado, virtualmente, as caravanas de animais de carga que moviam menos de 5% da safra após 1885”⁷⁴. A participação das barçaças no frete do açúcar

⁷³ EISENBERG, Peter. op. cit., p. 72.

⁷⁴ Ibid., p.72-73.

declinará de mais de um terço para menos de um quinto pela década de 1910⁷⁵.

Ao rápido desenvolvimento das ferrovias correspondeu a formação de toda uma categoria de trabalhadores assalariados nacionais, que, pelas próprias características do seu enquadramento, constituirá uma das mais organizadas e combativas. O fato de se tratar, igualmente, de um setor dominado pelo capital estrangeiro fez com que certas lutas dos trabalhadores contassem com o apoio da população em geral e até mesmo de proprietários e comerciantes que tinham certos conflitos com a ferrovia por causa dos preços dos fretes; em 1909, aliás, a **São Francisco Railway** havia se transformado na **Great Western**, com um parque ferroviário já bastante ampliado, que passou a monopolizar todo o setor de transporte ferroviário regional.

Nos inícios do século XX, os movimentos operários são animados ora por associações beneficentes, embriões dos futuros sindicatos, ora permeados por uma espontaneidade de cunho anarquista, trazida por operários estrangeiros, espanhóis sobretudo, especializados na construção civil. Entretanto, as greves de 1917 e de 1919 já demonstram a força dos trabalhadores, quando o Recife se vê quase que inteiramente paralisado. Somente em anos posteriores, com a participação popular na “Revolução de 1930” e com a influência do Partido Comunista (fundado em 1922, com a colaboração de pernambucanos, embora a presença mais significativa não tenha sido operária, mas a do advogado e intelectual Cristiano Cordeiro), os movimentos operários começam a se tingir de uma consciência de classe específica. E nessa fase, são os diversos sindicatos, já formalmente organizados, que aparecem como os principais personagens embora, posteriormente, com a CLT e com o Estado Novo, se tornam, na maior parte, meros apêndices do Ministério do Trabalho. Lutas operárias e não apenas operárias, desde que o crescimento da classe média é constante, com segmentos bastante ativos, especialmente os estudantes e

⁷⁵ Ibid., p. 73.

intelectuais. Tanto é assim que as lutas contra o Estado Novo obtêm ampla e heterogênea participação popular, embora tenha a Faculdade de Direito ocupado um lugar de destaque.

A partir da redemocratização de 1946, a luta social no Recife se confunde mais intimamente com a luta travada em nível nacional. Apenas uma particularidade e, talvez, a última; o campo começa a se movimentar organizadamente e também em direção à cidade. Esse “processo de reconhecimento” entre trabalhadores rurais e urbanos, com a fundação das “ligas camponesas” e dos sindicatos rurais, nos quais a Igreja terá um papel bastante destacado, se interrompe no longo interlúdio iniciado em 1964⁷⁶.

Interrompe-se, mas não se rompe. O cerco do capital se aprofunda, mas nesse processo surgem também novas esperanças. O vazio da cidade dos caranguejos, esmagados pelos aterros e pelos viadutos, continua. Mas, agora, sob novas formas ditadas pela expansão do Capitalismo proveniente do Sudeste.

Hoje o Capitalismo monopolista apresenta a sua verdadeira face perante uma classe média assustada, embora numa fase reivindicante, e de uma intelectualidade ainda provincianamente adormecida.

O capital vigia, o trabalhador não pode parar. Os viadutos dilaceram a cidade e os intelectuais refinados e plenos de tédio leem Paul Valéry, os outros, mais ativos e libertos de um passado morto, se atormentam.

Recife, esplêndido mito, realidade cruel. Eis o dilema!

⁷⁶ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

3. As gestões municipais da cidade do Recife – 1964-1985*

ENTRE 1964 e 1985, existe uma característica básica que é exatamente a forma indireta e fechada da escolha do prefeito. No entanto, esse não é um período monolítico e diversas fases bem distintas podem ser demarcadas claramente, coincidindo, de certa forma, com a personalidade do escolhido e, sobretudo, com a ação dos atores sociopolíticos.

As diversas fases da administração municipal do Recife, entre 1964-1985, possuem diferenças que não se baseiam unicamente no tempo administrativo de cada gestão. Tais diferenças dão consistência a uma cronologia marcada pela personalidade e estilo do prefeito no poder, mas também pela situação política dominante.

Além disso, é fundamental considerar que o espaço urbano e a própria configuração socioeconômica da cidade conheceram um processo de mudança cuja dinâmica escapa ao poder municipal, mas que influi decisivamente na sua relação com a sociedade. Basta lembrar, por exemplo, o crescimento populacional, com tudo o que acarreta de demandas sociais, de novos equipamentos, de infraestrutura viária, de serviços e com tudo o que significa para a atividade econômica. Lembre-se ainda a crescente importância do sistema financeiro nas mais diversas atividades e na vida cotidiana das pessoas e as novas formas de comercialização e distribuição, redefinindo o papel do capital comercial, alijando ou diminuindo a distância dos setores tradicionais, e trazendo a emergência de novos grupos. A expansão do sistema financeiro e o

* Texto escrito em outubro de 1990, para subsidiar o Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife. Teve circulação restrita e não implica em responsabilidade das empresas, pessoas ou instituições envolvidas na elaboração do referido Plano. As opiniões, salvo citação expressa, são de responsabilidade do autor.

surgimento de novas formas de comercialização têm uma influência decisiva no reordenamento do espaço urbano, nos fluxos de deslocamento populacional, na evolução do custo do solo, na sua “destruição” e recriação. O estado atual do chamado centro tradicional do Recife é uma exemplificação eloquente desse fenômeno, embora outros fatores, notadamente a incapacidade de absorção formal da força de trabalho, sejam causas relevantes da situação que representam.

Em 1964, setores das Forças Armadas, aliados a diversas forças da sociedade civil, intervêm no processo político, interrompem a normalidade constitucional vigente e inauguram o que autodenominam “ciclo revolucionário”. Este autolegitima-se em ondas sucessivas, que até meados dos anos setenta, caminha no sentido da suspensão, cada vez mais estrita, dos mecanismos tradicionais de participação popular, de legalidade institucional, de garantias individuais, da liberdade de expressão. Sem entrar na descrição minuciosa de todo esse processo, que aqui não cabe, é, contudo, obrigatório tê-lo presente, pois marcou de forma profunda os limites institucionais, legais e extralegais da vida política e, conseqüentemente, delimitou o campo de ação tanto da expressão das diversas forças políticas, que estavam dentro do campo do poder, quanto das que estavam na oposição, bem como afetou as formas de organização da sociedade e a exteriorização de suas demandas e reivindicações.

Dentro do período 1964/85, dois subperíodos podem ser identificados, guardam características próprias e envolvem diferentes administrações. O primeiro vai de 1964 a 1975 e o segundo de 1975 a 1985. O primeiro está marcado pela administração Augusto Lucena – 1964-1969, pela administração Geraldo de Magalhães Melo – 1969/1971 e pela segunda administração Augusto Lucena – 1971/1975. Este primeiro período apresenta, do ponto de vista político, a implantação de um gradativo controle autoritário sobre as formas de representação político-social da cidade e reflete, evidentemente, a situação geral do país. Está marcado, em primeiro lugar, pela realização de expurgos na representação política, através da cassação de mandatos, pela escolha indireta e de forma

extremamente fechada dos prefeitos – e governadores –, bem como pela reforma partidária, que, extinguindo os partidos então existentes, força as remanescentes representações políticas a se inscreverem nos dois partidos criados por decreto: Arena e o MDB. Na primeira, inscreveu-se a quase totalidade dos vereadores e, no segundo, uma minoria, já destituída da representação popular mais expressiva.¹ As organizações populares, que desde a década de cinquenta vinham ganhando expressão, foram desmanteladas e o poder municipal buscou legitimidade através dos mecanismos do tipo assistencial/clientelista, que são reforçados e envolvem vários segmentos sociais.² Mas, a legitimidade de fato era dada pelo poder militar, representado em especial, – em nível local – pelos comandos e oficialidade aqui sediados, da Marinha, Exército e Aeronáutica. O discurso do poder civil fazia sempre referência e esta legitimidade, falava como seu porta-voz e, o que é mais importante, na própria administração houve uma significativa participação direta de militares que ocupavam postos-chaves no primeiro escalão – ao nível de secretário – ou na direção de inúmeros órgãos municipais.³

Essa legitimidade dada ao poder civil pelo poder armado provoca consequências político-administrativas importantes. Entre elas, a desimportância da Câmara de Vereadores, como representação política dos

¹ Ato Complementar n. 4, de 20/11/1965, assinado pelo Presidente Castelo Branco. O ato extinguiu os políticos vigentes, criando a Arena e o MDB. Na primeira, inscreveram-se 21 vereadores e, no segundo, 5, da totalidade dos vereadores eleitos para a legislatura 1963-1967, que também por decisão baseada em Ato Institucional teve seu mandato prorrogado até 31/01/1969. Dessa legislatura, quatro vereadores tiveram seus mandatos cassados.

² É o caso da distribuição de subvenção a entidades e pessoas, através de rubricas como assistência médica, educação, lazer. As entidades contempladas iam desde o Cabanga Iate Clube, a Centros Espíritas e Cultos Afro-Brasileiros.

³ Só a partir da administração de Antônio Farias deixou de haver a presença de militares no secretariado municipal. É significativo que, durante a segunda administração de Augusto Lucena, a quase totalidade de Medalhas do Mérito Cidade do Recife, então concedidas, tenha sido para militares das três armas “por relevantes serviços prestados à Cidade do Recife”. No Diário Oficial do Município do Recife, personalidades militares aqui sediadas, ou de passagem, e efemérides cívico-militares encontram ampla divulgação, ocupando por vezes a totalidade do espaço.

interesses e forças sociais, sobretudo, é óbvio, dos interesses populares. No Diário Oficial do Município, no período 64/75, a Câmara de Vereadores quando aparece – com raríssimas exceções – é por ocasião da concessão de títulos de Cidadão do Recife, quase sempre a militares – ou, em questões internas, ligadas ao funcionalismo. Outra consequência, também facilmente observável, é a forma autoritária de relação do poder municipal com o funcionalismo. Até a administração Antônio Farias, militares dirigiam a importante Secretaria de Administração e promoveram a instalação de Comissões Gerais de Investigação, visando apurar atos dos funcionários considerados comunistas ou subversivos. A representação dos funcionários tornou-se como que um prolongamento da própria administração e, assumindo o discurso oficial, ocupava longo espaço na promoção de eventos cívicos e na doutrinação “revolucionária” dos funcionários.⁴

Criou-se ainda o que poderíamos denominar de “cultura do sistema no poder”, que envolvia políticos, administradores e tecnocratas dos diversos escalões e ultrapassava o âmbito local, com seus ritos, cerimônias, linguagens de diversa ordem⁵.

Sem procurar uma reconstituição cronologicamente exaustiva e estritamente delimitada pelos marcos administrativos – há de fato fenômenos, problemas e certas características administrativas e outras que se prolongam em mais de uma gestão – não se podem apagar, inteiramente, algumas marcas características, coincidentes com as

⁴ “Usmep tem programa para comemorar o dia 31 de março. A exemplo dos anos anteriores, a União dos Servidores Municipais do Estado de Pernambuco elaborou intenso programa comemorativo da Revolução Brasileira de 1964 [...]. Disse o Sr. Hugo Oscar, Presidente da Usmep, que vem mantendo contato com os chefes de repartições municipais, no sentido que facilitem a presença de seus subordinados, pois eles, mais que ninguém, têm o dever de gratidão, desde que ocupam cargos que direta ou indiretamente são da confiança daqueles que fizeram o movimento de 31 de Março”. Um dos eventos programados foi uma palestra do professor Gustavo Cintra Pashaus sobre o tema: *A Guerra Revolucionária*, suas causas, seus efeitos. D. O. M. R. 26/03/1969.

⁵ A descrição e análise dessa “cultura do sistema no Poder” ainda está por ser feita e escapa aos objetivos deste trabalho.

diversas gestões municipais. Daí porque, sem rigidez, procurar-se-á aqui destacá-las, quando expressam momentos diferenciados das relações entre o poder municipal e o espaço social recifense com suas forças atuantes no espaço urbano.

1969/1975 – A reurbanização tecnocrática

Englobamos aqui duas administrações: a de Geraldo de Magalhães Melo, 1969/1971 e a segunda administração de Augusto Lucena, 1971/75.

Mesmo sabendo que o termo reurbanização não caracteriza tão somente essas duas gestões, inclusive porque, em seu aspecto tecnocrático, ele pode, em parte, ser aplicado à administração Antônio Farias, acreditamos ser possível mantê-lo e justificá-lo, desde que qualificado em seu significado histórico.

Ambas situam-se em um quadro político-institucional marcado pela vigência do Ato Institucional n. 5, o que significa a plena tutela do Estado sobre a sociedade, o escrito controle sobre os movimentos sociais e os meios de comunicação, a inexistência de autonomia da representação política, a referência última à tutela militar como legitimadora do poder civil e, fato capital, a extrema centralização político-administrativa exercida pelo Executivo Federal⁶.

Postas essas sumárias linhas de força, definidoras do período, que acreditamos fundamentais, tentaremos individualizar cada uma das duas citadas gestões, através de algumas de suas ações político-administrativas, procurando também situar as diversas forças sociais presentes e seus modos de expressão.

⁶ Exemplo disso é o estrito controle orçamentário e tributário do poder central e a criação de mecanismos institucionais de planejamento que subordinavam o poder local a decisões do planejamento federal. Podemos citar, entre outros, os dispositivos legais que vão na direção da criação das Regiões Metropolitanas, tais como: o parágrafo 10 do artigo 157 da Constituição de 24/01/67, a Emenda Constitucional n. 1 de 17/10/69, artigo 164 e a Lei Complementar n. 14 de 08/06/73, esta última definindo as nove regiões metropolitanas brasileiras.

1ª Fase 1969/1971

Uma das principais características da gestão Geraldo de Magalhães Melo foi a atuação no espaço urbano, através da realização de grandes obras, baseada em um discurso de racionalidade planificadora, cujo centro era o Escritório Técnico da Prefeitura e a Assessoria de Planejamento. Algumas delas, aliás, como aconteceria em outras gestões, não passaram do papel, entre outras razões, por questões orçamentárias, já que implicavam em custos que ultrapassavam as disponibilidades do município e certamente esbarravam nas prioridades de investimento ditadas pelo poder central. Mas não só isso, algumas, como veremos, esbarram em resistências sociais, que mesmo o autoritarismo vigente foi incapaz de contornar.

As principais obras urbanísticas de grande porte realizadas foram a chamada urbanização do Cais da Rua da Aurora (1969), a construção do Ginásio de Esportes (1969/70), que tomou o nome do próprio prefeito, e a nítida preocupação com a questão viária, notadamente aquela que propiciasse um melhor fluxo ao crescente número de automóveis particulares. Este planejamento viário tem seus dados básicos levantados pelo Escritório Técnico da Prefeitura, mas sua definição final devia ser dada fora daqui.⁷ Ainda dentro do aspecto de transformação urbanística em função do tráfego de veículos, deve ser incluída a tentativa de regulamentação dos estacionamentos – em geral não cumprida – e os incentivos dados pela Prefeitura à construção de edifícios-garagem, via isenções fiscais.⁸

⁷ “Prefeito vê Planejamento do Progresso do Recife”. O Prefeito Geraldo de Magalhães Melo visitou ontem o escritório Técnico de Planejamento da Municipalidade [...]. O arquiteto Zenildo Sena Caldas, chefe do Escritório Técnico de Planejamento fez [...] ampla exposição sobre a evolução dos trabalhos [sobre trânsito] tendo o Prefeito do Recife solicitado o mais rápido andamento na remessa de todos os dados para o Sul do país, onde estudos e soluções serão indicados quanto à nossa Capital”. Diário Oficial do Município do Recife: 28/03/1969.

⁸Magalhães concede incentivos fiscais para edificio-garagem”. D. O. M. R. 14/06/1969.

No plano viário, merece destaque a construção da então chamada Avenida Canal, que viria a ser denominada Avenida Agamenon Magalhães, não só por suas implicações no sentido da mais fácil comunicação Norte/Sul – propiciando a posterior valorização de áreas precariamente integradas ao complexo metropolitano –, mas, também, porque esteve associada à intervenção nas denominadas “áreas-problemas da Capital”.⁹

Planejou-se, ainda, a urbanização do Cais do Apolo, de forma grandiosa, embora sua realização não tenha sido executada. A própria urbanização da Rua da Aurora, que associou multinacional da distribuição de combustível – a Shell – ficou aquém do que fora anunciado.¹⁰

No que foi chamado de “dinâmica urbanística”, incluía-se a radical transformação das “áreas-problemas”, que deveriam adquirir nova feição. Foi notadamente o caso da Mustardinha e Brasília Teimosa: “Também estudos estão sendo processados nas zonas-problemas de Mustardinha e Brasília Teimosa – já em fase bem adiantada, com a finalidade de adaptar aqueles dois populosos bairros à dinâmica urbanística, com aproveitamento de sítios onde não haja construção para implantação de

⁹ “Avenida Canal e áreas-problemas são objetivos do Planejamento [...]. Todas as áreas-problemas da Capital, formadas de bolsões entre as radiais e perimetrais do plano viário da Prefeitura Municipal do Recife, serão estudadas detalhadamente pelo Escritório de Planejamento e depois atacados os problemas de urbanização para torná-las Centro de Comunidade Autônoma”. D. O. do Município do Recife: 23/03/69.

¹⁰ “Urbanização do Cais da Rua da Aurora vai ser começada”. A assessoria de planejamento já tem pronto o plano de urbanização do Cais da Rua da Aurora [...], transformando o logradouro num autêntico centro turístico e de atração permanente para a população do Recife e pessoas que nos visitam. O Assessor Waldecy Pinto, do planejamento, está entusiasmado com as providências que serão tomadas para a urbanização do Cais do Apolo, lugar onde vão ser instalados concha acústica para espetáculos artísticos e musicais, play ground [sic], galerias de artes, local para estacionamento de veículos. Também a área será devidamente ajardinada, tornando-se, dentro de mais algum tempo, um dos logradouros de maior frequência da capital pernambucana, dentro dos objetivos traçados pelo Prefeito Geraldo de Magalhães Melo”. D. O. do Município do Recife, 08/04/1969. De fato, a urbanização do Cais do Apolo tomou outro rumo, sendo construído, em lugar do que fora planejado, a agência central da Caixa Econômica Federal, a sede da Polícia Federal e o edifício da Prefeitura Municipal do Recife.

Centros Comunais, dotados de cinema, comércio, hotéis, clubes sociais e praças de desportos”.¹¹

Aqui, delineia-se um intuito de intervenção que adquire uma importância capital, tanto por expressar um projeto de reordenamento do espaço com consequências socioeconômicas expressivas, como também porque poria em confronto direto as diversas forças sociais presentes no município.

Há a considerar o aspecto político desse tipo de intervenção. Ele implicava a remodelação urbana como expressão de objetivos governamentais que contemplavam a ideia de modernização – com todas as ambiguidades da expressão – que se inscreveria no que podemos chamar de monumentalidade, em seu sentido de expressão edificadora. Por outro lado, visava-se a abertura de novas oportunidades de investimentos pela oferta de novos espaços, potencialmente privilegiados para as incorporadoras, mas que haviam sido ocupados pela população de menor renda. Afirmava-se ainda que tais projetos propiciariam a transformação da cidade em um polo turístico, com consequente geração de empregos na área de serviços. No entanto, a vontade governamental enfrentou a resistência da população das áreas que sofreriam tais transformações, fazendo com que tais projetos não fossem efetivamente implantados. Veremos adiante, como eles persistiriam em sucessivas gestões, até finalmente serem abandonados e substituídos pela aceitação da permanência da população nas áreas ocupadas, passando estas a serem objetos de uma urbanização que reconhecia tal ocupação, tornando-a legal e promovendo melhorias urbanas no sentido de atender às reivindicações da comunidade.

Na intervenção do poder municipal sobre o espaço urbano, destaca-se uma questão que não diz respeito ao reordenamento propriamente físico da cidade, mas que apresenta a confrontação com um dos seus problemas mais persistentes.

¹¹ D. O. M. R. de 23/03/1969.

Trata-se da questão da presença no centro da cidade dos vendedores ambulantes dos mais variados tipos. Ambulantes, aliás, é uma expressão em parte inadequada, pois, na verdade, de uma forma ou de outra, tais atividades estabelecem-se em determinadas artérias e procuram, bem ou mal, garantir uma certa ocupação permanente de determinados pontos de vendas. Ao longo de todo o período aqui considerado, em especial entre 1969 e 1979, esse é o tema que mais espaço ocupa no noticiário do Diário Oficial do Município. É uma questão que adquire mesmo uma dimensão como que simbólica, expressão no espaço urbano da estrutura social vigente no campo e ao mesmo reveladora dos limites sociais do crescimento econômico preconizado e alardeado. Tal problema era como que a crítica viva, visível, incontornável – e, talvez por isso, objeto de tanta repressão – daquilo que as declarações oficiais buscavam negar.

Durante a gestão Geraldo de Magalhães Melo, o tratamento dado aos ambulantes foi a reedição da tradicional “limpeza” do centro da cidade. Assim, o Diário Oficial do Município anuncia: “Operação ambulante reiniciada com mais vigor”.¹² Tais operações contavam, sempre, com o apoio do setor do comércio estabelecido, através de moções de aplausos dos órgãos de classe. A ação da Prefeitura não se apresentou como modernizadora tão somente na sua intervenção sobre o espaço urbano. Ela diz respeito, também, a alguns aspectos do seu aparelhamento funcional, implantação da informatização e a sua vinculação com o sistema financeiro.

Todos esses aspectos estão intimamente relacionados e podem ser sintetizados pelas palavras do Prefeito Geraldo de Magalhães Melo, quando da concessão da Medalha de Mérito do Recife – classe ouro – a diversos banqueiros aqui atuantes: “[...] o chefe do Executivo recifense tem destacado, sempre, que administra a nossa Capital como uma grande

¹²D. O. M. R.: 03/12/1969. Ver também D. O. M. R. de 20/06/1970, 07/07/1970, 26/09/1970, 16/01/1970, de 25/05/1970 (“Prefeitura ajudará a controlar engraxates”) e de 01/05/1969 (“Ambulantes afastados das ruas do Recife”).

empresa na qual ele é o gerente. Dentro desse espírito, procurou sempre a ajuda dos banqueiros, que lhe proporcionaram meios financeiros para dar andamento às obras, em forma de antecipação de receita”[...]”¹³

A vinculação com o sistema financeiro expressou-se, nessa e em outras gestões, pela obtenção de crédito para as obras que a receita própria do município era incapaz de financiar, trazendo um crescente endividamento para a Prefeitura.

Tais empréstimos não eram levantados, apenas, no sistema financeiro nacional – estatal e privado –, mas, também, com bancos estrangeiros. Data também dessa fase o início do pagamento do funcionalismo municipal, bem como a cobrança dos tributos municipais através da rede bancária.¹⁴

Administrar a Prefeitura como uma empresa significava também informatizá-la, daí, a criação da Empresa Metropolitana de Processamento de Dados (Emprel).¹⁵

A administração teve uma atuação, também, em outros aspectos da vida da cidade. Uma atuação que pode ser classificada de mais especificamente política, mais presente no corpo social, não através de obras, mas através do campo cultural, das relações sociais, do simbólico, enfim. É claro que a ação dita de progresso, consubstanciada na intervenção edificadora, possuía um alto efeito político e intervinha sobre determinadas camadas da população de maneira direta. Assim, se a

¹³D. O. M. R.: 16/02/1971. Os banqueiros agraciados foram os seguintes: Hélio Dias de Assis, gerente do Banco do Nordeste do Brasil; José Aristhofanes Pereira, presidente do Banco do Estado de Pernambuco; José Baptista da Silva, presidente do Banco Nacional do Norte; Paulo Maciel, gerente do Banco Econômico da Bahia; José Bernardino Pereira dos Santos, diretor do Banco Comércio e Indústria de Pernambuco; João Vasconcelos, gerente do Banco Itaú América; Nivaldo Vieira Rique, diretor do Banco Comércio e Indústria de Campina Grande; Carlos Alberto Alheiros da Costa, gerente do Banco Industrial de Pernambuco. Ver D. O. M. R. de 13/02/1971.

¹⁴D. O. M. R. de 21/03/1969 e 09/04/1969 (sobre o pagamento do funcionalismo) e de 15/04/1969 (sobre a cobrança dos tributos municipais).

¹⁵Decreto Municipal n. 9544 de 02/01/1970, com os estatutos da Emprel (D. O. M. R. de 03/02/1970).

inauguração do Viaduto das Cinco Pontas “quase faz surdo-mudo falar de emoção”, segundo a notícia do Diário Oficial¹⁶, a prefeitura é levada a derrubar “imóvel que entrava o progresso”¹⁷ e a construção da Av. Agamenon Magalhães implicou, em uma de suas fases, na demolição de 109 mocambos.¹⁸

A referida ação política, que não se exercia no seu campo tradicional, devido à inexistência de eleições diretas para prefeitos e governadores e a pouca significação das representações parlamentares, atuava através de gestos populistas/assistenciais que atingiram um amplo espectro social.

A Prefeitura e a Câmara Municipal praticavam a distribuição de verbas municipais especificamente destinadas a pessoas e entidades. Dos clubes mais fechados da elite local, passando por entidades culturais eruditas, até clubes e associações de bairro, centros religiosos, entidades carnavalescas, entre outros, todos recebiam seu quinhão, maior ou menor, conforme a influência que possuíam.¹⁹ Além de subvenções, clubes sociais receberam anistia fiscal e houve clube social tradicional que recebeu doação de terreno.²⁰

O lazer de massa, notadamente o futebol, foi objeto de especial atenção. Comemorações cívico-militares realizavam-se com jogos de portão aberto e a Prefeitura chegou a fornecer transporte de graça aos habitantes dos subúrbios, utilizando os ônibus da CTU, para que viessem assistir seus times preferidos.²¹

¹⁶D. O. M. R. de 27/10/1970.

¹⁷D. O. M. R. de 26/11/1970.

¹⁸D. O. M. R. de 18/04/1969 (“Município paga NCr\$ 70 mil por 109 mocambos demolidos”); D.O.M.R. 14/05/1969 (“PMR retira mocambos para passar avenida”).

¹⁹O exame e descrição dessa questão não podem ser feitos aqui, mas merecem ser realizados. Tudo indica, inclusive, que muitas entidades eram meras criações fantasmas para o recebimento das verbas com a conveniência de quem as alocava.

²⁰Sobre a anistia fiscal aos clubes sociais, ver o D. O. M. R. de 18/03/71 e a Lei n. 10.325. Sobre a doação de terreno ao Clube Internacional do Recife, ver o D. O. M. R. de 19/05/1970.

²¹D. O. M. R. de 15/08/70 (“Geraldo manda que CTU leve torcida de graça aos Afritos”).

As entidades carnavalescas, além da subvenção a título de assistência, recebiam verbas específicas no período momesco, para as despesas dos desfiles.

Houve, durante todo o período aqui examinado, um grande esforço oficial para “revitalizar” o carnaval recifense, cuja desanimação era constatada a cada ano e cuja morte era sempre anunciada. Apesar de todas as comissões oficiais nomeadas, das verbas distribuídas, o carnaval perdia seu brilho tradicional. A razão era política e, só com o processo de abertura, o carnaval do Recife retomaria sua tradição, atingindo uma amplitude nunca antes alcançada.²²

Em outras áreas do lazer de massa, a Prefeitura realizou promoções, tais como a vinda de personalidades do mundo artístico e esportivo, acentuada a partir da inauguração do Ginásio de Esportes Geraldo de Magalhães Melo, mas também, associada à implantação de complexos esportivos em alguns bairros. Pelé veio ao Recife para conhecer um Centro da Juventude e anunciou a distribuição de NCr\$ 1 mil entre a garotada. À ação da Prefeitura na área do lazer e do turismo deve-se ligar, também, a utilização do Pátio de São Pedro, então lugar frequentado pelo que as colunas sociais denominavam de “a melhor sociedade do Recife”. A Prefeitura chegou mesmo a anunciar que Sílvio Caldas aí instalaria uma Casa de Espetáculo que contaria com sua presença constante. A modernização alimentava saudosismo do Recife das serestas.²³

Folclore e turismo eram associados, incorporando, inclusive, manifestações que, em outros tempos, eram objeto de desprezo e

²²Subvenções assistenciais e verbas para entidades carnavalescas são uma velha prática do poder. No entanto, no caso, seu significado ganha dimensões dentro do quadro político autoritário. Sobre o carnaval na gestão Geraldo de Magalhães Melo, ver D. O. M. R. de 28/10/1970, 06/01/1971, 22/01/1971 e 27/01/1971.

²³ Sobre a vinda de Pelé e distribuição de dinheiro, ver D. O. M. R. de 15/11/1969; sobre a instalação (não realizada) de Sílvio Caldas no Pátio de São Pedro, ver D. O. M. R. de 14/10/1970 (“Sílvio fica na casa 10 do Pátio de São Pedro”).

perseguição.²⁴ Naquilo que aqui estamos considerando como incluído no campo cultural, é importante ressaltar o papel desempenhado pela imprensa – inclusive a televisão prometida a grande futuro entre os meios de comunicação de massa – e por setores da intelectualidade local, por instituições culturais e de ensino. A presença de jornalistas no quadro administrativo é bastante importante e não só no âmbito da assessoria de imprensa.

Eles estão em várias comissões executivas, sobretudo naquelas ligadas ao turismo e ao lazer.²⁵

Ao deixar a Prefeitura, em 15 de março de 1971, assim expressou-se Geraldo de Magalhães Melo: “Tínhamos um orçamento de 64 milhões (em 1969); em 1970, o orçamento da Prefeitura do Recife já era de 132 milhões de cruzeiros e deixamos um orçamento – incluídas as sociedades de economia mista – de 166 milhões de cruzeiros. Administramos a Prefeitura do Recife como uma empresa, nos moldes de uma empresa privada, nunca esperando pela sua arrecadação [...]” [Agradece ao Governador e aos vereadores, inclusive aos do MDB]. As autoridades militares os nossos agradecimentos. Tivemos não só o apoio irrestrito dos comandos militares, como também a amizade das três Armas. Houve não

²⁴ “No próximo dia 23, a Emetur realizará a festa de São Jorge, com uma programação folclórica e turística, que culminará na cidade de Olinda, no terreiro do babalorixá ‘Pai Edu’, onde serão realizados os rituais afro-brasileiros de louvor ao Santo”. D. O. M. R. de 02/04/1969.

²⁵ Uma amostra das notícias veiculadas oficialmente dá uma ideia do que constituía a cultura política vigente: “Prefeito comparece à formatura de novos marinheiros” (D. O. M. R. de 13/09/69); “Adidos militares palestram com o Prefeito sobre o Recife”; “Magalhães parabeniza Garrastazu pelo seu Aniversário Natalício” (D. O. M. R. de 04/12/1969); “General Arthur Condal Fonseca tem jantar em sua homenagem” (D. O. M. R. de 30/12/1970); “Prefeito felicita Presidente pelo aniversário da Revolução” (D. O. M. R. de 29/03/1969); “Exército dá Bandeira do Recife” (D. O. M. R. de 01/04/1969); “Presidente pede a Magalhães um grande 7 de Setembro no Recife” (D. O. M. R. de 03/07/1969); “Prefeito foi ao embarque do sociólogo Gilberto Freyre, que viajou para o Sul a fim de tomar parte na reunião do Conselho Nacional de Cultura” (D. O. M. R. de 27/03/1969).

só o apoio como também total confiança em nós e também colaboração[...]”.²⁶

Durante esse período, 1969/1971, ao menos na documentação oficial consultada, quase nada aparece que revele uma ação do poder municipal voltada para questão social, fora as já citadas distribuições de subvenções a entidades culturais ou assistenciais. Tudo indica que o setor privilegiado da ação municipal é a classe média, primeira beneficiária das obras realizadas, bem como os setores empresariais que participariam da construção e financiamento das mesmas.²⁷ Há, finalmente, um dado a ser considerado, mas cuja dimensão não pôde ser quantificada: o aumento do quadro do funcionalismo municipal, tanto no Executivo quanto no Legislativo. O que é certo é que, ao longo de várias gestões, a prática de contratação sem concurso foi corrente e cada uma deixou seu lote de novos funcionários.

2ª Fase – 1971/1975

Entre março e abril de 1971, o então presidente da Câmara de Vereadores, Aristóфанes de Andrade, esteve à frente da Prefeitura, assegurando uma continuidade político-administrativa que para o nosso propósito aqui não precisa ser destacada. A segunda fase de nossa cronologia começa de fato com a volta do Sr. Augusto Lucena à Prefeitura do Recife. Já no início dessa sua segunda gestão, anuncia a divulgação de um Plano de Desenvolvimento: “A programação a ser elaborada, segundo

²⁶ D. O. M. R. de 16/03/1971: “Geraldo transmite Governo do Município a Aristóфанes”. Pouco antes de findar sua gestão, Geraldo de Magalhães Melo, concedeu Medalha do “Mérito da Cidade do Recife” para oficiais ilustres; O Prefeito [...] assinou decretos concedendo a Medalha do Mérito “Cidade do Recife”, classe ouro, aos generais Arthur Duarte Candal Fonseca, Comandante do IV Exército, e Amadeo Martine, chefe do Estado-Maior do IV Exército; ao coronel Otávio Ferreira de Queiroz; e classe prata ao Capitão Cícero Assunção Cardoso, pelos relevantes serviços prestados à comunidade recifense (D. O. M. R. de 05/01/1971).

²⁷ Em 20/03/1970, o D. O. M. R. anunciava: “Cohab-Recife procura agora beneficiar a classe média”.

o arquiteto Luis Coimbra, assessor de planejamento, levará em consideração o desenvolvimento econômico-social da Cidade, dentro das características de metrópole regional, estando condicionada às exigências do Plano Estratégico do Governo Federal”.²⁸

Há nesse anúncio do Plano de Desenvolvimento da Cidade do Recife a enunciação de dois elementos que constituíram marcas fundamentais dessa gestão: a primeira, implícita na consideração do papel metropolitano da cidade, é a de uma avassaladora ideia fixa de modernização dos aspectos urbanos da cidade. A segunda, explícita, é a total identificação – e a palavra é fraca para exprimir a extensão e significado do fenômeno – da administração Lucena com as diretrizes políticas, ideológicas, econômicas do governo central, coincidentemente em uma das fases do “ciclo revolucionário” de maior autoritarismo.²⁹

Uma das preocupações da administração Lucena é a construção do novo edifício da Prefeitura. Em outubro de 1972, ainda inacabado, já o novo edifício deveria receber parte da administração. É interessante notar que a concepção mesma do edifício-sede da Prefeitura, tal qual implantado, expressa uma certa ideia da administração verticalizada, burocratizada, cuja representação política – quando existente – se expressasse nos gabinetes. Afastado do centro da cidade e construído de forma a não propiciar a existência de um centro cívico-popular, ele é a expressão arquitetônica da política do período.³⁰

²⁸ D. O. M. R. de 08/04/1971: “Plano de Desenvolvimento será divulgado na próxima semana”.

²⁹ Um levantamento não exaustivo indica a presença na administração municipal, dos seguintes militares: general Lafayette de Castro, diretor geral da Compare; Major Antônio Paula Lima, assessor de administração e patrimônio da Emetur; major Luis Duarte, chefia do Departamento de Abastecimento; coronel Oscar Cavalcanti, diretor do departamento de Concessões e Permissões; general Hélio de Albuquerque, Secretaria de Administração, em Substituição ao general Reinaldo Reis; coronel Haroldo Torres, direção do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães Melo. Ver respectivamente o D. O. M. R. de 13/04/71; 14/04/71; 16/04/71; 01/06/71; 14/01/72; e 31/08/72.

³⁰ Poderíamos dizer que ele é o AI 5 em concreto e vidro. Ainda hoje (1990), não existe nenhum sinal luminoso ou uma faixa de pedestre que garantam o elementar direito de atravessar uma rua com dignidade para quem para lá se dirige a pé. Sobre a transferência

A dimensão das obras projetadas – uma delas a abertura da Avenida Dantas Barreto, que será objeto de uma descrição especial dada a importância que teve – exigiu da Prefeitura a busca de recursos junto a instituições financeiras, nacionais e estrangeiras.³¹ Em 28 de janeiro de 1974, a Prefeitura anuncia empréstimo de 20 milhões concedido pelo BNB para término do edifício-sede.³²

Há uma verdadeira febre de obras, algumas no centro tradicional do Recife, outras contemplando alguns subúrbios, como a construção de escadarias, outras, anunciadas, mas não executadas; é o caso da Praça Machado de Assis, prevista entre a Rua da Imperatriz e Conde da Boa Vista e, da mais de uma vez desejada, urbanização de Brasília Teimosa, ou ainda, da urbanização do Morro da Conceição.³³

Em 1973, foi criada a Empresa de Urbanização do Recife, URB-Recife, que passaria a coordenar a execução das intervenções urbanas municipais e da qual voltaremos a falar adiante.³⁴

Uma das mais polêmicas obras realizadas pela administração Augusto Lucena foi a abertura da Avenida Dantas Barreto, no bairro de Santo Antônio. Ela teve um grande significado político, envolveu diversos setores da sociedade – pró e contra –, entidades culturais, personalidades intelectuais, imprensa, populares. Chegou a extrapolar o âmbito local e foi mesmo objeto de discussão no nível federal do Poder.

Constituiu o que se pode denominar de “a Batalha dos Martírios”, dado o fato de que a abertura da Avenida Dantas Barreto, além da derrubada de centenas de casas, implicava, também, a demolição da Igreja

da administração para o edifício ainda inacabado, ver D. O. M. R. de 29/09/1972. Apesar do anúncio, só em 1973, o Prefeito passou a despachar na nova sede (D. O. M. R. de 16/06/73).

³¹ “O Prefeito Augusto Lucena retornará ao Recife hoje, às 20h. 30min., após uma semana na Guanabara onde tratou de vários empréstimos junto à rede bancária particular e a governos estrangeiros, contando com o decisivo apoio do Governador Eraldo Gueiros Leite e do Bandepe.” (D. O. M. R. de 04/06/1971).

³² D. O. M. R. de 28/02/1974.

³³ D. O. M. R. de 13/08/1974.

³⁴ D. O. M. R. de 20/02/1973, Lei n. 10.930, de 07/02/1973.

dos Martírios, edifício do século XVIII, e que se tornou o centro da discussão entre o poder municipal e os que lutaram por preservá-la.

O projeto de abertura da Avenida Dantas Barreto vinha já de longo tempo e fora retomado nos anos setenta. Em 1969, para falar de uma referência mais recente, durante a administração de Geraldo de Magalhães Melo, aventou-se a possibilidade da abertura da avenida, mas através de uma solução que evitasse a demolição da Igreja dos Martírios.³⁵

Em 1971, a abertura da avenida volta a ser objetivo da Prefeitura e, desta vez, é posta como uma de suas prioridades, como um símbolo mesmo de caráter modernizador, progressista da própria “Revolução de Março de 64”. A primeira notícia, no período, sobre a questão diz que “mais de cem casas serão desapropriadas para conclusão da Avenida Dantas Barreto”.³⁶

A partir daí instala-se aquilo que denominamos de “a Batalha dos Martírios”: entidades e pessoas ligadas à preservação e ao culto do passado pernambucano mobilizam-se contra a demolição da Igreja dos Martírios,³⁷ demolição defendida obstinadamente pelo prefeito Augusto Lucena.

A grande questão gira em torno do tombamento ou não da igreja como bem histórico-cultural a ser preservado. Caso fosse declarada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional bem a ser preservado, a Prefeitura não poderia demoli-la e todo o projeto teria que tomar outra feição. A discussão envolveu o Conselho Federal de Cultura, o MEC e o SPHAN, entre outras instâncias. O Prefeito considerou a questão como inegociável e chegou a afirmar para o presidente Médici que caso a igreja fosse tombada e a avenida não fosse construída dentro do plano original isso significaria uma “derrota para a Revolução”.

³⁵ D. O. M. R. de 17/09/1969: “Planejamento recomenda estudos para evitar a demolição da Igreja”. V. também o D. O. M. R. de 18/09/1969.

³⁶ D. O. M. R. de 16/06/1971.

³⁷ Notadamente o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico e a Delegacia do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A questão, naturalmente, ganhava um aspecto de luta política, mas que tinha, em parte, sua determinação no plano cultural. Contra aqueles que defendiam o significado histórico-religioso da Igreja dos Martírios era preciso contrapor outros poderes, culturalmente legitimadores, que atestassem sua desimportância e, portanto, que sua demolição não acarretaria nenhuma perda maior para a memória arquitetônica e histórica da cidade.³⁸

Finalmente, ganhou a vontade da Prefeitura, não que, sem antes e em parte para premiar os que deram parecer favorável à demolição, fossem criados o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Cultura.³⁹ A Igreja dos Martírios foi demolida depois de uma luta que durou mais de três anos.⁴⁰

Interessante notar que a primeira foto publicada pelo Diário Oficial do Município foi exatamente uma vista aérea do trecho a ser demolido, que incluía a própria Igreja dos Martírios. O caso teve tanta repercussão que chegou a ser objeto de editorial divulgado através da “Voz do Brasil”, fato que o Diário Oficial do Município registraria.⁴¹

De uma parte do passado da cidade não restaria nem o pó. Sem aprofundar a questão, indiquemos, contudo, que a Igreja dos Martírios

³⁸ Não podemos traçar aqui toda a história da “batalha dos Martírios”. Indicamos, sumariamente, alguns dos seus elementos. Ela envolveu personalidades e instituições, ilustres umas, outras de pouco brilho mas, também, prontas para servir o poder. Não por acaso, A Academia Pernambucana de Letras recebeu do Prefeito condecoração máxima do município. Ver D.O.M.R. de 25/11/1971.

³⁹ Lei nº 10.383 criou o Conselho Municipal de Educação e Lei nº 10.384, o Conselho Municipal de Cultura.

⁴⁰ A Igreja dos Martírios depois de um incêndio que se suspeitou criminoso, foi deixada em ruínas, até começar a ser demolida em fevereiro de 1973. Como ato compensatório chegou a ser anunciado que uma réplica de sua fachada seria construída em algum lugar da nova avenida, mas isto nunca foi feito. A obra que chegou a ser apresentada como a grande via desafogadora do tráfego da cidade e o símbolo da sua modernização serviria depois para desfiles carnavalescos e várias vezes sugeriu-se fazer dela uma área para os camelôs. A prefeitura ganhou a “batalha dos Martírios”, mas o resultado desta vitória foi, no mínimo, melancólico.

⁴¹ A foto foi publicada no D.O.M.R. de 09/08/1972 e a referência ao editorial da “Voz do Brasil”, em 28/02/1972.

fora construída pelos “Irmãos Pretos da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios” em terreno que pertencia aos bens patrimoniais da Câmara do Senado da Cidade de Olinda, mas cuja posseção era do sargento-mor José Marques do Vale, que a transferiu à dita Irmandade, devendo esta pagar foro anual perpétuo à dita Câmara.

Nas imediações dos Martírios teria sido fundado, nos finais do século XIX, o Clube Carnavalesco Misto Vassourinhas, em casa que foi igualmente demolida.⁴²

A criação da URB, em 1973, visou dotar a Prefeitura de um instrumento institucional de planeamento e intervenção mais ágil, com relativa autonomia gerencial e financeira, capaz de superar os entraves que marcavam os órgãos municipais então existentes. A ideia fundamental era a de subordinar “o crescimento metropolitano a certos critérios menos espontâneos de ocupação e uso do solo”.⁴³ Em 1974, cinco grandes projetos de intervenção urbana haviam saído das pranchetas e anunciavam “o Recife novo, o dos técnicos”. “Só o mais antigo e já mais trabalhado dos projetos de reurbanização do Recife – o da construção da Praça Machado de Assis, entre as ruas da Imperatriz e Sete de Setembro e a Avenida Conde da Boa Vista – poderá proporcionar à cidade uma área verde de 1.500 m² e a substituição de velhos e deteriorados pardieiros por sofisticados equipamentos de serviços, que incluirão estacionamento rotativo subterrâneo em dois ou três níveis, bares, quiosques, agências bancárias, cabinas telefônicas e pequenos teatros ou locais para apresentação pública”⁴⁴.

⁴²Esses dados constam do livro de Flávio Guerra, *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*, (Recife: Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, 1960, com Prefácio de Gilberto Freyre). Flávio Guerra apoiou a demolição e deu parecer sobre a desimportância histórica da Igreja dos Martírios. Quando da criação do Conselho Municipal de Cultura, foi seu primeiro presidente.

⁴³ Ver: **A Construção**, Norte Nordeste, n. 16, set. 1974, p. 10: “Recife começa a lutar por sua renovação urbana”.

⁴⁴ *ibid.*, loc. cit.

Aí, como fora o caso a abertura da Avenida Dantas Barreto, estavam previstas demolições de prédios que a Prefeitura considerava “pardieiros”, mas que outros diziam possuir valor histórico. Mais uma vez, os projetos urbanísticos rebatiam no aspecto cultural e este adquiria uma conotação política.

Mas, por conta de problemas técnicos de execução, pelo grande custo da obra e pela maior capacidade de resistência dos usuários e proprietários dos imóveis que seriam demolidos, a Praça Machado de Assis não foi realizada e “aquele entulho disforme” continuou a contribuir “para agravar os problemas de poluição visual da cidade”.⁴⁵

Ainda não seria dessa vez que “o centro nervoso da cidade [seria] humanizado”.

Outro dos projetos que chegou a ser detalhado nas pranchetas da URB-Recife foi o de Brasília Teimosa, “área [que] dispõe de condições privilegiadas para assegurar um rápido retorno de capital a investimentos que sejam feitos para sua completa reurbanização”.

Agora, não seria a feia estética do passado a ser atacada: “De acordo com outro projeto, também praticamente pronto, os 3.200 casebres de Brasília Teimosa e o panorama de miséria, promiscuidade e prostituição que são as características atuais dessa área-problema da cidade cederão lugar a um moderno Centro de Convenções e de hotelaria nobre do Recife, dotado de vários equipamentos culturais e esportivos”.⁴⁶

Os 47 hectares da área seriam divididos em 13 setores, que incluíam uma zona habitacional com seis mil unidades, com população prevista de 30 mil pessoas, “quase duas vezes a que o bairro tem atualmente”, hotéis, restaurantes, balneários, calçadões.

Chegou a ser denominado de “Revolução do Mangue”. “O projeto prevê a completa transformação da área que receberá residências de nível

⁴⁵ Comentários do arquiteto Jorge Martins Júnior, então vice-presidente do LAB, ao criticar a reação dos proprietários dos prédios do local a ser desapropriado. A Construção, Norte Nordeste, n. 16, set. 1974, p. 13.

⁴⁶ Ibid., p. 10.

médio e alto, centros comerciais, culturais, educacionais e de prestação de outros serviços, além de ambientes para lazer, esporte e recreação. A população atual de 7.575 habitantes será substituída por outra de 18.625 pessoas, que ocuparão 3.377 unidades residenciais [...]. A urbanização da velha e infecta ilha terá por outro lado repercussões sobre áreas vizinhas igualmente deterioradas, como os Coelhos e o Coque, que constituem, em conjunto, uma mancha negra a dois passos do centro do Recife”.⁴⁷

Nessa “Revolução do Mangue”, mocambos foram desapropriados para a passagem da Agamenon Magalhães e construiu-se, ainda, o estacionamento periférico da Ilha de Joana Bezerra, sem que sua finalidade de desafogar o fluxo de veículos para o centro fosse alcançada.

Nessa fase, mais dois projetos foram elaborados, embora com menor detalhamento. Não chegaram a suscitar nem mesmo maiores debates públicos: os da Lagoa do Araçá e da Ilha de São Simão.

No chão, a realidade era outra, mesmo que tais projetos significassem o atendimento de interesses com grande poder de pressão e tradicional acesso às várias instâncias do governo. Como fica claro pela simples leitura dos projetos acima, eles beneficiariam o setor da construção civil, os incorporadores imobiliários, o capital hoteleiro e frações da classe média. Aquela camada classificada como tendo poder de endividamento e para a qual foram realizados esses e outros projetos, como Plano de Valorização Urbana, “com obras convencionais de urbanização, através da participação financeira dos seus moradores” [...], “em áreas cuja população tenha condições de pagar as obras que podem ser executadas”⁴⁸.

⁴⁷ Ibid., p. 11. Todos esses projetos inspiravam-se no que fora feito em São Paulo, no chamado Projeto Leste, durante a administração Miguel Colassuono. Ver declarações do arquiteto Paulo Vaz, Secretário de Planejamento e Presidente da URB-Recife, op. cit., p. 11-12.

⁴⁸ Sobre a participação do setor da construção civil, no período das grandes obras, ver, entre outros, “Queiroz Galvão: 13 mil homens construindo do Norte ao Sul” (**A Construção**, Norte Nordeste, n. 8, jan. 1974, p. 14). E sobre o setor hoteleiro, o n. 16, set. 1974, p. 15: “Turistas terão em breve muitos hotéis classe A”

Em outros planos, a Prefeitura intervinha na realidade urbana municipal. Referiremos aqui, inicialmente, aquele que constitui a realidade permanente da cidade: os vendedores ambulantes. Mais uma vez, como fora o caso em outras gestões, foi anunciado que a “Prefeitura disciplina a atuação dos ambulantes”.⁴⁹ Buscou-se, em seguida, transformar os ambulantes em feirantes “para evitar o comércio clandestino”.⁵⁰ A medida não surtiu efeito, obviamente, e, pouco depois, a Prefeitura recorria à Polícia para retirar os ambulantes do Centro da Cidade⁵¹.

Em 1973, o Clube dos Diretores Lojistas e a Associação Comercial oficiavam ao Prefeito, congratulando-o pelo “êxito alcançado com a Operação Ambulante”. “A Assembleia Geral do Clube dos Diretores Lojistas, atendendo proposta do Sr. Cristóvão Pedrosa da Fonseca, aprovou, por unanimidade, voto de congratulações pelo êxito da ‘operação Ambulante’ e manifestou sua confiança na continuidade das medidas adotadas de forma a assegurar a permanência dos resultados, não só em benefício do comércio, mas da própria população da Capital. O Conselho Diretor da Associação Comercial de Pernambuco, por seu turno, expressou seu agradecimento e reconhecimento pela atuação e apoio pelo afastamento dos ambulantes do Centro da Cidade. — CIDADE LIMPA — A ‘operação Ambulante’, realizada nos princípios deste mês, vem mantendo as principais ruas do centro comercial do Recife desimpedida para o trânsito de pedestres, obtendo os resultados esperados, graças às medidas adotadas pelo Governo do Estado e Prefeitura do Recife. As medidas tiveram por finalidade livrar as ruas centrais do Recife dos falsos ambulantes, enquanto a Municipalidade, por iniciativa do Prefeito Augusto Lucena, facilitava a localização dos verdadeiros vendedores nas 33 feiras da cidade. A população livrou-se, ainda, de marginais que se

⁴⁹ D. O. M. R. de 18/12/1971.

⁵⁰ D. O. M. R. de 18/01/1972; 04/02/1972; 22/02/1972; e 09/03/1972.

⁵¹ D. O. M. R. de 01/06/1972.

confundiam com os vendedores ambulantes roubando carteiras e objetos, aproveitando-se dos aglomerados [sic]”⁵².

Além da linguagem militar, observe-se a introdução de uma classificação significativa: aquela que dizia distinguir entre verdadeiros e falsos ambulantes, assim como se dizia haver verdadeiros e falsos brasileiros.

Apesar do anunciado êxito da “Operação Ambulante” e dos votos de continuidade formulados pela representação do comércio lojista, pouco depois, o D. O. M. R. , anunciou que o Prefeito mandaria investigar notícias de que fiscais da Prefeitura teriam praticado violências contra ambulantes. Verdadeiros ou falsos, não gostaram de ser transformados em feirantes e voltaram a ocupar as ruas do centro, onde teriam ainda outras “Operações” a enfrentar.⁵³

Do ponto de vista político, a Prefeitura exerceu uma intensa atividade, dirigida a determinados setores da sociedade e em algumas ocasiões promovia mobilizações de massa em comemoração a certos eventos cívicos ou do calendário de festas. Para os setores da elite, o principal meio utilizado foi a outorga de condecorações, então, distribuídas quase que diariamente. Medalhas do Mérito Cidade do Recife – nas classes ouro e prata – foram concedidas muitas vezes por lotes, cujos decretos enchiam páginas e páginas do Diário Oficial do Município.⁵⁴ Além disso, a própria ampliação da administração municipal, a criação de assessorias e comissões, ensejava a oportunidade de distribuição de cargos e empregos. A Fundação Guararapes mobilizou, por sua vez, o seu corpo docente e discente em inúmeras oportunidades para comemorações diversas.

⁵² D. M. O. R. de 03/08/1973. O Governador do estado era, então, o Ministro Eraldo Gueiros Leite.

⁵³ D. M. O. R. de 23/08/74: “Prefeito manda apurar se houve violência dos fiscais” e “Diretor de Abastecimento nega violência contra ambulantes”.

⁵⁴ Foram agraciadas instituições e personalidades locais, nacionais e estrangeiras, entre estas o Presidente norte-americano Gerald Ford, sempre “por relevantes serviços prestados ao povo e cidade do Recife”. Como já foi mencionado na introdução, a categoria mais contemplada foi a dos militares.

Uma delas, que deveria homenagear o Prefeito, chegou a ser cancelada, para o local previsto, tal o transtorno que causaria ao trânsito devido ao número de ônibus da CTU que traria os homenageantes⁵⁵.

Por sua vez, prosseguia a política de concessão de auxílio a pessoas e entidades, via Secretaria Assistente, juntamente com a Câmara de Vereadores. Também a tradicional associação entre a política e o futebol não fora esquecida, através de diversas concessões aos clubes⁵⁶.

No sentido de capitalizar apoio, em especial da comunidade evangélica, no momento em que a Igreja Católica constituía uma das raras vozes institucionais a contestar o regime, sobretudo no campo dos direitos humanos, a Prefeitura promulgou uma lei autorizando “a construção de um monumento à Bíblia numa das praças desta capital”⁵⁷.

Assim, embora o Estado buscasse concentrar em si todo o espaço da expressão política, havia também uma preocupação de apresentar expressões de consenso e harmonia, por parte dos vários segmentos sociais, em apoio à ação estatal. É o caso, por exemplo, de uma insistente reafirmação do cuidado com o bem-estar da classe trabalhadora, do papel desta na construção da grandeza nacional, bem como de sua integração com o governo e com o patrono.⁵⁸

Essa busca do consenso, ou melhor, da expressão da harmonia social – garantida pelos instrumentos ditatoriais – levava ainda a situações

⁵⁵ D. M. O. R. de 25/11/1971.

⁵⁶ Pouco antes do término do seu mandato, o Prefeito Augusto Lucena receberia do Santa Cruz “duas Cadeiras cativas do Estádio José do Rego Maciel, no Arruda, como reconhecimento pelos relevantes serviços que o Chefe do Executivo recifense prestou ao clube, durante a construção do estádio. [...] Os títulos de posse, juntamente com as respectivas carteiras e senhas foram entregues ao Prefeito Augusto Lucena pelo desportista Vanildo Ayres [contando] o ato com as presenças do presidente José Nivaldo de Castro e dos conselheiros Aristófanes de Andrade, Mariano Carneiro da Cunha e Rodolfo Aguiar”. D. O. M. R. de 08/03/75.

⁵⁷ D. O. M. R. de 20/02/73 e 13/03/73. Lei n. 10.924, de 05/02/1973.

⁵⁸ D. O. M. R. de 01/05/1973: “Lucena realça valor da revolução na assistência aos trabalhadores”. Ver, por exemplo, as várias mensagens dirigidas aos trabalhadores por ocasião das comemorações do 1º de Maio. Em 28 de outubro de 1972, o D. M. O. R. noticia: “Trabalhadores cristãos escolhem prefeito para sócio benemérito”.

nas quais a representação política de oposição diluía ou apagava eventuais diferenças com a representação situacionista.⁵⁹

Um exemplo, aliás, desse fechamento do espaço político, no âmbito do sistema no poder, foi a aprovação pela Câmara Municipal do Recife de novo Regimento Interno, no qual prevê as realizações de sessões secretas, que seriam “destinadas ao conhecimento e discussão de assuntos cujos detalhes não devam ser dados ao conhecimento público, para resguardo dos interesses da administração interna da Câmara ou do Município(...)”⁶⁰

Mas, mesmo o Diário Oficial do Município, que no caso foi a fonte privilegiada que utilizamos, aqui e ali, deixa escapar que união, consenso, harmonia, integração eram muitas vezes mais a projeção de um desejo sobre o real ou, até mesmo, uma expressão que o falseava. Embora não se encontre nenhuma menção à existência de uma real oposição política, a não ser sob a condição de uma espécie de excrescência do corpo social, aparecem a existência de destruição de bens públicos, roubo de material – sobretudo elétrico –, ou invasão em conjunto popular.⁶¹

⁵⁹ “Vereadores da Arena e MDB asseguram apoio ao Prefeito”. Existe uma união incondicional entre Arena e MDB visando aos superiores interesses da cidade e essa união persistirá para que a Câmara municipal possa assegurar ao Prefeito Augusto Lucena, no seu final de mandato, o necessário apoio para a conclusão de algumas das grandes obras que iniciou, em reconhecimento ao seu esforço e dedicação ao Recife”. Trecho de um discurso do Vereador Ramos Pedrosa do MDB e então presidente da Câmara (D. O. M. R. de 14/02)

⁶⁰ D. O. M. R. de 24/03/1973 e 31/05/73. Resolução nº 839 institui o Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife, com as assinaturas de Wandenkolk Wanderley, Presidente; Octacílio Azevedo, 1º secretário; e Edson de Oliveira, 2º secretário.

⁶¹ “Prefeitura estuda meio de dar embate ao roubo de material elétrico” (D. O. M. R. de 23/08/1973); “Ação destruidora nos gramados impede canteiros mais bonitos” (D. O. M. R. de 26/02/1973); “Roubos prejudicam manutenção do sistema de iluminação do Recife” (D. O. M. R. de 27/06/1974); “Lei pune com prisão e multa quem invade casas da Cohab” (D. O. M. R. de 07/03/1972).

2º Período – 1975/1985

1ª Fase: a Transição 1975/1979

A fase aqui considerada de transição, no segundo período da nossa cronologia, corresponde à gestão Antônio Farias. Transição não só porque algumas de suas características já apontam para o que irá se consolidar como um novo modo de gestão municipal, com os prefeitos que o sucederão, mas também porque algo do “velho” estilo, notadamente as grandes obras, não será abandonado de imediato.

Há também que considerar as mudanças políticas no quadro nacional com o anúncio da “distensão lenta e gradual”.

Emergem, então, não somente sinais de mudanças, mas fatos e procedimentos novos, em especial no campo político, com rebatimentos sobre a ação administrativa.

Vejamos sumariamente tais sinais e procedimentos: no secretariado do prefeito Antônio Farias, já não mais se observa a presença de militares, interrompe-se a larga distribuição de Medalhas de Mérito Cidade do Recife; a Câmara Municipal recomeça a ter mais espaço de ação na representação dos interesses sociais e, sobretudo, os problemas sociais ganham uma importância e um espaço que não se restringem ao tratamento de certa forma “triumfalista”, pelo qual fora antes caracterizado. Desenha-se, pouco a pouco, o que mais tarde ganharia a denominação de “Desenvolvimento com Participação”.

Também obtém importância a ação cultural da Prefeitura e a cultura ganha, cada vez mais, um lugar na gestão política municipal. Um indicador desse fato é a nomeação de Ariano Suassuna para a

Secretaria de Cultura e toda a ação cultural por ele desenvolvida a partir das concepções presentes no chamado Movimento Armorial.⁶²

A questão dos ambulantes evidentemente continua presente, crescendo o lugar que ocupa no noticiário do Diário Oficial do Município do Recife. O receituário é o mesmo: interdição do comércio em determinadas ruas, proposta para transformar ambulantes em feirantes cadastrados, alocação de ruas onde o comércio ambulante seria permitido. A novidade está no fato de que a Prefeitura reconheceu a existência de um Sindicato de Ambulantes como interlocutor e diz submeter a este seu plano da “Operação Ambulante”, mais uma vez e não seria a última... O Sindicato dos Ambulantes diz apoiar a “Operação Ambulante”, mas esta terminará também por não funcionar.⁶³

A marca da modernização da cidade via grandes obras prossegue e a inauguração de viadutos continua sempre a ocasião para cerimônias de grande impacto de massa. A Prefeitura ainda espera, também, fazer de Brasília Teimosa uma área de lazer e turismo.⁶⁴ Mas, o mínimo de atenção ao noticiário oficial revela que a questão social vai crescendo em importância e, mais que isso, vozes outras vão se fazer ouvir. Pouco a pouco, a sociedade civil e os movimentos populares emergem como

⁶² Desde a década de 1950 e, notadamente, a partir da administração Ariano Suassuna, a ação cultural constitui-se em parte integrante da gestão política municipal. Essa ação cultural tomou diversos aspectos, traduziu-se em ações diferenciadas, conforme as diversas gestões e as conjunturas políticas. Teve um lugar, como já vimos, no momento de maior autoritarismo no pós-64, mas sua importância aumenta com o processo de redemocratização, embora seja também bastante vulnerável às disponibilidades orçamentárias, sendo um dos primeiros setores a ser sacrificado.

⁶³ Durante a gestão Farias, o D. O. M. R., publica dezenas de notas sobre a questão dos ambulantes e feirantes. Damos aqui tão só uma amostra do material registrado: “Camelôs têm prazo para sair das ruas centrais da cidade” (26/04/75); “Feirantes e ambulantes comparecem à SAC para renovação de matrícula” (03/05/1975); “Comissão confirma Dantas Barreto para ambulantes” (10/07/1975); “Ambulantes têm relação de ruas não permitidas” (14/07/1975); “PMR deu início hoje à “Operação Ambulante” (10/10/1975); “CDL agradece a Farias solução para ambulantes” (10/11/1975); “Ação de ambulantes causa dificuldades à PMR” (15/12/1975), entre outras.

⁶⁴ D. O. M. R.: “Brasília Teimosa urbanizada será Centro Turístico e Esportivo”.

interlocutores do poder e os fóruns de discussão deixam de ser recintos de discussão fechada, restrita ao aparato de poder, e lugares de pura comunicação das decisões tomadas nos gabinetes.

O anúncio da distensão política coincide com a constatação do agravamento dos problemas sociais do país, que têm como que sua expressão exemplar na cidade do Recife. Entre tais problemas, está o desemprego. Daí porque se intensifica a ação social da Prefeitura, através de programas assistenciais.

Ao lado das formas de assistência tradicional, pela distribuição de subvenções para pessoas e entidades, a Prefeitura inicia um programa de distribuição de leite e merenda escolar.⁶⁵

Pela primeira vez, desde 1964, o Diário Oficial noticia uma reivindicação salarial dos funcionários da Prefeitura.⁶⁶

A Câmara dos Vereadores também conquista maior espaço no noticiário. Por outro lado, fissuras no sistema político ganham o noticiário.⁶⁷

Foi a partir desse período que se expandiu, no município, a construção de motéis incentivados por lei municipal de isenção fiscal.⁶⁸

Em julho de 1975, a cidade sofreu uma das periódicas cheias, sendo esta uma das que alcançaram maiores proporções, com as costumeiras ações de auxílio aos desabrigados e medidas para aliviar os atingidos em suas atividades econômicas.

Dessa vez, a questão das enchentes no Recife envolveu discussão de diversas áreas do poder e da sociedade. Em época subsequente seriam

⁶⁵ D. O. M. R. de 03/10/1975: “Alunos da Fundação Guararapes alimentam-se agora com leite”. Há também dezenas de notícias sobre a ação da Secretaria Assistente e da Legião Assistencial do Recife.

⁶⁶ D. O. M. R. de 28/08/1975: “Professores querem emenda no salário aula”.

⁶⁷ Diante do crescimento eleitoral da oposição, o Vereador Braz Batista, então na Arena, chega a propor que somente os filiados a este partido ocupem cargos de confiança no Governo. O requerimento foi objeto de debate na Câmara e terminou rejeitado (D. O. M. R. de 14/05/1975 e 15/05/1975).

⁶⁸ Lei n. 11.864 (D. O. M. R. de 28/10/1976).

anunciadas e realizadas obras com o fim de livrar “para sempre” o Recife de tal problema.

Uma maior liberação da imprensa traz ao conhecimento público certas características da violência e da marginalidade urbana, que são também reveladoras da inalcançada harmonia social.⁶⁹

O essencial, portanto, nesta rápida visão da 1ª fase do nosso segundo período, é o aparecimento, ainda tímido e contido, da necessidade de uma nova forma de fazer política e o reconhecimento da existência da sociedade civil e dos movimentos organizados. Esse reconhecimento não foi fruto de uma espécie de “iluminação” súbita do poder. Vincula-se ao esgotamento de um ciclo de acumulação e, ao mesmo tempo, à fissura nas bases sociais de sustentação dos governos militares. Por outro lado, é fundamental mencionar que os movimentos sociais nunca desapareceram de todo e, sobretudo, tiveram, na ação da Igreja, um forte sustentáculo.

2ª Fase: Prioridade ao Social – 1979/1984.

Esta segunda fase inaugura-se com a escolha de Gustavo Krause para a Prefeitura (1979/1984), coincidindo igualmente sua gestão com os governos Marco Maciel, em Pernambuco, e General João Figueiredo, na Presidência da República.

Se o autoritarismo havia encontrado seus fiéis seguidores, quando contava com a mais absoluta identificação com o sistema do que com quaisquer outras capacidades, a fase de abertura, sobretudo em seu último período, ainda de presidência militar, teria a dirigir a Cidade do Recife um jovem político que saberia ser o “homem momento” e cuja administração marcaria uma verdadeira virada na gestão urbana. Ainda escolhido de

⁶⁹ É o caso de uma onda de assaltos noturnos nos transportes coletivos e pontos de paradas, que obriga a Prefeitura, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública, a adotar um esquema especial de repressão: “SSP procura proteção para transporte noturno” (D. O. M. R. de 08/10/1976, entre outros).

forma indireta, pode não ter sido o único dos administradores – e certamente não foi – com sensibilidade para os novos tempos, mas foi, talvez, um dos que melhor souberam entendê-los.

Não foi indiferente ao fenômeno assinalado do aspecto geracional, característica, também, de boa parte de sua equipe de governo. Esta, que a imprensa local chegaria a denominar de “os jovens turcos”, chegou ao Palácio Capibaribe com um projeto de governo, com uma ideia global da cidade, de seus problemas, de soluções para enfrentá-los, que dava à nova administração uma unidade de ação bem diferente daquela constituída em torno da autoridade do chefe e da rigidez dos “princípios revolucionários”.

Há um estilo novo de governo, cuja expressão, mais que simbólica, está na informalidade do Prefeito despachando em mangas de camisa e nas suas caminhadas nas ruas, ladeiras, morros e mangues, indo ao contato direto com os problemas da população e chegando onde o poder nunca chegará, a não ser sob a forma repressiva de batidas policiais.

Dois aspectos essenciais marcam a gestão Krause, enquanto definição de objetivos: a prioridade dada aos problemas sociais da cidade e a preocupação em explicitar um projeto cultural para o município, afirmando buscar valorizar, promover e proteger sua identidade cultural própria. Mas o importante a assimilar não é somente essa afirmação programática, mas, sim, a maneira de procurar realizá-la, incluindo aí um agudo senso da importância de certos atos, da realização de gestos e ações carregados de simbolismo⁷⁰.

A Prefeitura abandona a priorização das grandes obras, mesmo que algumas ainda sejam realizadas dentro de projetos anteriores⁷¹.

⁷⁰É o caso da visita, logo após a posse, a intelectuais e artistas (D. O. M. R. de 16/04/1979). Também a edição do D. O. M. R. de 18/04/1979: “Preservar a cultura do Recife é a principal preocupação de Krause”; e de 23/08/1979: “Prefeito afirma que prioridades só para programas sociais”, entre muitos outros exemplos que poderiam ser citados.

⁷¹É o caso dos estacionamentos periféricos e da Avenida Domingos Ferreira. Os primeiros não chegaram a ter a função esperada de desafogar o trânsito no Centro da Cidade e findaram por ter outros usos.

É preciso assinalar que, entre 1974 e 1979, importantes transformações políticas ocorreram, tanto em nível nacional quanto internacional. Como foi já assinalado, quebra-se o monolitismo do bloco no poder, sacudido por crises internas e confrontado com diversos movimentos sociais. A censura à imprensa e aos meios de comunicação de massa foi sendo, gradativamente, suspensa; amplia-se o movimento pela anistia e pela redemocratização do país, ao mesmo tempo em que se agrava a crise econômica e social. A condução política da chamada distensão começa a escapar ao controle dos estrategistas de gabinetes e não é mais um jogo cujos desdobramentos podiam ser previstos ou determinados por combinações de peças políticas dentro do sistema. Tudo isso impõe, também, um outro discurso e uma outra ação. É significativo que não se põe em causa apenas o modelo político, mas, igualmente, o modelo econômico, inclusive, por membros do sistema, agora críticos abertos da centralização das decisões econômicas, bem como das suas consequências, em termos de desigualdades regionais, das quais o Nordeste continuava a ser o paradigma.

A leitura do Diário Oficial do Município, em um período de dez anos, 1969/1979, aqui tomado como exemplo, pois a pesquisa foi além deste marco, oferece um registro expressivo dessa mudança. Há períodos, *grosso modo* até 1975, quando suas páginas são quase que totalmente tomadas por notícias concernentes a personalidades dirigentes, notadamente militares, nas quais até a aposição de foto do general-presidente ocupa mais de meia página. Daí em diante, são as questões que concernem à sociedade que vão ocupando espaço, até que, em 1979, é anunciada a volta dos funcionários afastados por razões políticas e agora reintegrados em consequência da anistia⁷².

Simbolicamente, essa notícia fecha um ciclo e abre um outro, que vai na direção das eleições diretas.

⁷²D. O. M .R. de 20/04/1971: “Retrato do Presidente Médici foi colocado no gabinete do Prefeito”; e de 21.11.79: “Anistiados voltarão logo ao serviço da Prefeitura”.

Esse o contexto, rapidamente descrito, no qual a administração Krause atua.

Indicamos que uma de suas prioridades foi a da preservação da cultura da cidade. Sem entrar na discussão ou exame da concepção da cultura subjacente a tal afirmativa, nem do que teria sido eleito como cristalizador da fisionomia cultural do Recife – visto sob ameaça de destruição ou descaracterização – vejamos como a Prefeitura buscou realizar suas ações nessa área. Ela dotou-se, primeiramente, de um instrumento institucional próprio: a Fundação de Cultura da Cidade do Recife⁷³. Sua criação representava, também, o resultado de toda uma trajetória do lugar e do papel da cultura na gestão política da cidade.

Em outras palavras, o poder municipal reconhecia que a cultura não podia continuar objeto de ações esporádicas e descoordenadas e que, sobretudo, ela constituía peça tão fundamental de sua ação política quanto sempre o fora sua intervenção no ordenamento urbano, nos aspectos mais visivelmente materiais da cidade. Sua atuação deu-se, desde então, tanto no campo da cultura tradicionalmente da elite letrada, através da edição de textos literários e históricos, como também no campo da cultura de matriz e expressão popular, mapeando, divulgando, patrocinando manifestações e eventos, com ênfase no carnaval, que no frevo tem uma das maiores criações culturais propriamente recifenses. Ela expressava, ainda, o reconhecimento da complexidade alcançada pela vida urbana local, naquilo que pode ser denominado como cultura da cidade.

Entre os elementos indicadores desse reconhecimento estão as ações empreendidas na área da preservação do meio ambiente e a definição de áreas históricas cujas características deveriam ser conservadas como expressão da personalidade da cidade.⁷⁴

⁷³A Fundação de Cultura Cidade do Recife foi criada pela Lei 13.535, que indicava como sua finalidade “a indução das atividades culturais, com ênfase na cultura popular” (D. O. M. R. de 01/05/1979).

⁷⁴ “Recife terá órgão para combater poluição” (D. O. M. R. de 09/04/1979). E, ainda meio ambiente, as edições de 09.05.1979 e 10.05.1979. Sobre sítios e monumentos históricos:

Quanto ao carnaval, que, no período autoritário, foi sempre apresentado como moribundo – apesar de todo o esforço oficial para revitalizá-lo – volta a ganhar a vitalidade de seus melhores momentos, o que é indissociável da gradativa redemocratização do país.⁷⁵

Esta ganha também um outro símbolo na cidade, promovido pela Prefeitura, embora tenha vida efêmera, suplantado que foi pela própria dinâmica social: os murais da Prefeitura. Em um deles, o prefeito, transformado em grafiteiro, disse ser “pela democracia social”.⁷⁶

Estava dado o mote em torno do qual a Prefeitura pautaria sua ação. Com o mesmo conjugava-se o *slogan* “Desenvolvimento com participação”. Daí a promoção de eventos que visam ouvir setores organizados da população, a instalação dos “barracões da Prefeitura”, as transformações nas ações dos Centros Sociais Urbanos, a criação de áreas especiais de assentamento de baixa renda, o projeto “Um por todos”, a ação junto ao setor informal, a busca de uma nova forma de relacionamento com os ambulantes, a assistência social.⁷⁷

Nos jornais da cidade, inúmeros artigos – alguns transcritos pelo Diário Oficial do Município –, registram esse novo estilo de ação, todos, de modo geral, elogiando a ação da Prefeitura, fazendo eco a essa

D. O. M. R. de 10/10/1979 e Lei n. 13.957, instituindo normas de proteção aos sítios históricos. Essas indicações são apenas uma amostra das decisões no setor cultural.

⁷⁵ “Prefeito muito satisfeito com animação da abertura”; “Carnaval/Participação foi o melhor dos últimos anos” (D. O. M. R. de 21/01/1980); “Ressurreição do Carnaval” (D. O. M. R. de 26/02/1980); “Fim da passarela” (D. O. M. R. de 29/02/1980).

⁷⁶ D. O. M. R. de 28/02/1980.

⁷⁷ Entre inúmeros outros registros, exemplificamos com os seguintes, todos do D. O. M. R., nas respectivas datas: “Editorial: I Encontro de Representantes de Bairros da Cidade do Recife” (01/06/1979); “Editorial: Participação e Comunidade, discurso de Gustavo Krause na abertura do I Encontro de Representantes de Bairros da Cidade do Recife” (18/07/1979); “Centros Sociais Urbanos além de agenciar empregos vão fornecer carteiras” (04/05/1979); “Experiência piloto promove melhoria em rua de Tejiptió” (05/05/1976); “Portaria n. 8, define áreas especiais de assentamento da população de baixa renda (01/05/80); “Ação Social atende em média 100 pessoas por dia” (16/08/1979); “Prefeito diz que pobreza urbana deve ser enfrentada e combatida” (26/07/79); “Município vai construir em breve 14 creches” (13/08/80).

redescoberta do social. Um deles, por ocasião da inauguração de uma praça e outras benfeitorias no Engenho do Meio, resume em certa medida o tom geral dos registros da época: “Até agora, tínhamos ouvido quase exclusivamente observadores situados no asfalto. Domingo é que talvez tenha começado a se tornar audíveis vozes opinativas dos morros e subúrbios. Quem irá suplantar quem, só o futuro poderá decidir. De qualquer forma, pode ser que o prefeito já tenha garantido um empate de perspectivas bem esperançosas”.⁷⁸

Na verdade, esta esperança de um “empate” entre as vozes do asfalto e as dos morros e alagados não dá conta dos embates reais que põem em confronto interesses diversos, socialmente organizados ou em vias de organização e o poder em vários níveis. De parte da Prefeitura, há, juntamente com a compreensão da necessidade de novos métodos de relacionamento com as reivindicações dos setores populares, a busca da criação de formas de representação e organização popular submetidas a um certo controle do poder, de maneira a, pelo menos, contrabalançar as organizações que lutavam por manter sua autonomia face ao poder e às representações políticas institucionalizadas de forma tradicional.⁷⁹

A mais importante expressão das mudanças ocorridas no período, quanto ao lugar das questões sociais na gestão municipal e quanto aos novos métodos de ação, está representada nas ações e promessas feitas em duas áreas-símbolo da cidade: Brasília Teimosa e Coque. Aí, também, manifesta-se o resultado de uma tenaz resistência do movimento popular

⁷⁸ D. O. M. R de 27/03/1980: Editorial “Constatação”: transcrição da Coluna *Política & Políticos*, do jornalista Garibaldi Sá (Jornal do Commercio de 23/03/1980).

⁷⁹ A partir de 1979, cresce, no Recife, o número de Conselhos e Associações de Moradores, muitos dos quais nascidos sob influência da ação da Igreja Católica, através de Comunidades Eclesiais de Base, fortemente propensas a preservarem sua autonomia face aos partidos políticos tradicionais e seus representantes. No entanto, as próprias organizações populares tendem a organizar-se, formalmente, dentro da legislação vigente e o D. O. M. R. frequentemente publica os estatutos dessas organizações. Quando possível, a Prefeitura apóia e incentiva a criação ou o desenvolvimento de associações menos influenciadas por pruridos autonomistas. D. O. M. R.: “União dos Moradores do Pina já tem sede própria”. Ver também: SILVA, Neide Maria da et al. **Movimentos de bairro: repetição/invenção**. Recife: Etapas, 1988.

aos planos governamentais, que, sob pretexto de urbanização, pretendiam transformar tais áreas – notadamente Brasília Teimosa – em centro de habitação, comércio, lazer e turismo para a faixa da população de renda mais alta, expulsando, em consequência, os seus antigos ocupantes.

No Coque, na presença do Governador Marco Maciel, do Ministro Andreazza e do Presidente Figueiredo, o Prefeito Krause lançou o “Projeto Recife”, que contemplava a distribuição de títulos de propriedade da terra e a urbanização de áreas de favelas. Mesmo sem entrar na descrição pormenorizada das marchas e contramarchas da efetivação, que cercavam tais promessas, é forçoso reconhecer o significado das mesmas. Parcela da população da cidade, aquela cujas características socioeconômicas estavam, para grande parte, aquém da pobreza, derrotavam poderosos interesses financeiros e imobiliários.⁸⁰

Em Brasília Teimosa, o projeto que seria implementado pela URB volta às gavetas ou aí permanece, sendo substituído pelo que foi denominado de “Projeto Teimosinho”, elaborado pelo conselho de moradores, com a assessoria de alguns técnicos, apoio da Igreja Católica e de alguns políticos.⁸¹

A formulação de uma nova política global da ação da Prefeitura foi feita através da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Recife (1980), que incorporava as tomadas de posição do prefeito, quando de sua posse: “o social é a medida de todas as prioridades”. Fundamentalmente, como vimos, a Prefeitura passava a levar em conta as organizações populares e tentava, mesmo em certa medida, incorporá-las ao planejamento e execução de determinadas ações.

⁸⁰ D. O. M. R. de 19/10/1979: “Projeto Recife nasceu no Coque para beneficiar 197 mil pessoas”. (com foto de Figueiredo, Krause, Maciel e Andreazza no grande palanque armado no Coque, por ocasião da visita do Presidente e anúncio do projeto).

⁸¹ Sobre Brasília Teimosa, temos uma série de manchetes que, resumidamente, dão ideia de alguns momentos do processo, até se chegar ao Projeto Teimosinho: “Moradores de Brasília Teimosa visitam prefeito”; “Gustavo Krause recebe abaixo assinado” (D. O. M. R. de 27/10/1979); “Prefeito garante posse de terras de moradores de Brasília Teimosa” (D. O. M. R. de 06/11/1979); “Prefeitura aprova projeto urbano em Brasília Teimosa” (D. O. M. R. de 25/04/1980). Editorial: Brasília Teimosa – texto de Luis Otávio de Melo Cavalcanti, Secretário de Planejamento e Urbanismo, sobre o Projeto Teimosinho.

Em 1982, Gustavo Krause deixa a Prefeitura para ser o candidato a Vice-Governador de Roberto Magalhães.

Daí até 1985, quando a população do Recife voltou a eleger de forma direta o prefeito da cidade, duas administrações sucederam-se, ainda, por escolha indireta, a de Jorge Cavalcante (1982/1983) e a de Joaquim Francisco (1983/1985).

Elas não apresentam relevo especial e, em grande parte, dão continuidade, de forma menos impetuosa e dentro do estilo de cada um, a alguns dos projetos e definições programáticas tão enfaticamente definidas na gestão Krause. Os problemas sociais da cidade evidentemente que não poderiam mais ser relegados, mas se sente que, entre 1982/1985, eles dividem os recursos da Prefeitura com outras áreas, deixando de ser a propriedade das propriedades.

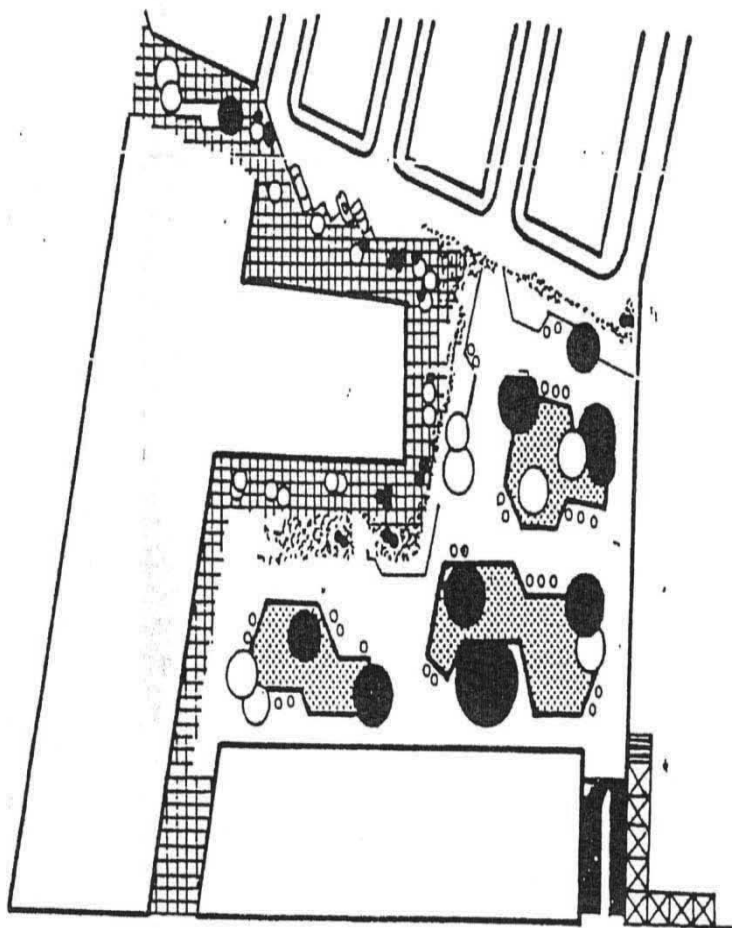
Em 1985, Jarbas Vasconcelos seria eleito Prefeito do Recife, em um pleito que pôs em cena um largo espectro de forças político-partidárias. Com ele, o poder municipal passa para forças políticas que, durante mais de vinte anos, estiverem alijadas do mesmo, pelo controle indireto da escolha dos governadores. Aparecem, então, alguns elementos novos – não isentos de problemas e contradições – na administração municipal.

O mais significativo é que, já durante a campanha, entidades do movimento popular discutiram os projetos de um governo popular na Prefeitura, definindo três princípios básicos:

1. A transparência das decisões e ações dos órgãos governamentais;
2. A descentralização administrativa estruturada de forma a permitir uma maior aproximação com a população;
3. A participação popular direta e indireta no cotidiano da Administração.⁸²

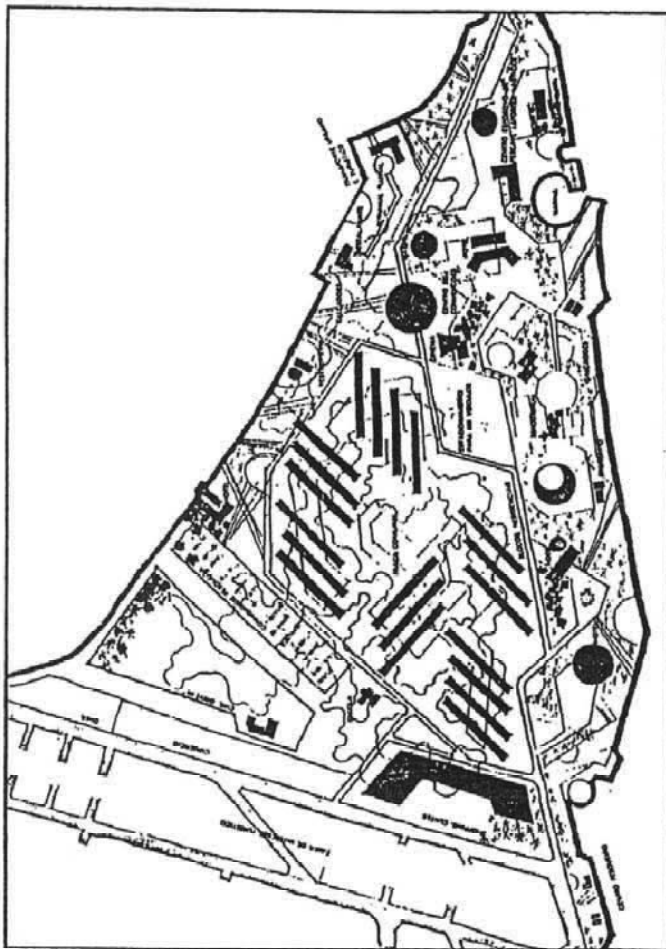
⁸² PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE/SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL. **Prefeitura nos Bairros:** Gestão Democrática da Cidade do Recife. Recife: PCR, outubro de 1987. p. 13.

Praça Machado de Assis
Plano Geral



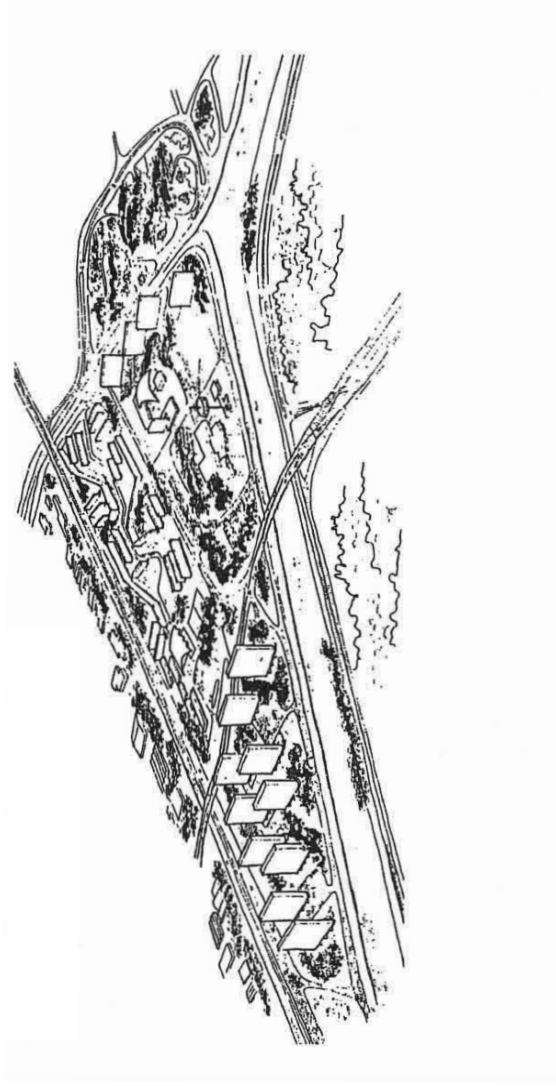
Fonte: A Construção Norte Nordeste (n. 16, set. 1974)

Reurbanização de Brasília Teimosa



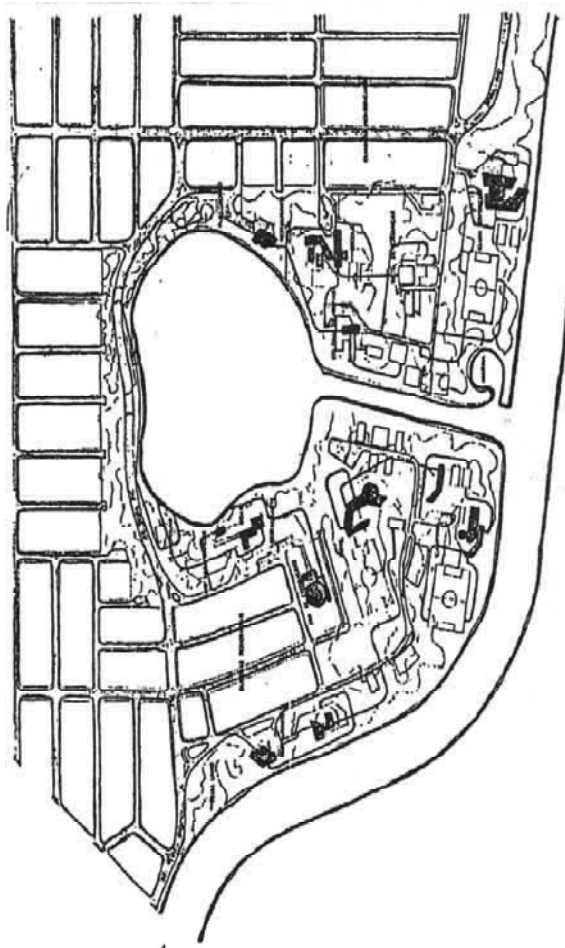
Fonte: A Construção Norte Nordeste (n. 16, set. 1974)

Plano de Urbanização da Ilha Joana Bezerra



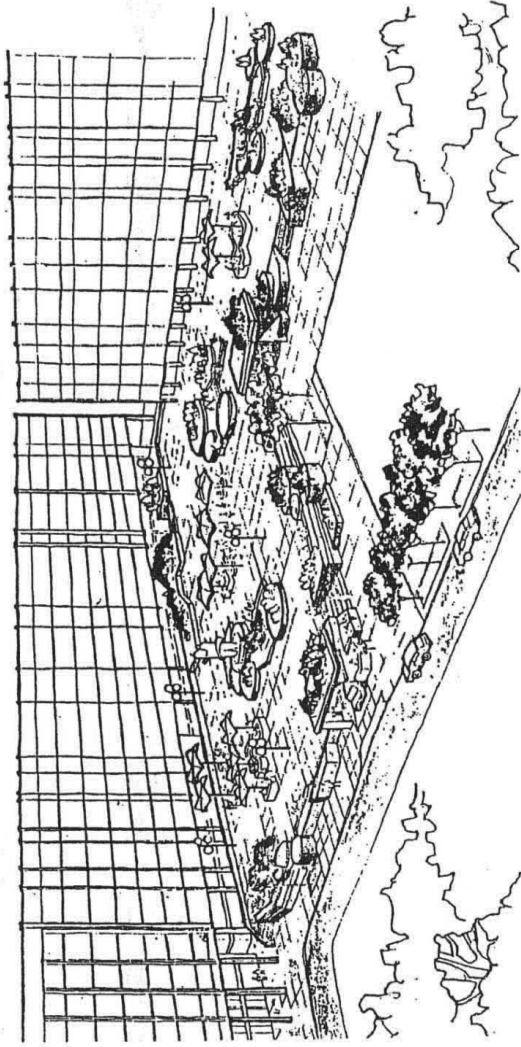
Fonte: A Construção Norte Nordeste (n. 16, set. 1974)

Projeto de Urbanização da Lagoa do Araçá



Fonte: A Construção Norte Nordeste (n. 16, set. 1974)

Projeto da Ilha de São Simão



Fonte: A Construção Norte Nordeste (n. 16, set. 1974)

4. A formação social do Recife *

É NA ESTRUTURAÇÃO das classes sociais que se explicitam e, em certo sentido, se materializam as instâncias econômicas, políticas e ideológicas, partes interligadas da totalidade social. A formação das classes sociais, contudo, não pode ser corretamente apreendida como uma simples polaridade, resultado da posição dos indivíduos na estrutura produtiva ou de renda. Ou seja, não se trata de situar apenas as classes sociais dentro de um quadro de estratificação, no qual as mesmas existiriam “em si” e “para si”. As classes sociais existem, de fato, em relação, ou seja, só nas relações – de conflito, dominação, submissão, cooperação – que estabelecem entre si, é que as mesmas definem sua plena existência e configuração, expressa de forma implícita ou explícita na apreensão dessa relação, através da consciência de classe.¹

A formação da sociedade de classes da cidade do Recife só ganha plena inteligibilidade, quando situada no conjunto da formação social brasileira, sendo esta, por sua vez, também parte de uma formação social mais ampla, a do sistema capitalista mundial.

Estamos, portanto, diante de uma formação social determinada, em níveis de maior ou menor dependência do conjunto nacional e internacional. Essa determinação explicita-se concretamente além das diferenciações sociais espaciais, “na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura

* Texto preparado para o *Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife*. Uma versão, incompleta, foi divulgada em 1990. Como para o texto anterior, a responsabilidade pelas opiniões emitidas não envolve nenhuma das instituições participantes da elaboração do PDCR.

¹ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, Vol.I, Prefácio; e OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido**. São Paulo: Brasiliense, 1987. Introdução: do método no estudo das classes.

de classes peculiar a essa forma e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral”.² Ou seja, é na existência de um **espaço regional integrado**, que se concretiza a formação das classes sociais no Recife. Essa integração, que descarta a ingenuidade da busca de uma formação social autônoma, não apaga, por vezes mesmo reforça, as especificidades da formação social regional, ao integrá-la justamente de forma diferenciada no processo de visão inter-regional do trabalho. Esta é, por sua vez, reiterada pelas frações de classes regionais, cuja existência advém exatamente daquela integração desigual. Assim estabelece-se uma dinâmica entre a determinação externa e a “especificidade da reprodução do capital” em nível regional, na qual esta encontra os fatores e os limites de sua existência.

Esses fatores e limites não se localizam apenas na instância da estrutura econômica, mas estão também presentes com igual importância nas instâncias políticas e culturais/ideológicas.

Estas sumárias indicações teóricas de grande nível de generalização, mas de fundamental operacionalidade, devem ser sempre referidas ao processo histórico concreto. Ou seja, não se trata de estabelecer uma “estratificação” que fixa a posição e a existência das classes sociais em um determinado momento, como em níveis superpostos da estrutura social.

O estabelecimento de tal estratificação pode apresentar alguma utilidade, mas permanece sempre limitada e insuficiente. Só quando situada dentro do processo de sua criação/destruição é que a formação das classes sociais adquire pleno sentido e ganha toda sua plena significação relacional.

Assim, repita-se, para o caso do Recife, três elementos devem ser postos em relevo no entendimento da dinâmica da sua formação social. O primeiro diz respeito à sua inserção em um processo mais geral, que é o

² OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 27.

da passagem, em nível nacional, de uma economia de base agrária para uma economia urbano-industrial de tipo capitalista, implicando na tendência à generalização do trabalho assalariado e à generalização das leis do mercado, determinando a objetivação da existência social em sua totalidade. Acrescente-se, ainda que de passagem, que tal processo tem sido acompanhado de importantes modificações no âmbito da composição das forças detentoras do poder político e, conseqüentemente, da natureza do Estado e de suas relações com a sociedade, como também das mudanças de valores que acompanham tal passagem.

O segundo elemento, parte integrante do processo acima referido, é o da forma como a região insere-se nessa trajetória de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial. Em outras palavras, se tal processo tende a uma homogeneização do espaço nacional, tal tendência não apaga as especificidades regionais, podendo mesmo nelas se apoiar e até reiterá-las, mesmo quando as redefine. Para usar a expressão consagrada, a região – face desigual do processo – é parte combinada do mesmo.

O terceiro elemento da determinação da sociedade de classes na cidade do Recife é que esta não é o resultado de uma dinâmica própria, circunscrita ao âmbito do seu espaço urbano. Historicamente gerado pelo capital mercantil – na fase colonial, sobretudo –, o espaço social da cidade teve também sua gênese e seu desenvolvimento intimamente associado ao complexo agrário-exportador, tanto àquele da Zona da Mata quanto ao do Agreste e Sertão algodoeiro/pecuário.

4.1 A Formação da Estrutura Social do Recife

A gênese e o desenvolvimento da cidade do Recife, como se sabe, estão relacionados com a função portuária aqui estabelecida, dentro da articulação da economia agrário-exportadora com o capital mercantil colonizador. Essa origem e processo não são – e isto é significativo – um ponto de partida, perdido no tempo, a funcionar como um mero

referencial histórico em seu sentido cronológico mais restrito de passado. Ao contrário, “desde seus primórdios, tudo se apresenta como definitivo, com os traços básicos que persistiriam por séculos”³. No entanto, isso não significa uma não história, mas, sim, um tempo longo, uma longa duração, dentro da qual, em níveis e ritmos diferenciados, tais traços podem se apresentar mais susceptíveis de mudança.

Os traços básicos “que persistiriam por séculos”, do ponto de vista da formação da sociedade de classes no espaço urbano recifense, podem ser identificados na presença de três elementos: o Estado, as classes agrárias – de início e sobretudo aquelas ligadas ao complexo do latifúndio açucareiro – e os comerciantes, agentes da intermediação de longo curso, mas, também, atuando internamente na distribuição para o consumo local.

A cidade será, por longo tempo, e continua sendo, em muitos aspectos, o resultado da ação desses três elementos, configurando tanto seu espaço físico, quanto social.

O Estado mercantil colonizador articulou a ordem social, legitimou e ditou os processos de apropriação da terra, deu o rumo e o sentido da sociedade local, em função da acumulação externa, hierarquizou *status* e poderes. Criou, além disso, uma camada de funcionários, alguns simplesmente de passagem, outros, por circunstâncias várias, enraizando-se na terra e, em alguns casos, articulando-se com a camada dos comerciantes e/ou dos proprietários de terras.

Do século XVI ao XX, através de suas várias transformações, essas funções do Estado continuariam sendo exercidas e ampliadas. Parte importante da sociedade de classes no Recife hoje aí encontra a explicação da sua existência, notadamente os setores da classe média. Por isso, seu

³ FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 15. A observação de Furtado refere-se ao Nordeste, mas sua pertinência parece evidente também para o Recife em particular. Ver também: BERNARDES, Denis; PERRUCCI, Gadiel. **Recife, o Caranguejo e o Viaduto**. Recife: Pimes/UFPE, 1990.

controle é tão importante, especialmente em uma economia periférica com as conhecidas limitações de emprego⁴.

As classes agrárias, ontem como hoje, estão presentes na formação social do Recife, como detentoras de largo poder formal e informal, mas também através da posse de expressiva parcela do solo urbano, mantida como reserva especulativa, como área de edificação para moradas suntuárias ou construções para ganho imobiliário. Marca a fisionomia da cidade toda uma geografia e uma arquitetura agrária/usineira, que é a expressão de seu poder, *status* e modo de vida.

Essa camada – na qual incluímos o restrito grupo dos usineiros, mas também os fornecedores de cana e proprietários do Agreste e Sertão – não desdenhou a cidade como lugar do poder. Mesmo quando não desenvolveu uma cultura que a identificasse com o espaço urbano, sempre esteve presente no poder, direta ou indiretamente, seja no Governo do Estado, no Senado, na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa ou na Câmara dos Vereadores. Moldou uma cultura ainda hoje capaz de sobreviver para além das bases históricas que lhe deram existência e vitalidade.

Sua presença no espaço urbano inclui, portanto, morada e negócios, como também o poder, além de sempre ter tido influência nos meios de comunicação de massa, diretamente como proprietária de jornais, emissoras de rádio e televisão, ou como financiadora de grupos identificados com seus interesses e opiniões políticas.

Tendencialmente conservadoras, herdeiras da cultura do latifúndio escravocrata, nem sempre se apresentaram politicamente monolíticas e, aqui e ali, frações minoritárias das classes agrárias puderam se aliar com projetos sociais transformadores, associando-se, por exemplo, ao

⁴ O Estado, aqui, engloba suas várias instâncias e múltiplas instituições. Um exemplo, entre outros, de sua importância, na composição da sociedade de classes no âmbito da cidade do Recife, pode ser dado pelo número de funcionários inscritos na folha de pagamento da PCR. Na gestão Krause (1979/81) estava em torno de 10 mil, hoje (1990) ultrapassa 20 mil. A esses números, ajuntem-se os funcionários federais e estaduais em suas várias autarquias, agências, instituições.

desenvolvimentismo industrializante. No entanto, os limites de suas veleidades transformadoras sempre foram e são muito restritos. Simbolizam, aliás, as classes agrárias, em seu conjunto, a polarização econômica, social e política, que é uma das marcas fundamentais do estado de Pernambuco e da cidade do Recife. Na equação privilégio/conservadorismo *versus* justiça social/transformação, são o emblema e o suporte do primeiro termo.⁵

Podemos acrescentar ainda que as classes agrárias – notadamente aquelas vinculadas à agroindústria açucareira – têm também uma outra forma de presença na formação espaço-social do Recife, através das levas de migrantes que, continuamente, por processos vários, são expulsos da Zona da Mata e vêm engrossar a população marginalizada da sociedade. Seu controle ou poder de pressão sobre o Estado, o recebimento de subsídios diversos, os baixos níveis de salários dos trabalhadores da cana, a monopolização das melhores terras para a monocultura da cana-de-açúcar provocam importantes rebatimentos sobre o espaço urbano recifense, nele encarecendo o custo de vida e deprimindo seu papel intermediador ou produtor de bens de consumo para os trabalhadores da Zona da Mata. Lembremos, no entanto, que, nos últimos anos, o sindicalismo rural tem crescido e que conquistas mínimas têm sido realizadas, apesar de toda resistência da cultura agrária dominante.

Essas classes agrárias, em algumas de suas frações, apresentam-se de forma “híbrida”, associando-se a investimentos na área industrial, comercial e no já citado setor imobiliário. Em nível nacional, são parte subordinada do pacto da dominação e alguns dos seus elementos têm procurado diversificar o uso de suas terras e expandir seus investimentos para fora do estado. Nisso, apesar do discurso da pernambucanidade, são a face do processo de homogeneização do espaço nacional.

⁵ Ver: LEVINE, Robert M. **A Velha Usina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; MARTINS, Paulo Henrique M. Participação das Elites Açucareiras na Política Pernambucana: alguns cenários prováveis. In: LAVAREDA, Antônio (Org.). **A Vitória de Arraes**. Recife: M. Inojosa, 1987. p. 63-81.

As transformações socioprodutivas em nível local, inclusive aquelas que afetam diretamente a melhoria do espaço sociourbano do Recife, não podem ser feitas sem que tais classes tenham afetadas algumas de suas prerrogativas tradicionais. Daí, inclusive, a dificuldade de promovê-las.

Expressão da ação do Estado e do capital mercantil metropolitano, o Recife tem, entre seus componentes sociais fundamentais, os comerciantes.⁶ Os mais importantes – na vigência temporal que abarca do século XVI a meados do século XX – foram aqueles situados estrategicamente no setor exportador/importador, articulando a produção agrária com o comércio mundial, razão da sua existência.

Atuaram como financiadores da produção local, por vezes, subordinando-a, daí conflitos com o setor agrário serem tão frequentes na história pernambucana ao longo dos séculos.⁷ Exerceram, portanto, também o papel de capital usurário/financeiro e formaram aquilo que entre nós se aproximaria de um débil patriciado urbano, marcando também fortemente seu espaço e sua fisionomia arquitetônica. Como as classes agrárias, tornaram-se os comerciantes detentores de grandes porções do solo urbano e manifestaram também sua existência social através de construções suntuárias, algumas recentemente destruídas para fins de especulação imobiliária. Em uma sociedade dependente fortemente da importação para a satisfação da maior parte das suas necessidades de consumo, foram os provedores dos produtos nacionais e estrangeiros requeridos para a satisfação das necessidades materiais e culturais de um mercado que ultrapassava o âmbito da cidade do Recife. Desempenharam, assim, um papel fundamental na estruturação de uma vasta rede de influência do Porto de Recife, dando-lhe uma dimensão regional,

⁶ Não se pretende aqui retratar uma história completa, nem mesmo detalhar um catálogo de todas as forças e atores sociais atuantes na cidade e formadores de seu espaço em sentido amplo. Delas vale mencionar uma instituição: a Igreja Católica, mas seu papel foi sempre bem maior ao nível cultural-ideológico do que na formação, digamos, “material” das classes sociais.

⁷ O exemplo clássico, mas não único, de tais conflitos é a chamada “Guerra dos Mascates”, nos primeiros anos do século XVIII.

irradiando por todo o Nordeste os produtos por ele desembarcados e trazendo ao mesmo a produção interiorana, demandada pelo mercado mundial: açúcar, couros e peles, tabaco, madeiras, algodão, etc.

Ao contrário das camadas agrárias, desde cedo “nacionalizadas”, os comerciantes constituíram, por muito tempo, em sua grande maioria, uma camada social alienígena, notadamente portuguesa, razão a mais para exacerbar os conflitos que os opuseram aos proprietários rurais, à classe média urbana e aos trabalhadores.⁸

Durante todo o século XIX e parte do XX, os comerciantes formam, com os proprietários rurais, o setor dominante da sociedade pernambucana e, em especial, da recifense. Mais do que os proprietários rurais, souberam melhor organizar-se na defesa de seus interesses, pressionando fortemente o Estado, notadamente na questão fiscal, através da Associação Comercial, uma das mais influentes e bem organizadas instituições de representação de classe da cidade. Pode-se dizer que nenhum ato do poder público, em nível local, foi pensado ou executado sem que fosse consultada a Associação Comercial, ou sem que esta buscasse influir nos que atingiam mais diretamente seus interesses.

A “acelerada expansão urbana do Recife no século XIX”, quando foram realizados vários melhoramentos, fazendo a cidade ultrapassar seus limites coloniais dos bairros do Recife, São José e Santo Antônio, expressa claramente “o engrossamento do fluxo comercial” através do seu porto.⁹

A influência dos comerciantes na cidade não foi ou tem sido expressa somente através das transformações materiais em sua fisionomia

⁸ Além da já citada “Guerra dos Mascates”, lembramos o caso dos comerciantes judeus, notadamente durante o período holandês, magistralmente estudados por José Antônio Gonsalves de Mello no seu livro *Gente da Nação* (Recife: Editora Massangana/Fundaj, 1990). Todo o século XIX em Pernambuco foi atravessado por tais conflitos, sendo das causas fundamentais da Revolução de 1817, da Confederação do Equador (1824), da Revolução Praieira (1848) e de inúmeras outras agitações menores. Sobre tais conflitos na segunda metade do século XIX, ver: CAVALCANTI, Paulo. **Eça de Queiroz agitador no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

⁹ SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 210-291.

urbana. Ela esteve e continua presente – mesmo que hoje sob formas diferentes – no espaço sociocultural da cidade, através de suas representações próprias, mas também de instituições várias, nas quais os comerciantes exercem seu poder ou constituem a principal base social.¹⁰ É o caso, entre outros, do Gabinete Português de Leitura, da Santa Casa de Misericórdia, de diversas irmandades religiosas recifenses, do Real Hospital Português, da Maçonaria, dos clubes sociais e esportivos mais influentes, tradicionalmente associados à elite local. Da ação dos comerciantes não pode ser dissociada a transformação e o lugar ocupado pelo carnaval na cultura urbana recifense, o que dá bem a medida da qualidade e importância de sua presença na cidade.¹¹ Presença que se expressa diretamente na representação política através da postulação de cargos federais, estaduais e municipais ou indiretamente no financiamento de campanhas políticas de quem os representem.

Além disso, o comércio, junto com o setor de prestação de serviços, constitui, hoje, no Recife, o ramo mais importante do ponto de vista da ocupação da população economicamente ativa e, como parte do setor terciário, é o setor em expansão, face ao primário e ao secundário. Portanto, sua importância não se restringe ao número de proprietários ou detentores do capital comercial.

A ele estão ligados os milhares de comerciários da cidade e setores médios da administração e gerenciamento dos negócios. Dadas as características dos baixos salários, da restrita modernização do setor, da prática de descumprimento da legislação social, o comércio exerce uma considerável função no amortecimento do desemprego urbano, ao ocupar um grande contingente de trabalhadores, que, não fossem as condições

¹⁰ Sobre a Associação Comercial de Pernambuco, quando então completava cem anos, ver: PINTO, Estevão. **A associação Comercial de Pernambuco**: livro comemorativo do seu primeiro centenário (1839-1939). Recife: Off. graph. do Jornal do Commercio, 1940.

¹¹ Sobre o carnaval recifense, suas transformações, suas relações com as classes sociais e seu lugar na configuração da cultura da cidade, ver: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do Tempo** (Entrudo, Mascarada e Frevo no Carnaval do Recife). Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife, UFPE, 1992.

citadas acima, estariam fora do setor formal de emprego. Este é um paradoxo real, do qual o próprio atraso alimenta-se. A própria representação de classe dos comerciários, tanto pelas características da sua formação social, quanto por essa situação cuja margem de manobra aparece como bastante restrita, tem sido quase sempre uma aliada “compreensiva” dos empregadores, promovendo muito setorialmente a defesa dos seus representados.¹²

Nos últimos trinta anos, vem ocorrendo uma grande transformação no setor comercial, transformação esta que tem modificado tanto o espaço físico da cidade, quanto tem consequência em sua composição social. Essa transformação é, hoje, mais que uma tendência, pois já se consolidou e tem influenciado, inclusive, os espaços da sociabilidade e suas manifestações.

Trata-se da implantação de novas formas de distribuição, através dos super e hipermercados, empresas de grupos que hoje pouco têm a ver com suas origens – quando surgiram de modestas empresas familiares – ou com as características do capital comercial tradicional. Este, aliás, foi ou está sendo, em grande parte, alijado ou tem sido obrigado a transformar-se para sobreviver.

A primeira ou mais visível das consequências da implantação dessas novas formas de distribuição espacial reflete as novas realidades sociogeográficas do crescimento urbano – inclusive demográficas – e os impactos na modalidade física trazida pelo automóvel individual-familiar.

Daí, entre outras razões, a tão falada degradação do centro tradicional da cidade e o de perecimento dos seus consagrados lugares de comércio e sociabilidade. O modelo por excelência dessas transformações

¹² Em 1979, a Câmara Municipal do Recife concedeu, em resolução votada na mesma sessão, o título de Cidadão do Recife ao então Comandante do IV Exército, General Argus Lima, e ao presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio do Recife, Luiz Generoso Filho, que, durante o espaço de duas décadas, ocupou tal cargo (Diário Oficial do Município do Recife de 16/04/1979).

são os *shopping centers*, que, inclusive, recriam, em ambiente fechado, protegido, ruas, praças, centros de lazer e conveniência.

Esse tem sido um dos mais fortes e atuantes fatores de transformação do espaço urbano do Recife e em torno do mesmo valorizam-se áreas ocupadas pela população marginalizada, de baixo poder aquisitivo e agora objeto da voracidade da especulação imobiliária.¹³

Juntamente com tais modificações na rede de distribuição, os tradicionais bairros residenciais de classe média vão sendo transformados, através de novas áreas de comércio com os mini-*shoppings*. Tudo isso reforça o abandono do centro da cidade e hoje é possível encontrar parte dos habitantes do Recife que já não o frequenta por desnecessário e mesmo que evita a todo custo fazê-lo.

Ao mencionar-se a degradação do centro da cidade, impõe-se assinalar aí a presença das mais variadas formas de comércio, não estabelecido de loja aberta, conhecidos como ambulantes, mas que, na verdade, procuram se instalar em pontos de vendas. Alguns chegaram mesmo, pouco a pouco, com conviências várias, a ocupar com edificações o espaço das calçadas, os abrigos dos ônibus, um vão de parede ou muro, fixando-se em cimento e tijolo. Tão antiga quanto a presença dos ambulantes na cidade é a perseguição que sofrem por parte do poder público, pressionado pelos comerciantes estabelecidos. A história recente da cidade é, em grande parte, a história da luta tenaz empreendida pelos ambulantes contra a repressão de que são objetos, bem como a história do fracasso de todos os planos, projetos, operações e promessas, seja para “limpar” as ruas da cidade de sua presença, seja para encontrar uma solução capaz de integrá-los, sem maiores conflitos, ao espaço urbano.

¹³Ver: Jornal do Commercio (PE) de 11/11/1990 (“Favela Entra-Apulso é a face da miséria do bairro de Boa Viagem” e “Uma super-favela inchando Boa Viagem”); de 02/09/1990 (“Bompreço é a 40ª maior empresa privada do país”); de 02/09/1990 (“No *Shopping*: Céu, realidade e diversão”). Posto diante da pergunta se o *Shopping Center* de Boa Viagem, era “o céu do bem-estar e da satisfação ou o inferno do consumo e da alienação”, 282 pessoas se sentiram no céu e 253 no inferno. As respostas podem ser exemplificadas em dois extremos: “Se não é o céu, falta pouco” e “Pra mim que sou pobre é o inferno”.

Em depoimentos sobre a cidade, os ambulantes aparecem como a face mais visível de seus problemas sociais, como vítimas, mas também como agentes da degradação do espaço urbano. São acusados de fazer concorrência ao comércio estabelecido, de usarem inadequadamente a cidade, de sujá-la, de afugentarem os turistas. Parece haver um consenso – em depoimentos socialmente diversos – de que uma solução adequada para a questão aparece como um sinal exemplar da criação de uma nova cidade, de sua humanização.

Expostos os setores que têm configurado os traços básicos de maior permanência na formação social do Recife, importa, antes de prosseguir, mencionar uma categoria de agentes econômicos e de trabalhadores, vinculada ao setor do transporte, de vital importância para uma cidade que se constituiu como entreposto comercial. Historicamente seu núcleo foi o Porto do Recife e o sistema de transporte ferroviário a partir da segunda metade do século XIX e também do transporte de cargas e passageiros, sob várias formas, no interior do perímetro urbano. Até por volta dos anos cinquenta, a categoria dos trabalhadores dos transportes foi das mais importantes entre as camadas assalariadas, por sua posição estratégica na rede de distribuição e por sua capacidade de organização e mobilização política. De 1950 em diante, com a gradativa perda de importância do Porto do Recife, com a quase total desativação do sistema ferroviário e a crescente importância do transporte rodoviário, aquela categoria perde em importância social e política.¹⁴ Os atuais trabalhadores do setor de transporte são de fato uma nova categoria social, com novos valores sociopolíticos e sem a “herança” da cultura política e classista de seus antecessores. São hoje, socialmente, bem mais marcados pela cultura da “livre iniciativa”, do pequeno patrão autônomo, do que por uma malha de

¹⁴ A importância dos trabalhadores ligados ao transporte e armazenagem, no período, pode ser dada pela sua capacidade de representação política municipal. O Vereador Sérgio Xavier, do PTB, que foi presidente duas vezes do Sindicato dos Trabalhadores da Estiva, expressou bem o fato: “a minha candidatura foi lançada por insistência de um grande número de trabalhadores do Comércio Armazenador, ao qual tenho a honra de pertencer” (Anais da Câmara Municipal, 2ª Legislatura, 1951-1955, vol. II, p. 486).

solidariedade de classe articulada com o mundo do trabalho. O grande empresariado do setor do transporte tem claras vinculações com a representação política de cunho mais conservador e parte dos seus assalariados, por razões diversas, solidariza-se com tal posição. As exceções, no caso, são dadas pelos assalariados do sistema de transporte urbano de passageiros, objetivamente postos em uma situação que mais facilmente permite percepções de mais nítido recorte de classe, e por aqueles que trabalham em empresas como as usinas de açúcar, estando, contudo, como é óbvio, mais fora do espaço urbano.

O Recife, como espaço urbano vinculado à economia agrário-exportadora e ao capital comercial, conheceu também algumas condições propícias ao desenvolvimento de um setor urbano-industrial. Tais condições situam-se em um complexo de fatores, compreendendo os que são favoráveis ou adversos, mas que, integrados na totalidade social, dão inteligibilidade aos diversos surtos industriais aqui havidos.

Tais condições, no sentido favorável, foram: a existência da própria agroindústria açucareira, ao demandar insumos, peças e equipamentos, cujo fornecimento poderia ser feito em nível local; a criação de um mercado urbano interno e a vasta área de influência comercial da cidade; a existência de capitais disponíveis, provenientes da acumulação no setor agrário e comercial. Ajunte-se ainda que para o trabalho assalariado – sobretudo depois da abolição da escravidão – o mercado interno cresceu e, mesmo sendo restrito pela concentração da renda, possuía uma dimensão que tornava possível a produção de bens de consumo não duráveis e de mercado tradicional. Por outro lado, dados os altos custos dos transportes internacionais e, sobretudo, nacionais, tornava-se competitivo produzir muitos desses bens localmente, mesmo com tecnologia pouco avançada. Devemos também lembrar que muitos desses produtos provinham da transformação de matéria-prima local: algodão, couros e peles, ossos, tabaco, madeira, sebo, frutos e fibras diversas, etc.

Historicamente, o mais importante ramo da indústria de tais bens de consumo foi a têxtil. Desde a segunda metade do século XIX, diversas

indústrias de portos e bases tecnológicas variadas instalaram-se dentro ou em torno do perímetro urbano da cidade. Tiveram, por isso mesmo, uma grande importância, não somente na formação social da cidade, mas também na estruturação do seu espaço. Sempre tem sido apontado o papel desempenhado pela desagregação dos antigos engenhos e usinas, que, na periferia urbana, foram se constituindo em núcleos formadores dos bairros da cidade. Tal papel é inegável e inscreve-se na toponímia do Recife, no entanto, não tem sido dado o devido relevo ao fato de que, na efetiva nucleação populacional de tais áreas, o fator efetivamente indutor de sua transformação em bairros gradativamente incorporados ao espaço urbano, a ponto de perderem suas antigas características rurais ou semirurais, foi a instalação aí de indústrias, em especial e quase sempre, têxteis. Santo Amaro, Boa Vista, Cordeiro, Várzea, Macaxeira, Torre são os exemplos mais significativos desse fato, cuja significação espaço-política será adiante analisada.¹⁵

A formação da camada de empresários que comandou tal processo vincula-se ao setor agrário e comercial, embora haja aqui exceções. Há um elemento ideológico significativo presente nessa origem que prolonga, no espaço urbano-industrial, valores agrários. Alguns dos chamados pioneiros da indústria ou da ação empresarial no Recife não desdenharam apor a seus nomes de família o título tão marcadamente agrário e oligárquico de coronel: Coronel Othon Bezerra de Mello, Coronel Carlos Lyra, Coronel Delmiro Gouveia (mesmo que pioneiro industrial em outras terras, mas com fortuna feita em Pernambuco e homem de comércio em Recife)...

¹⁵ Entre os mais recentes estudos sobre a formação socioespacial do Recife, ver: SINGER, Paul. op. cit., p. 271-357; MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento**: o caso do Recife. UFPE, 1978; ANDRADE, Manoel Correia de Oliveira. **Recife**: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife, UFPE, 1979. Sobre o surto industrial durante a República Velha, ver: PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Há uma exceção, nessa identificação coronelística dos pioneiros industriais em Pernambuco, que merece ser assinalada, até porque é dos poucos cuja visão da questão social destoava sobremaneira dos seus pares de cultura oligárquica. Trata-se de Carlos Alberto Menezes, cuja biografia e formação, aliás, é atípica para os padrões locais.¹⁶

Ao lado do setor têxtil e de bens de consumo não duráveis, acrescentem-se as indústrias de calçados, chapéus, guarda-chuvas, cigarros e charutos, doces, bebidas, biscoitos e massas, velas, cerâmicas, móveis, entre outras. Indústrias que, como a têxtil, ou se transformaram ou não resistiram ao processo de integração do mercado nacional, a partir de 1950 e, acentuadamente, a partir dos anos 70.

Mas sua existência marcou a formação socioespacial da cidade. Até os anos 60, o Recife ainda podia ser caracterizado como uma cidade de forte população operária, especialmente localizada nos bairros onde existia(m) fábrica(s) de chaminé(s). Daí porque a representação política local, a partir do fim do Estado Novo, quando volta a funcionar a vida partidária – incluindo a breve legalidade do PCB –, está fortemente marcada por uma representação socioespacial. Diversos vereadores são representantes de bairros da cidade – Casa Amarela, Santo Amaro, por exemplo – mas são também representantes de categorias sociais de trabalhadores, ou dos trabalhadores em geral. A “Poeira” do Recife, não era então formada por uma população desarticulada ou tão somente por um lumpemproletariado.¹⁷

¹⁶ Carlos Alberto Menezes, industrial cristão, engenheiro formado na Politécnica do Rio de Janeiro, foi um entusiasta propagador da doutrina social da Igreja. A primeira lei que reconheceu a existência legal dos sindicatos no Brasil (1906) foi uma consequência direta de sua ação. Ver: AZEVEDO S. J., Pe. Ferdinando (Org.). **Carlos Alberto Menezes: Ação Social Católica no Brasil: Corporativo e Sindicalismo**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1986.

¹⁷ Um bom exemplo dessa representação local de uma categoria de trabalhadores é o do vereador do PTB, Wilson de Barros Leal, igualmente presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil. Em 1951, o PTB elege, pela primeira vez, três vereadores

Um setor industrial metal-mecânico também instalou-se e, posteriormente cresceria, em grande parte vinculado à agroindústria açucareira. Seu desenvolvimento é mais recente, e do ponto de vista da formação de classe, está mais vinculado ao capital não local.

No espaço urbano, compõem sua estrutura de classe, estabelecimentos de médio e pequeno porte, muitos deles no setor metal-mecânico, parte do chamado setor informal, grande empregador de mão de obra, mas pouco respeitador dos direitos consagrados na legislação trabalhista.

A descrição da estruturação das classes sociais, notadamente no que tange ao setor urbano-industrial, em Pernambuco e em Recife, para os anos mais recentes, não pode deixar de assinalar sua inserção no contexto nacional e regional, e, sem repetir o que já foi dito antes, é necessário explicar alguns dos elementos dessa inserção, indispensáveis para o entendimento de tal estruturação. Quanto ao contexto nacional, trata-se do avanço – em períodos diversos e sob diferentes conjunturas políticas, ou seja, de diferentes frações hegemônicas no poder, com projetos “nacionais” próprios –, da integração espacial brasileira pela via da formação de um mercado nacional. Em grande parte, tal processo tendencial significou a liquidação de muitas indústrias locais. Outro elemento importante foi a redefinição da questão regional, a partir dos anos 50, e a consequente intervenção planejada do Estado Nacional na região, via Sudene. A questão das desigualdades regionais foi posta, então, em um novo patamar e a industrialização e a modernização foram vistas como um processo e um projeto político transformador das tradicionais estruturas de dominação e do atraso regional, vinculadas ao domínio agrário-oligárquico.

para a Câmara Municipal, sendo dois deles, pelo menos, trabalhadores com vida sindical. E para uma representação classista popular mais geral, a do vereador Carlos Duarte, do PCB, mas dada a ilegalidade deste, eleito pela legenda do Partido Ruralista Brasileiro.

Nos finais da década de 50, lideranças empresariais transformaram-se em lideranças políticas, retirando, pela primeira vez, o poder estadual das mãos do agrarismo pessedista. Todo esse processo foi acompanhado de uma grande polarização ideológica e das primeiras manifestações de organização política do campesinato. O projeto industrial-modernizador escapava ou ameaçava escapar aos limites e controle aceitáveis pelos diversos setores dominantes. E, ao vir para as ruas do Recife, os camponeses transformaram-se em atores urbanos ameaçadores, como jamais o fora o movimento operário.

Em 1964, o golpe civil-militar resolveu o impasse criado tanto pelo esgotamento do processo de acumulação como pela ameaça sociopolítica das reformas de base. O empresariado local, em quase sua totalidade, aderiu prazeroso ao golpe de 64, mas talvez não suspeitasse que o fazia para subordinar-se, cada vez mais, a um processo de acumulação, do qual era já peça secundária, embora não inteiramente descartável.

A partir daí, a ação da **Sudene**, do ponto de vista das classes sociais, apresenta uma série de ambiguidades. Capturada em parte pelos interesses locais tradicionais agrários, industriais e comerciais, presa nas malhas da representação política governista, mas esvaziada do espaço de decisão própria capaz de viabilizar um projeto de transformação regional profundo, passou a utilizar os recursos e instrumentos de que ainda dispunha, ora para favorecer empresas locais (nem sempre idôneas ou viáveis), ora para viabilizar um processo de modernização associado ao capital nacional não regional ou local e ao capital estrangeiro. Contudo, a ação da **Sudene** teve, mesmo que de forma localizada, consequências na formação de classes da cidade do Recife, ao ampliar determinados setores de classe média, atuantes no setor de serviços e de assessoria técnica, além daqueles que passaram a trabalhar no próprio organismo planejador, ao favorecer também a expansão dos administradores e gerentes, de técnicos de nível médio ou superior. Nesse sentido, existe uma estrutura de classes na cidade do Recife hoje que pode ser caracterizada como pós-Sudene. Ao mesmo tempo, a partir de sua ação, houve uma diminuição dos

trabalhos na indústria têxtil e uma acentuação do reordenamento da localização industrial para fora dos limites do município do Recife.

Parte integrante da formação da estrutura de classes do Recife é também o setor financeiro. Assim como o novo capital comercial – o dos super e hipermercados e *shopping centers* –, ele tem mudado o espaço urbano em seu sentido físico e social. Em sua quase totalidade, é formado por conglomerados bancários de origem não local. Uma das suas principais características hoje está no fato de haver gradativamente penetrado no dia a dia de amplas camadas da população, para as quais antes praticamente não existia. Recebimento de salários, pensões, pagamentos diversos são, a partir, sobretudo, dos anos 60, feitos em bancos. É possível afirmar que somente uma camada muito miserável da população escapa à sua presença, tão marcante também na arquitetura urbana.¹⁸ Em vários sentidos, os bancos são hoje, na paisagem urbana, a expressão mais eloquente da extensão das relações capitalistas e da objetivação do cotidiano através das leis do mercado.

Por outro lado, a expressão do sistema financeiro trouxe consigo o aumento dos assalariados no setor, em diversos níveis, ultimamente tem implicado também na criação de categorias sociais novas, ligadas à sua informatização. Nos últimos anos, no espaço sociopolítico da cidade, tais categorias, através das suas organizações sindicais, têm suplantado mesmo categorias de trabalhadores que, em passado não muito longínquo, davam a marca principal ao movimento sindical urbano. Essa assinalada expansão do sistema financeiro teve, na ação do Estado, uma de suas principais causas e exemplifica igualmente todo um processo deliberado de modernização capitalista da gestão pública e privada.

A cidade é, por excelência, um espaço construído, ou seja, um espaço de edificações indispensáveis ao abrigo de seus habitantes, dos bens que comercializa, produz e consome, dos serviços públicos e privados

¹⁸ Mas, mesmo os mais miseráveis pedintes e sem-teto não deixam de utilizar as marquises dos bancos para o seu abrigo noturno...

que são um dos fatores essenciais de sua existência. Na edificação do espaço urbano, inscreve-se, visível e monumental, sua geografia social, política, econômica. Mas também as formas e valores que expressam sua sociabilidade, enquanto elaboração das relações mantidas em seu interior pelas classes sociais que a compõem.

Habitações – das mansões aos apartamentos, casas de porta e janela, mocambos –, edifícios da administração, escolas, hospitais, delegacias, igrejas, centros de lazer. O sagrado e profano, os negócios e os vícios, os vários ambientes de diverso “clima moral”, enfim.¹⁹

Todos esses aspectos da cidade como espaço construído supõem a existência de construtores e, em uma sociedade regida pelas leis de mercado, a propriedade privada do solo urbano.

Ao longo de sua história, o Recife tem conhecido a formação de determinadas camadas sociais, diretamente vinculadas aos negócios que dizem respeito à construção do seu espaço edificado. E tem conhecido, igualmente, formas socialmente diversas de resolver as necessidades edificadoras de sua população.

Seu crescimento demográfico, a intensificação do processo de divisão social do trabalho, a diversificação e complexidade de alguns dos setores produtivos e da administração pública têm, ao longo do tempo, reforçado toda uma área de negócios imobiliários que se constitui em um de seus componentes socioeconômicos fundamentais. Construtores e incorporadores imobiliários, arquitetos, engenheiros, técnicos e operários da construção civil constituem parte de sua estrutura social básica. Além disso, o setor mantém uma relação vital com o Estado e com o sistema financeiro e expressa, sob vários aspectos, um dos pontos nodais da hierarquia de distribuição de renda e do conflito social.

O setor imobiliário, juntamente com o novo capital comercial e com o capital financeiro, tem sido um dos principais impulsionadores das

¹⁹ PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em meio urbano. *American Journal of Sociology*, XX (março 1969), p. 577-612.

transformações no espaço e na fisionomia da cidade. Nesse sentido, o espaço e a fisionomia do Recife são constantemente destruídos e recriados, notadamente em alguns dos aspectos que caracterizam a cristalização arquitetônica de seu passado. O alto custo do solo urbano faz com que residências ou estabelecimentos vários em localização propícia sejam demolidos para, em seus lugares, serem edificados apartamentos ou prédios para escritórios e negócios.

Fica, com as indicações feitas ao longo do texto, quase que inteiramente mapeada a dinâmica da formação de classes do Recife, pelo menos aquelas mais diretamente vinculadas ao capital e cuja existência e reprodução dele dependem. No entanto, outras categorias existem que, mesmo não sendo tão vinculadas ao capital, enquanto suas “criaturas”, ou até existindo de certa maneira nas suas margens, não escapam, de uma forma ou de outra, às suas determinações: profissionais liberais, produtores culturais em sentido amplo, intermediadores do sobrenatural. E, ainda, toda a gama de “autônomos”, taxistas, vendedores, catadores de lixo, guardadores de carro, pedintes, prostitutas, traficantes, entre outros, cuja existência só é possível através de algum tipo de relação com o sistema.

4.2 A Cultura

Um dos elementos de mais forte identificação da cidade do Recife é a cultura. Não a sua cultura no sentido erudito, acadêmico, da elite, embora este seja um significativo traço de sua história, através de uma longa tradição de instituições de saber que, com altos e baixos, souberam ser não só conservadoras ou transmissoras de um legado cultural, mas também criadoras de um saber novo ou recriado a partir das condições locais.

O fundamento da cultura do Recife é o espaço, em seu sentido amplo. Cidade tropical, entre rio e mar, criou parte de seu solo, pelo recuo

das águas, através de aterros, quase sempre de danosas consequências, quando as águas forçam para retomar seus espaços.

Suas águas, suas terras baixas e alagadas, propiciaram, e ainda propiciam, o meio de subsistência de boa parte da população de menor renda. Mas a cidade nunca desenvolveu – salvo pelas categorias mais pobres da população – uma relação mais integrada entre os rios, as águas e sua própria vida. Há, é claro, a presença poética do Capibaribe, o reconhecimento de sua beleza, ou identificação da cidade com suas pontes, mas a cidade está longe de haver aproveitado plenamente todas as potencialidades do seu sítio.

A cultura da cidade do Recife é o resultado de influências várias, vindas inicialmente do processo de colonização que moldou uma sociedade agrária vinculada ao mercado mundial. À medida que se foi adensando demograficamente e se estruturando socialmente, elaborou alguns traços culturais próprios, nos quais estão presentes os componentes de sua formação histórica, sua situação tropical e sua estrutura de classe.

Cidade portuária, teve durante longo tempo seu ritmo de vida determinado por suas ligações oceânicas. Produtos, ideias, valores, instituições vieram e continuam a vir do além-mar como do além-mar vieram componentes étnico-culturais fundamentais. Sua originalidade provém justamente da recriação – conflituosa – de suas vinculações com uma cultura externa de mistura com a estruturação sociopolítica de seu próprio espaço. Sua riqueza cultural está em ser uma província oceânica.

Seu campo cultural está atravessado pela elaboração segmentada social e politicamente de expressões culturais muitas vezes em conflito, mas também pela tentativa quase sempre mistificada de unificação – via notadamente o poder público – de sua identidade cultural.

Historicamente, o Estado e a Igreja Católica foram as principais instituições provedoras de modelos e padrões culturais. Estes, no entanto, não tiveram uma recepção passiva pelas várias classes sociais. Se o cerimonial do poder civil, por exemplo, foi incorporado a diversas

manifestações da cultura popular, esta incorporação não se deu sem que houvesse refrações. Além disso, houve e há toda uma elaboração da cultura popular, que foi (ou é) objeto de repressão ou de controle por parte do poder e das classes sociais dominantes.

Mais precisamente, a relação do poder com a cultura dos dominados conheceu momentos e fases diversas, indo do desprezo, marginalização e repressão, até ao reconhecimento de sua existência e mesmo incorporação oficial.

O traço mais significativo da identidade cultural do Recife é que esta foi forjada, ao longo do tempo, pelas camadas socialmente dominadas. Não foi nenhum “patriciado urbano” que criou uma identidade cultural própria, irradiando-a depois para o conjunto da população. Forneceu, como dissemos, padrões e modelos, mas a elaboração final, sua vitalidade, foi dada pelas classes dominadas: escravos e ex-escravos, trabalhadores, toda a massa dos desqualificados sociais, capazes inclusive de incorporar elementos da cultura indígena dizimada em sua expressão autônoma.

Tudo isso indica também que a segmentação sociocultural, antes referida, não significou ou significa uma elaboração cultural estanque, fechada e incomunicável, nas fronteiras das classes sociais.²⁰

Desde os anos 50 do século XX, a questão cultural tem ocupado e ampliado seu lugar no espaço sociopolítico da cidade, envolvendo tanto o Estado e sua relação com a sociedade civil, quanto as formas de manifestações políticas desta mesma sociedade.

Nos anos 50 e até 1964, o nacional-desenvolvimentismo, juntamente com o movimento das reformas de base, tinha, em seu

²⁰ Rejeita-se aqui, portanto, tanto a concepção que vê a cultura – e a cultura popular em especial – como o produto tão somente de uma cultura dominante imposta, bem como a visão de uma cultura popular autônoma. Acreditamos, ao contrário, na existência da influência recíproca, socialmente determinante, entre a “cultura das classes subalternas e a cultura dominante”. Ver: GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 (em especial o prefácio à edição italiana); e BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1987.

programa, a ampliação da cidadania para as camadas até então dela excluídas, via um trabalho cultural que implicava em alfabetização – condição do voto –, mas também em uma valorização explícita da cultura popular.²¹ Reconhecia-se, assim, para além da necessidade política da alfabetização em si, a existência de um saber popular não só a ser respeitado, mas que se colocava no centro mesmo da criação de uma nova cultura nacional, parte integrante de um projeto de nação. De um lado, estava a cultura das elites, por suposto, alienada e vinculada à dominação interna e aos interesses externos. Do outro lado, a cultura popular, autêntica, nacional, vetor de uma tomada de consciência política libertadora das várias dominações de classes e do sistema capitalista mundial.

A cultura não constituía, então, somente um repositório de tradições do passado a ser paternalisticamente protegido e preservado por folcloristas saudosos do mundo agrário em dissolução.

Ela adquiriria, ao contrário, uma missão voltada para o futuro, a de criar uma nova e mais autêntica identidade nacional.

Por isso mesmo, em 1964, com o golpe civil-militar, as organizações, programas e projetos que trabalhavam naquela direção foram reprimidos, fechados, tendo sido interrompidas suas atividades e muitos dos seus integrantes presos ou perseguidos. No âmbito municipal, o Movimento de Cultura Popular transformou-se na Fundação Guararapes, referência ao símbolo de identidade e harmonia nacional-católica, da união das três raças que expulsaram o invasor holandês. União de raças –

²¹Ver: **Memorial do Movimento de Cultura Popular**. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986 (Coleção Recife, vol. XLIX). Alfabetização como questão política está muito bem expressa em depoimentos de Gregório Bezerra, ele mesmo um alfabetizado tardio: “Em Recife, desde setembro de 1945, havíamos organizado mais uma centena de modestas escolas de alfabetização de adultos; depois das eleições de 2 de dezembro de 1945, intensificamos ainda mais esse trabalho de alfabetização nos morros, nos alagados e em todos os bairros pobres de Recife. Essas escolas foram criminosamente perseguidas e fechadas pelo governo, como organizações classistas e perturbadoras da ordem pública” (BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 1, p. 321.).

o português André Vidal de Negreiros, o negro Henrique Dias e o índio Felipe Camarão -, mas união simbólica de classes, contra ideias exóticas, ou seja, contra as transformações sociais, identificadas como parte de um plano vinculado ao comunismo mundial. A alfabetização voltou a ser o domínio formal de uma técnica e a cultura popular incorporar-se-ia ao calendário oficial, como folclore e parte do que tinha para oferecer aos turistas.

Por outro lado, é preciso lembrar que, a partir de 64, desenvolveu-se no país um processo de integração cultural, extremamente eficaz, através dos meios de comunicação de massa, em especial a televisão. O espaço nacional integrar-se-ia não só como espaço econômico, mas como espaço cultural capaz de promover o crescimento excludente.²²

Ao nível local, a partir de 64 e até os primeiros anos de 70, existiam condições para um paradoxo cultural aparente, na medida em que avançava o processo de unificação cultural – estritamente controlado.

A partir de 64, alguns momentos e características da intervenção do poder municipal no campo cultural podem ser claramente delimitados.

Já referimos a transformação do Movimento Cultural Popular em Fundação Guararapes e folclorização da cultura popular. No entanto, vale a pena explicar e desenvolver tais referências, desdobrando-as ao longo do tempo.

O aparelho educacional do município, notadamente entre 64 e 79, foi constantemente mobilizado por ocasião de grandes manifestações cívico-militares, dentro da concepção de “civismo e cidadania”, pela censura; o crescimento econômico e a expansão do Estado criavam uma camada de consumidores culturais bastante sofisticada, mas também entregavam seus organismos de cultura aos representantes mais conservadores e tradicionalistas da velha cultura acadêmica. Daí porque, do ponto de vista cultural, ou se tinha o oficialismo conservador, ou o

²² Ver o prefácio de Chico Buarque e Paulo Pontes ao musical **Gota d'Água**. O filme de Carlos Diegues, **Bye, Bye Brasil**, captou de forma extremamente criativa este momento e este processo.

vazio, ou então a criação cultural via-se acuada a ser provocadora, a assumir características de deliberada marginalidade. O teatro, em especial, foi o setor onde mais fortemente deu-se esse fenômeno, e cada gesto, atitude, palavra ganhavam alusões políticas, cuja inteligibilidade hoje pode até parecer risível, ou nem sempre ser percebida.

Na medida em que as primeiras administrações municipais “revolucionárias”, eleitas por escolha indireta, promovem um intenso processo de modernização e reordenação urbana, via grandes obras, buscou-se preservar alguns núcleos arquitetônicos e culturais da cidade. Assim, na administração Geraldo Magalhães (1969/71) foi implantado o Pátio de São Pedro e a Emetur preocupava-se em promover eventos religioso-folclóricos, incorporando manifestações culturais que, décadas antes, eram desprezadas ou perseguidas como grosseiras, supersticiosas e bárbaras.²³

Na segunda administração Augusto Lucena, foi criado o Conselho Municipal de Cultura, dentro de sua estratégia de obter apoio que compensasse o desgaste sofrido com a demolição da Igreja dos Martírios para a abertura da Avenida Dantas Barreto. Houve, durante seu segundo mandato, uma política dirigida aos setores e instituições da cultura tradicional e acadêmica da cidade, via incorporação de seus membros à administração ou distribuição de comendas e subvenções.²⁴

²³ “No próximo dia 23, a Emetur realizará a Festa de São Jorge, com uma programação folclórica e turística, que culminará na cidade de Olinda, no terreiro do babalorixá Pai Edu, onde serão realizados os rituais afro-brasileiros de louvor ao santo” (D. O. M. R. de 08/03/1969).

²⁴ Ver D. O. M. R. de: 14/10/1971, sobre obras realizadas pela Prefeitura nos Jardins da Academia Pernambucana de Letras; 25/11/1971, sobre concessão de Medalha do Mérito Cidade do Recife à mesma; 09/09/1971, noticiando criação do Conselho Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Educação. A participação de vários jornalistas em órgãos de administração municipal, ou na própria assessoria de imprensa, não deixou de estar ligada à busca de uma legitimação cultural, em momento de ausência de eleições e de controle político. Ver D. O. M. R. de 14/04/1971: “EMETUR cria assessorias para dinamizar turismo.”

A ação cultural da Prefeitura deu-se também através do mecenato direto, aspecto que continua presente e é fator importante na manutenção da criação e difusão da cultura na cidade. As manifestações culturais da elite, a música erudita, por exemplo, bem mais que a cultura de massa, não subsistiriam sem as subvenções oficiais.²⁵

A intervenção cultural da Prefeitura ganhou um novo patamar quando da criação da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, durante a administração Gustavo Krause.²⁶ Ela significou o reconhecimento da importância da ação cultural para o poder público, notadamente diante do processo de redemocratização e diante do grau de complexidade sociocultural da cidade. A gestão cultural deixava de ser algo aleatório, esporádico, marginal, passando a ser tão significativa quanto as ações que tradicionalmente caracterizam a gestão urbana.

²⁵ O mecenato municipal inclui a subvenção a organismos e grupos produtores de cultura, compra de objetos de arte, a manutenção de orquestras, a edição de livros, a instituição de concursos artísticos, literários, entre outras iniciativas. No período Antônio Farias, por exemplo, quando a Secretaria de Educação foi dirigida por Ariano Suassuna, vários prêmios literários foram instituídos para incentivar a Literatura de Cordel e outras manifestações da cultura popular. Releve-se a importância que teve, então, o Movimento Armorial. Na administração Krause, a Prefeitura adquiriu todo o ciclo das “Cenas da Vida Brasileira”, do pintor João Câmara, chegando a provocar protesto pelo fato. Coleção de arte popular também foi comprada. Sem especificar períodos e administrações, lembre-se que a Prefeitura mantém e administra museus, teatros e galerias, além do próprio Pátio de São Pedro, hoje incorporado como Centro Cultural dos mais ativos e frequentados.

²⁶ A Fundação de Cultura Cidade do Recife, foi criada pela lei 13.535 e publicada no D. M. O. R. de 01/05/1979. O artigo 2º define suas finalidades como “a indução das atividades culturais, com ênfase na cultura popular, consubstanciada no desempenho das seguintes atividades: preservar o universo cultural e a Memória Nacional, nos limites da Cidade do Recife; despertar na comunidade o gosto e o amor por sua própria cultura, através de eventos culturais e programas de participação comunitária, incentivar a produção artística e literária de modo a desenvolver o gosto e a preservação da cultura em suas diversas formas e manifestações; executar programas de recuperação e preservação de documentos, sítios e monumentos históricos da Cidade do Recife e realizar programas de criação, recuperação e manutenção das casas de espetáculos da Cidade”.

4.3 Criação Social do Espaço

Em três setores principais confrontam-se as diversas classes sociais da cidade: na distribuição da renda, na apropriação e uso do espaço e na elaboração cultural. Confronto que não se apresenta unicamente como oposição ou conflito declarado, embora não deixe de tê-lo presente de forma marcante. Recife é uma cidade polarizada, dividida, de mundos que, por vezes, o vivem, sem, na verdade, conviverem. A cidade conhece, em graus variados, uma dialética de segregação e convivência que tem se aprofundado nos últimos anos, mas que não pode ser vista de maneira simplista. Essa dialética deságua naturalmente na ação do poder municipal, crescentemente compelido a gerir interesses em conflito e posto diante da necessidade de não ignorar forças sociais que não são aquelas detentoras do maior peso de representação política ou de poder de influência.

Esses três setores acima citados determinam, em sua concretude, uma relação socioespacial no âmbito da cidade, segundo as hierarquias de renda, atividades, organização e representação política, alianças de classes, acesso aos meios de comunicação e de pressão.

Gerir a Cidade do Recife é gerir um “espaço dividido” e as diversas classes sociais que a compõem estabelecem para si e entre si uma relação com essa divisão espacial.

Não existe, nesse sentido, uma Cidade do Recife, mais várias, embora estas “várias cidades” – espaço sociais diferenciados – criem, por vezes, elementos de identificação comuns, que são espaços simbólicos, seja de atividades materiais, seja de atividades culturais simbólicas.

Materialmente, a primeira grande divisão é dada pela diferenciação socioespacial da moradia, tanto em termos de sua localização e características de construção quanto em relação à infraestrutura que a serve. Assim, a planície da cidade, onde as condições de edificação sempre foram mais favoráveis, foi ocupada de preferência pelas classes de maior poder aquisitivo e esta ocupação sempre foi acompanhada ou

precedida da oferta de uma infraestrutura de serviços urbanos, tais como: abastecimento d'água, eletrificação, pavimentação, drenagem, saneamento, coleta de lixo, segurança, transportes, sistema de comercialização, saúde, lazer.

Do ponto de vista arquitetônico-urbanístico, tais áreas têm sido, nos últimos anos, verticalizadas, através da construção de edifícios de apartamentos, que são a expressão de crescimento dos setores médios, com suas diversas hierarquizações.

Essa ocupação da planície do Recife não foi, contudo, exclusiva daqueles setores. Por razões diversas, áreas próximas ao núcleo mais valorizado foram ocupadas pelas levas de migrantes rurais que, de início, através de um processo de ocupação individual, aí se estabeleceram, quando o custo do solo urbano fazia com que os proprietários ou administradores de tais áreas vissem até favoravelmente tal ocupação e dela tirassem proveito através da cobrança do foro aos que nelas construíam suas barracas e mocambos.

Essa ocupação da planície, em áreas próximas às da população de maior renda, foi, portanto, mais tolerada até quando o valor do solo urbano e a pressão sobre seu uso não indicavam condições ou necessidade para ocupá-lo de forma mais rentável. Além disso, estabelecia-se uma relação entre a população das áreas então menos valorizadas e as de maior renda, através do emprego doméstico e dos diversos serviços demandados pela mesma e fornecidos pela primeira. Daí porque, quando a redefinição de espaço urbano trouxe a valorização de tais áreas, ou quando projetos governamentais implicavam na expulsão de seus moradores, uma tão forte resistência surgiu, pois a mudança de moradia, mesmo que para casa de melhor padrão, significava a distância das fontes de emprego e sobrevivência mais imediata e a oneração do custo de transporte, antes, em certos casos, até inexistente.

Ainda na planície, uma área de predileção para a ocupação pela população mais pobre da cidade, notadamente pelos migrantes expulsos das áreas rurais, foi a dos alagados e mangues. Aí, literalmente, a

população construiu o solo e reproduziu em parte certos padrões edificadores do mundo rural. Também aí, a vantagem estava na localização, no baixo custo do solo. Não se pense, contudo, que essa ocupação foi isenta de conflitos ou que se deu em um espaço social vazio. Cada uma dessas áreas tem uma história de luta para contar e sempre confrontou-se com algum tipo de proprietário, ou de autoridade formal ou informal que “disciplinava” ou tirava proveito de tal ocupação.²⁷

Fora da planície, a população de menor renda estabeleceu-se nos morros que compõem a paisagem da cidade. Aí, também, encontrava-se a inexistência de infraestrutura urbana e a tolerância do(s) proprietário(s) da terra. Tais ocupações, até época recente, tiveram um caráter mais individual e “espontâneo”, mas uma análise acurada revela que não estavam isentas de controle e de certos padrões básicos. Não se tratava – salvo exceções – de uma “terra de ninguém”. A cobrança do foro está sempre presente e a construção do barraco ou mocambo não significava a propriedade da terra. Além disso, estabeleceram-se, nessas áreas, hierarquias diversas e, desde cedo, tiveram ligações com o mundo da representação política.²⁸

²⁷Ver, entre outros, os exemplos do Pina, Brasília Teimosa e Ilha do Chié. Sobre o primeiro, foi lançada uma reconstituição de sua história através de depoimentos de antigos moradores: “A Ilha de Nogueira. Quem tomou conta da Ilha de Nogueira? Lá, João Guedes ficou posseiro em nome da Santa Casa. Era tudo no nome dele. Pagava dois mil réis, dava a ele, podia cercar [...]” (SILVA, Oswaldo Pereira da. **Pina**: povo, cultura, memória. Olinda: Centro de Cultura Professor Luiz Freire, Produção Alternativa. 1990. p. 29). Sobre a Ilha do Chié, ver: LIMA, Rosa Maria Cortés de. **O morar e a moradia**: as representações dos moradores da Favela do Chié no Recife. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 1990.

²⁸ Um exemplo, entre inúmeros outros, é o do Alto José do Pinho, na década de 50, base eleitoral do Vereador Clóvis Correa de Oliveira Andrade, empresário de transporte, defensor dos usineiros em debate na Câmara. De sua autoria existem vários requerimentos solicitando melhoramentos para aquela área. Em 1952, apresentou projeto de lei sobre denominação de uma rua da localidade, fornecendo um bom resumo de sua história: Projeto de Lei n. 11. A Câmara Municipal do Recife resolve:

Art. 1º Fica denominada Horácio Silva, a atual rua Alto José do Pinho, onde esta localizado o cinema Guarany.[...]

Todo esse processo de criação social do espaço obedece também a uma lógica determinada pela existência de estabelecimentos ou atividades que possibilitam ganhos e empregos. Já referimos que foram as fábricas, mais que antigos engenhos ou usinas, os principais dinamizadores da ocupação da cidade, de sua definição socioespacial. Foi, também, na medida em que as fábricas tradicionais iam fechando ou transferindo-se para outras áreas, que parte da população trabalhadora acompanhava tal mudança. Assim, era possível, em 1958, ao vereador petebista Wilson de Barros Leal, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, em uma discussão sobre sua (in)cultura, afirmar: “Como V. Exa. sabe, a cidade do Recife é, por excelência, uma cidade industrial, na sua maioria composta de trabalhadores, e não seria possível que, numa Câmara como a do Recife, não houvesse representantes dos trabalhadores que saem como eu saí, das máquinas, das terras, das oficinas, das fábricas e do Cais do Porto, enfim, que saem de onde realmente existe trabalho; só podem possuir uma cultura igual àqueles que os elegeram[...]”²⁹.

Hoje, dificilmente se pode caracterizar, com tal nitidez sociológica, a população do Recife, até porque outras são suas categorias de trabalhadores, e boa parte de sua população tem outra relação com o mundo do trabalho, basta ver que a importância da representação sindical está bem mais nos setores de serviços – inclusive das estatais – do que no mundo do trabalho fabril, hoje cada vez mais fora dos limites da cidade do Recife.

As características atuais da segregação de classes no Recife e do reordenamento do seu espaço são, em grande parte, o fruto da expansão

Justificação: Horário José da Silva, cuja memória se pretende reverenciar com a presente resolução, foi, em verdade, o pioneiro da expansão do Alto José do Pinho. Foi ele que ali construiu a primeira casa de alvenaria, proporcionou, por todos os meios ao seu alcance, a construção do atual cinema daquele lugar, foi, enfim, um espírito incansável na obra do desenvolvimento do Alto José do Pinho [...]. Graças à sua interferência junto aos poderes públicos, foi pavimentada a subida do Alto José do Pinho.

[...] (**Anais da Câmara Municipal**. 2ª Legislatura – 1951-1955 – vol. II, p. 37).

²⁹ Ibid., p. 320. O discurso foi proferido na sessão de 13 de março de 1952.

do automóvel individual-familiar. Existe, dada a malha de serviços e precariedade do sistema de transporte, como que uma linha divisória entre a parcela da população que possui seu próprio meio de transporte e aquela que depende do transporte coletivo. É a existência do automóvel que possibilita a existência de novas malhas de comercialização, que se tornaram também, novos centros de sociabilidade, como já mencionado.

Por isso, existem parcelas da população que vivem circuitos de deslocamento inteiramente desconectados com o conjunto do espaço social urbano. Como já foi apontado, essa é uma das razões da degradação do centro da cidade, cada vez mais miserabilizado, fenômeno, aliás, que ocorreu e ocorre não só Recife.

A cidade perdeu, de certa forma, seu centro de convivência social, transferindo este para os novos “templos de consumo”. Raro, hoje, o bar ou café que tenha mesas nas calçadas, onde se possa deixar-se levar pela admiração despreocupada do movimento nas ruas. Ver-se-á, na maioria das vezes, a miséria inoportuna ou haverá o temor de alguma violência.

A cidade é o lugar privilegiado da união da propriedade fundiária, da indústria, da finança e do Estado, onde atuam no sentido da intensificação máxima dos negócios, sob suas variadas formas³⁰. Mas ela é também o lugar por excelência do poder, e sua edificação política sempre precedeu ou acompanhou sua edificação como espaço econômico³¹. Como espaço do poder, ela é também espaço dos produtos culturais/ideológicos sem os quais aquele não se exerce plenamente. O espaço é, pois, base da atividade simbólica e, na cidade, atinge,³² o “ponto de concentração máximo [...] da cultura de uma comunidade”³³.

Na cidade, a relação do poder com a cultura manifesta-se em primeiro lugar através do mecenato e da monumentalidade: palácios,

³⁰ MUMFORD, Lewis. **La cultura de las Ciudades**. Buenos Ayres: Emecé, Editores, 1959. p. 285.

³¹ Ibid., p. 38.

³² CLAVAL, Paul. **Espace et pouvoir**. Paris: Puf, 1978. p. 15.

³³ MUMFORD, Lewis. op. cit., p.11.

edifícios da administração, praças, avenidas, estátuas, ordenamentos do espaço. Ao inscreverem-se no espaço urbano em pedra, cimento, vidro, aço, bronze, e tantos materiais mais, vão configurando um presente que se cristaliza em história. Vão também atuando como elementos de identidade: como dissociar da imagem do Recife, o Teatro Santa Isabel, o Palácio da Justiça, a atual Casa da Cultura, os edifícios do Ginásio Pernambucano, da Assembleia Legislativa, da Faculdade de Direito?

Mas o Estado não é o único construtor de monumentos. As classes sociais, as categorias profissionais, as instituições culturais e religiosas, os particulares materializam em edificações ou no uso do espaço sua existência, seus valores, seu poder e influência sobre a vida social da cidade. As edificações e os espaços são, assim, como um catálogo público e continuamente exposto, das forças socioeconômicas que constroem ou construíram a cidade num processo constante de destruição/criação. Não por acaso, toda administração pública, em geral, busca edificar, no espaço urbano, algo que a perpetue.

Espaço sociais, os edifícios só expõem plenamente suas mensagens, através da criação simbólica, através de outras linguagens.

Precisam ser mobiliados, ter suas paredes revestidas, acolher em seus interiores discursos e vozes, cantos, festas, cerimônias. Os espaços das ruas e das praças ganham toda sua dimensão, quando, através deles ou neles, passam ou instalam-se cortejos e manifestações, sejam as procissões religiosas, a passeata política, o protesto sindical, ou a folia carnavalesca. Quando as ditaduras se instalam, a primeira providência é impedir que ruas e praças sejam ocupadas por manifestações políticas livres. Quando elas caem, ou perdem força, o primeiro sinal disto é a ocupação do espaço público pela festa pública, identificando-se em cores e símbolos, em bandeiras, músicas, cantos.

A cidade é a mais permanente, complexa e rica criação cultural. Lugar do efêmero e do permanente, de códigos secretos/sociais, operacionais, de guetos – mas também de linguagens universais, nos anúncios, na publicidade, em alguns sinais de uso universal. Fausto é uma

criação urbana e só nela pode florescer a excentricidade do gênio, do mágico, do palhaço, do *outsider*, do escroque de classe. Só nela o estadista, o orador popular, o organizador de massas, o líder religioso, o intelectual encontram o espaço onde podem desenvolver suas potencialidades. Mil e uma formas culturais e de sobrevivência nela se criam e, fora dela, pereceriam ou nem existiriam.

Minha cidade, nossa cidade, nela o eu se plenifica no encontro do outro, ou se faz “multidão solitária” no anonimato.

Ela é permanente desafio, nela o homem reconhece o seu fracasso ou dificuldade em criar sua verdadeira identidade humana.

5. Notas para o Plano Diretor da Cidade do Recife *

5.1 Expectativas Sociais

PODEMOS afirmar que a totalidade dos depoimentos sobre a cidade, das mais diversas instituições, representações e posições sociopolíticas, coincidem em um ponto: todos expressam uma clara percepção de sua problemática social, uma profunda identificação, amorosa até, com o Recife e o desejo de vê-lo transformado em uma cidade de melhor convívio humano e que apresente um quadro social menos dramático e menos polarizado entre a riqueza de alguns e a miséria de muitos.

Quase todos reconhecem ainda que a cidade é atravessada por uma grande clivagem econômica, social e política, com uma grande tradição de luta. Destaca-se, neste particular, a percepção de que, apesar do “alto teor de degradação social, a sua população apresenta um forte conteúdo de resistência cultural”, a constituir uma de suas marcas principais e distintivas.

A explicitação das expectativas sociais sobre a desejada cidade do Recife deve ser posta necessariamente face a tais percepções.

Existe, assim – e este é um elemento fundamental a ser levado em conta pelo poder municipal e notadamente na formulação do presente **Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife** –, uma cidadania contida, cuja potencialidade apresenta-se como um fator essencial para as transformações desejadas.

* Estas notas foram escritas como subsídios para o Plano Diretor da Cidade do Recife. Elas sintetizam a fala de diversos segmentos sociais, através de entrevistas e, na parte dedicada à cultura, contém reflexões que, parece, não perderem atualidade. Todas estas notas foram redigidas nos finais de 1990, sendo sua forma final de responsabilidade do seu autor.

É verdade, também, que alguns depoimentos apontam a reduzida participação política efetiva de sua população, afirmando que “dizer que o recifense é politizado é mentira, a maioria não sabe seus direitos. Apenas 10% interessam-se pelos seus direitos”.

Tal constatação, contudo, não impede o reconhecimento da existência de uma intensa demanda social, de carecimentos vários e de reconhecíveis avanços em sua formulação, através de inúmeras representações sociais organizadas e de sensibilidades políticas diversas.

Dois problemas são apontados como cruciais, notadamente pelos setores populares: o do acesso ao solo urbano, do disciplinamento do seu uso e, correlato ao mesmo, o da habitação; e a questão da oferta de emprego. A cidade desejada é uma cidade na qual tais problemas, vistos como fundamentais, sejam atacados e, na medida do possível, colocados como prioridade. Até porque muito dos outros carecimentos da cidade e muito dos aspectos que nela são indesejados daí decorrem.

Aos mesmos está ligada a ampliação da infraestrutura de abastecimento d'água, saneamento, distribuição de energia elétrica, telefones públicos e privados¹, saúde, educação e lazer.

No tocante aos três últimos, deseja-se uma cidade na qual os mesmos sejam **especialmente melhor distribuídos**. Que a saúde, a educação e o lazer estejam mais facilmente ao alcance da população, onde ela reside.

O desejo de lazer descentralizado traduz-se na demanda pela ampliação do número de praças e parques públicos e também pela possibilidade de existência de manifestações artístico-culturais locais, entre elas e o teatro.

Lamenta-se o progressivo desaparecimento dos espaços de lazer, de fácil acesso e de custo reduzido, como os antigos campos de peladas, que cedem lugar a construções de caráter especulativo. Sugere-se uma atenção

¹ Somente 16% da população da cidade tem acesso ao telefone residencial (1990).

especial para essa questão, de forma, inclusive, a combater os efeitos destruturadores da não ocupação do tempo livre. A intensificação do uso dos espaços públicos já existentes, entre eles, as quadras e os espaços escolares, foi sugerida, mas de maneira a integrar a comunidade a tais espaços, geralmente apontados como mal ou subutilizados. Para tanto, a própria comunidade deve participar em alguma medida da gestão de tais espaços para senti-los como seus, integrando-se à sua conservação e uso.

Ligada ao lazer, mas não unicamente a ele, está a demanda pela melhoria e ampliação do transporte coletivo. As praias foram apontadas por todos como um dos lugares mais populares, no entanto deseja-se que o sistema de transporte coletivo facilite o acesso às mesmas, através de linhas de ônibus que, no sentido norte/sul, as interliguem mais diretamente aos outros bairros. A interligação direta entre os diversos bairros e uma maior oferta de viagens também foram expressas como uma necessidade. A população deseja ter uma maior mobilidade espacial, para seu lazer e trabalho, em condições de menor custo e com menor perda de tempo.

Boa parte de uma desejada cultura cívica, respeitadora do espaço público e manifestação de uma cidade humanizada está expressa na demanda por um melhor disciplinamento do tráfego, notadamente no que diz respeito aos direitos dos pedestres. A ampliação do número de sinais de tráfego, a clara delimitação das passagens de pedestres e seu respeito, em especial nas ruas e avenidas de maior movimento e diante de escolas, hospitais, repartições públicas, entre outros, propiciariam o reconhecimento coletivo da dignidade da vida humana, teriam um efeito importante na educação de uma indispensável convivência urbana. E, igualmente importante, em alguns locais, a instalação de passagens suspensas de pedestres, onde o fluxo do tráfego não comporta a colocação de sinais.

Deseja-se também a existência de uma maior coordenação entre os poderes estadual e municipal, sobretudo a execução de obras de

infraestrutura, de forma a utilizar melhor os recursos, mas também no sentido de minimizar os transtornos causados aos habitantes.

Todos reconhecem que o chamado comércio ambulante constitui um grande problema da cidade, mas que ultrapassa o poder de decisão municipal. Problema que tem raízes estruturais, vinculando-se especialmente à manutenção da extrema concentração fundiária e ao processo de modernização na agricultura, expulsando mão de obra, que busca a cidade na tentativa de sobreviver. Expressa-se, em consequência, a percepção da necessidade de transformações no campo, de maneira a aliviar a cidade da pressão demográfica, cujas necessidades ela é incapaz de atender. No entanto, o reconhecimento da dimensão extraurbana do problema não significa pensar que o poder municipal deva se eximir de enfrentá-lo. A questão dos ambulantes aparece como a face mais visível do problema social que atinge boa parte da população da cidade, com evidente rebatimento sobre deterioração do centro urbano. A questão dos ambulantes, portanto, deve ser atacada em várias frentes, devendo o poder municipal procurar disciplinar tal atividade, buscando uma solução que não se baseie na repressão ou perseguição à mesma.

Os ambulantes devem ser conscientizados de sua responsabilidade com a conservação da cidade, notadamente no que toca a sua limpeza. Isso vale também para a população em geral e inclui um ativo respeito pelo espaço público, inclusive das praias, evitando-se transformá-las em depósito indiscriminado de lixo.

Ao lado da identificação com a cidade, expressa no reconhecimento da sua beleza, mesmo quando apontada sua degradação em vários aspectos, existe o desejo de vê-la melhor tratada e melhor aproveitada em suas potencialidades, inclusive turísticas. A recuperação do Capibaribe, sua despoluição, a exploração do seu potencial turístico inscrevem-se também no perfil da cidade desejada por todos. Isso também significa o reconhecimento da necessidade de ser desenvolvida uma intensa e permanente campanha educativa para que a população possua uma maior consciência quanto ao uso do espaço público, sentindo-se também

responsável pela sua conservação e atuando como fiscalizadora. O próprio Plano Diretor, através de sua divulgação e discussão a mais ampla possível, deve atuar nesse sentido.

Deseja-se também uma cidade que ofereça maior segurança aos seus habitantes e que o poder público mantenha um permanente controle sobre suas condições para atender situações emergenciais.

Quanto à administração municipal, sugere-se que:

- a mesma leve em conta as comunidades, valorizando-as através de planejamentos e execuções de ações que venham de baixo pra cima. As comunidades, melhor que ninguém, conhecem seus próprios problemas, mesmo quando não tenham necessariamente o controle sobre as soluções técnicas;

- seja prevista a criação de mecanismos de representação e gestão descentralizadas, algo denominado de democracia territorial, com a participação dos diversos agentes da cidade no esforço de dirigi-la: “os investimentos escassos devem acompanhar a lógica da distribuição do poder, que é o poder descentralizado”;

- o prefeito deve reservar um dia destinado a atender as comunidades;

- o poder municipal deve se expor, procurando diminuir a grande distância ainda existente entre o mesmo e a população.

O cumprimento dos preceitos constitucionais – Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município – no que tange aos deficientes físicos, aparece com uma das faces da nova cidade desejada. Que aos mesmos sejam garantidos acesso a empregos, possibilidades de deslocamento físico, acessibilidade aos lugares e edifícios públicos, etc.

Foi também expresso o desejo de uma maior e permanente democratização da informação em nível municipal, através dos seguintes instrumentos:

– divulgação antecipada, com apresentação compatível ao entendimento geral, da proposta de orçamento municipal.

– criação de um sistema municipal de informação, de fácil acesso e permanentemente atualizado, que inclua o Arquivo e Biblioteca da Câmara dos Vereadores, o Arquivo da Prefeitura da Cidade. *Notar que a Câmara de Vereadores tem uma biblioteca na qual não consta nem um único livro sobre a cidade e que seu Arquivo só agora está sendo organizado. Os Anais da Câmara, desde mais de 10 anos, não são publicados e foi impossível encontrar na própria Câmara uma coleção completa acessível dos mesmos. Não existe um sistema municipal de informações e dados básicos têm de ser penosa e custosamente elaborados. A Câmara Municipal não dispunha nem de uma lista de seus vereadores, a partir da década de 1940. Para obtê-la foi necessário reconstituí-la por meio de uma demorada pesquisa.*

5.2 As perspectivas

As relações sociais na cidade do Recife têm sido historicamente marcadas por uma grande polarização, traduzida em grandes desníveis de renda, em segregação social e espacial, em diferentes circuitos de relação com o espaço urbano, em distinções demarcadas na constituição do espaço público e privado. Tudo isso se traduz em graus diversos de atendimento das necessidades, em uma hierarquização da cidadania que vai do seu reconhecimento para uma diminuta parcela da sua população, até sua inexistência para uma grande maioria.

Essa polarização nem sempre se traduz através de uma clivagem política de representação classista fechada.

Nos vários segmentos sociais, embora possam ser detectadas sensibilidades políticas básicas, autorreferenciadas a uma representação de interesses próprios, encontram-se identificações com interesses de outras classes sociais.

Do ponto de vista das classes sociais, é perceptível uma tendência da classe média no sentido de uma crescente segregação socioespacial, “desligando-se” do conjunto do espaço urbano, elaborando códigos próprios e criando um tecido de relações que a torna indiferente aos grandes problemas da cidade. A evolução dessa tendência tem politicamente como consequência a formação de uma base social para projetos políticos ditos **modernizadores**, que traduzem a revitalização atual do neoliberalismo. Como parte dessa classe média tem seus problemas básicos já resolvidos ou os resolve no mercado, deixa de atuar como elemento de pressão face ao Poder Público, ou então pressiona apenas no sentido daqueles setores que mais a interessam e em consonância com o neoliberalismo. Exemplo disso é a importância dada ao problema da segurança ou do **embelezamento** da cidade, para que seja uma vitrine turística.

Muito do desdobramento de tal tendência dependerá em grande parte de fatores externos ao espaço urbano do Recife, ligando-se ao êxito ou não do projeto neoliberal. Seja como for, esse segmento de classe média constitui hoje uma dimensão importante da sociedade do Recife e já tem cristalizada sua sensibilidade política, embora, em conjunturas mais desfavoráveis, possa apresentar reajustes e modificações setoriais.

Quanto às camadas mais pobres da população, independente de adesões a esta ou àquela das representações políticas polarizadoras, continuará lutando pelo atendimento às suas necessidades básicas, através, em grande medida, de reivindicações dirigidas ao poder público. O exemplo mais eloquente disso está na questão do acesso ao solo urbano e à habitação, mas envolve também a saúde, lazer, educação, assistência em geral. No tocante ao emprego, caso não haja reversão da situação atual e de sua tendência, procurará sobreviver através das formas já tradicionais do comércio ambulante, dos biscates, da prostituição, da mendicância, da delinquência econômica, entre outras.

Face a esse quadro, o poder municipal está posto diante de escolhas cruciais que não podem ser tomadas sem levar em conta a

polarização já apontada. A definição de uma filosofia básica de ação tem de necessariamente escolher entre prioridades sociais que são prioridades de classe. A partir do que está exposto nos Termos de Referência do PDCR, é lógico concluir que tal filosofia deve voltar-se para o atendimento das necessidades da maioria, inclusive através da reiterada afirmação da importância conferida a uma gestão municipal participativa.

Além disso é fundamental que a Prefeitura da Cidade, ao reconhecer os inegáveis limites de sua ação em relação a determinadas causas estruturais dos problemas que findam por desaguar no espaço urbano, não se exima de buscar minimizá-los através dos instrumentos ao seu dispor. Mas também o Poder Municipal, e aí está incluída a Câmara dos Vereadores, tem uma incontornável responsabilidade de representação política dos interesses dos habitantes do município do Recife e não deve hesitar em fazer uso das pressões necessárias para que as outras instâncias do poder enfrentem os citados problemas estruturais.

5.3 Os elementos limitadores e estimuladores para o desenvolvimento da cidade do Recife

Existe um entendimento praticamente unânime de que o presente e o futuro da cidade são indissociáveis de sua inserção em um complexo político-econômico estadual, metropolitano, regional, nacional e internacional. Conjunturas político-econômicas nesses diversos níveis, se apontarem para o crescimento dos instrumentos produtivos e para uma política de melhor distribuição da renda e da riqueza, terão efeitos positivos sobre a cidade. Caso apontem em sentido contrário, a cidade sofrerá em consequência, agravando seus conhecidos problemas.

No âmbito das forças, representações e atores sociais que atuam mais diretamente no e sobre o espaço da cidade, podem ser apontados os

seguintes fatores limitantes à realização de um estado desejado que minimize seus atuais problemas:

- diferenças quanto ao próprio estado desejado, levando a conflitos insolúveis, dado que muitos dos interesses têm base sociopolítica divergente;

- uma tradição cultural e política de exclusão da maioria e de pouca sensibilidade para a questão social, salvo, muitas vezes, para sua exploração clientelística ou eleitoreira;

- o descrédito e descrença na representação política e na ação do poder público;

- a ausência de uma cultura do bem público, que reconhece o espaço do outro, respeitando-o como cidadão;

- a resistência à perda de vantagens, privilégios e impunidades, decorrente do desenvolvimento de uma cultura política paternalista, autoritária e clientelista;

- a conivência do poder público com tal cultura e a “privatização” do Estado, em benefício de grupos e minorias;

- a pouca sensibilidade das representações sindicais para a questão da qualidade de vida e para a luta por uma cidade transformada;

- a indiferença de setores de classe média – com grande poder de pressão – para com os problemas da cidade, salvo quando expressam uma atividade de autodefesa, face, por exemplo, à violência;

- a desagregação do tecido social, atualmente intensificada, através da criação e reprodução de uma “cultura parasitária”. Boa parte da população hoje se cria, já desde criança, como pedinte, ou através de atividades improdutivas. A classe média atua como “involuntária” redistribuidora de renda e tal sobrevivência parasitária impede a criação de uma estrutura socioindividual capaz de traduzir-se em consequente representação de interesses e em cidadania;

- uma geral exploração da força de trabalho, através do desrespeito aos direitos mínimos – carteira de trabalho, limitação de horas de trabalho, condições de trabalho –, embrutecendo o trabalhador e limitando sua vida a uma mera sobrevivência física;

- o baixo grau de reconhecimento de direitos individuais e coletivos, aceitação passiva ou inconsciente da grande degradação de qualidade de vida a que a maioria é submetida.

Os elementos estimulantes podem ser identificados como sendo os seguintes:

- a redefinição político-institucional, com a redemocratização e a normatização constitucional. É inegável que tal fato tem permitido – apesar de todo pessimismo e descrença – pôr a discussão dos problemas da cidade em um outro patamar. A participação da sociedade civil e dos movimentos populares na elaboração da Lei Orgânica do Recife e do próprio PDCR são o melhor exemplo disso;

- a existência das organizações populares, sindicais e da sociedade civil burguesa, embora seja necessário uma maior coordenação entre elas no que tange à ação sobre a cidade;

- a existência de uma “cidade contida”, mas potencialmente mobilizável e capaz de engajar-se na luta por uma cidade mais justa e melhor para todos;

- a existência de uma razoável massa crítica, de quadros qualificados, atuantes nas universidades, órgãos públicos, empresas;

- a posição de metrópole regional da cidade do Recife, contando com instituições, equipamentos, tradições culturais;

- a força da cultura popular, capaz de resistir a sua própria desagregação social.

5.4 A cultura

A identificação dos elementos básicos da formação e das características culturais da cidade do Recife deve ser posta em relação ao que podemos denominar de **campo cultural**.

Este envolve um complexo de ações e valores permeados pelas relações de poder, pelas relações sociais, por instituições, pelos veículos de comunicação, pelas formas de sua existência, enfim.

Uma das principais características da formação cultural do Recife encontra-se na força simbólica e aglutinadora de sua cultura popular, em especial, naquelas manifestações mais diretamente vinculadas às grandes festas populares, notadamente ao carnaval e ao ciclo dos festejos juninos. Tais manifestações têm sido, ao longo dos anos, objeto de intervenção de uma política cultural patrocinada pelo poder, nelas vendo uma forma privilegiada de legitimação e de cristalização de uma marca identificadora da cidade.

Essa intervenção apresenta-se também diretamente ligada à ideia de **vender** a cidade em termos de atração turística. Assim, todo um complexo cultural local, que vai da culinária ao frevo, diz da cidade e é apresentada como atração própria.

No entanto, vale salientar que esse complexo cultural possui uma relativa autonomia e vitalidade, existindo independentemente da ação do Estado. Essa vitalidade e relativa independência não escondem o fato de que boa parte da rica produção cultural é elaborada em condições econômicas, sociais, e políticas de exclusão e até de miséria. A cultura popular, capaz de tanta força expressiva e de atrair para si classes sociais mais privilegiadas – notadamente no carnaval –, apresenta, assim, uma tenaz e dramática luta de autoafirmação em condições adversas de dominação e, ao mesmo tempo, desde muito, deixou de ser uma cultura **fechada**, socialmente isolada. Se, por um lado, ela enfrenta uma complexa e sofisticada elaboração cultural produzida e veiculada pelos meios de comunicação de massa, situados fora da região, por outro estes

mesmos meios a utilizam e promovem, inclusive, em mensagens publicitárias, sinal de poder da cultura popular de provocar identificação e de ser identificadora, para além de segmentos sociais determinados.

É importante assinalar que essa cultura popular, ao ultrapassar suas bases sociais imediatas, penetra também em um vasto campo cultural, ao ser cada vez mais associada ao universo das mensagens e manifestações políticas. Estas, e isso é fundamental na caracterização da cultura da cidade, são cada vez mais indissociáveis da festa pública, até porque a veiculação política das mensagens depende cada vez menos do espaço tradicional dos comícios, sendo cada vez mais associada à manifestação festiva e simbólica de pertencimentos do que à doutrinação.

A identificação básica da cultura da cidade com sua cultura popular não significa evidentemente que esta ocupe todo o seu campo cultural, nem que sua existência seja isenta de conflitos e ambiguidades, face às transformações que a cidade vem sofrendo.

Nesse particular, deve ser lembrado que boa parte das suas bases simbólicas e até sociais é rural e que, portanto, enfrenta cada vez mais a criação de outros valores propriamente urbanos e expressão das complexas relações advindas da industrialização. De certa forma, a cultura popular enraizava-se em um mundo pré-capitalista e vê-se posta diante de nova sociabilidade, cada vez mais marcada pelas leis de mercado, com rupturas inevitáveis do mundo da solidariedade comunitária tradicional.

Por fim, deve ser salientado que, em termos de uma política cultural, tais questões não podem ser ignoradas e que a ação do poder público deve contemplar o grau de complexidade social da cidade.

Em outras palavras, o reconhecimento das características mais profundas da cultura da cidade do Recife não deve significar um fechamento em um tipo de ação folclorizante, mas deve reconhecer que a mesma apresenta circuitos diferenciados de formação e consumo cultural, com **contemporaneidades diversas**. Estas podem e devem conviver e a nova cidade não pode deixar de ser também uma cidade que alargue e reafirme sua tradição histórica de **província oceânica**.

6. Direitos humanos na Cidade Cruel*

PROPOREI algumas reflexões sobre a questão dos Direitos Humanos, sobretudo a partir de um ponto de vista situado no tempo e no lugar que são os nossos aqui e agora. Assim, fugirei talvez de uma discussão mais restrita ao tema proposto: “o conteúdo Ideológico dos Direitos Humanos”. Não que tal discussão seja considerada por mim totalmente inútil ou irrelevante, mas, no caso presente, creio ser mais urgente fazê-la partindo do cotidiano, de gestos e atos sobre os quais podemos atuar mais diretamente.

1 – O postulado, consideremos assim, da universalidade dos Direitos Fundamentais do Homem, esbarra em um grande obstáculo: a forma de nossa organização social fundada sobre a desigualdade. Tal obstáculo condenaria a afirmação da universalidade dos Direitos do Homem, a não ser que se chegasse antes a resolver tal questão da desigualdade. De fato, muitas experiências históricas de organização político-social – por vezes, sob inspiração ideológica antagônica –, ao enfrentar tal obstáculo, propuseram (e propõem) respostas ao mesmo que significaram sacrificar a base, ainda que estreita, limitada e contraditória, da própria afirmação dos direitos da pessoa humana. Buscando enfrentar a questão do ordenamento social, somente por uma estreita visão de necessidade materiais – certamente fundamentais, mas insuficientes –, elegeram o crescimento econômico, a acumulação da riqueza material como o objetivo central ao qual tudo devia se subordinar e pelo qual tudo o mais deveria ser sacrificado. Existe, nessa atitude, uma limitada visão

* Texto apresentado no ciclo de debates sobre Direitos Humanos, promovido pela Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal do Recife, em fevereiro de 1987. Publicado originalmente nos **Cadernos de Serviço Social**, Recife, UFPE, n. 5, set. 1987, p. 22-27.

mágica e mecanicista, segundo a qual, resolvidos os problemas da organização material da sociedade, assegurados patamares de crescimento econômico definidos tecnocraticamente e autoritariamente, chegar-se-ia depois à resolução de todas as outras questões, consideradas, então, menores, ou, pior ainda, um luxo de sociedades ricas.

Existem, de fato, gritantes insuficiências nessa postura, a primeira das quais é que nada ou ninguém garante que, ao se sacrificar, em um processo histórico real, valores ético-sociais fundamentais, estes possam ser recompostos depois de uma maneira automática, espontânea. Além disso, existe – e penso particularmente no caso brasileiro recente – uma distorção de base na visão do processo histórico que configurou a formação de sociedades vistas como modelares, que teriam, segundo tal visão, primeiro crescido, acumulado riquezas, para depois, então, se dar ao luxo de cuidar das questões atinentes aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Nas referidas sociedades, inegavelmente, a base do processo do desenvolvimento social como um todo, também foi marcada – e ainda o é – por desigualdades, mas estas não foram aceitas passivamente, nem constituíram obstáculos intransponíveis no sentido de assegurar conquistas na afirmação de direitos da pessoa que caminhassem concomitantemente com o processo de acumulação de riquezas. Não desconheço que os países centrais beneficiaram-se de uma posição de privilégio ao dominarem em seu proveito os países periféricos e que a contrapartida da conquista crescente da liberdade nos primeiros foi quase sempre a escravização e a miséria nos últimos.

Isso é certamente verdade, mas parece-me que não podemos simplificar demasiado tal questão, justificando nossos problemas, nossa miséria, tão só por injunções externas. De qualquer forma, a discussão aprofundada de tal questão escapa mais diretamente ao nosso propósito aqui. Voltemos, pois, ao mesmo. Em síntese, o que quero afirmar, neste primeiro momento de nossa reflexão, é que, malgrado as limitações de ordem histórica mais longínqua e aquelas mais imediatamente presentes,

que marcaram e marcam a busca de um ordenamento social que se inspire na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devemos lutar, no nosso chão e no nosso tempo, para torná-la uma realidade nos limites de hoje e no projeto do amanhã. Em outras palavras, tais limitações não podem ou não devem servir de justificativa para sacrificar-se o presente em nome de um futuro de perfeição.

Nesse particular, ainda é necessário lembrar que, dentro da experiência histórica da humanidade, não existe, até o presente, em termos reais, nenhuma sociedade que possa ser tomada como um modelo de realização das aspirações humanas mais avançadas e mais generosas, o que não significa dizer que todos os gatos são pardos ou que nada mudou ou mudará na fase da Terra. Nesse sentido, o que quero afirmar é que o mundo do homem ainda é um projeto, mas que só poderá ter futuro se tiver por base o real, incorporando-o para negá-lo.

2 – Certamente a afirmação dos Direitos Humanos, mesmo sua inclusão nos currículos escolares, não passará de uma piedosa mistificação se não encontrar as condições materiais concretas e reais de sua plena existência. As condições materiais de vida da maioria da população brasileira já por si evidenciam o quanto estamos longe de uma base mínima de respeito aos princípios mais elementares da proclamada dignidade da pessoa humana, neste final de milênio, no qual, diante de tanta conquista científica, tecnológica e material, mais escandaloso e incompreensível aparece tal quadro. Contudo, e insisto neste ponto, o mesmo não pode ser invocado para que não se coloque como igualmente presente a questão dos direitos humanos, inclusive daqueles que não parecem estar vinculados de forma imediata à resolução de tais condições materiais de existência. De fato, é, no mínimo ilógico, estabelecer uma hierarquia de direitos, ou considerar que interessa a maioria da população tão somente ter o pão de cada dia e que tudo o mais, como, por exemplo, a liberdade e a cidadania, é luxo burguês. Nessa atitude, há, a meu ver,

desprezo pelo povo, sob uma aparente postura de radical defesa dos seus interesses.

De mais, assim conceituado, o povo perde sua existência real, torna-se uma abstração manipulável em nome da qual se fala, se decide, se faz. Daí para fazer tudo isso **contra** ele é um passo, que, no Brasil, não se teve muito pejo em dar.

Para que a inclusão da questão dos direitos humanos nas cogitações da rede de ensino municipal seja mais que um repassar de informações inócuas e até formadora de “cidadãos passivos”, como foi o caso das tão malfadadas disciplinas de Moral e Cívica e OSPB, podemos nos perguntar: a partir de que problemas ou situações, deve a escola trabalhar tal tema? Como fazer para que a escola não o reduza a mais uma disciplina como as outras? Penso que não há uma fórmula ou uma receita para tal. A própria realidade é tão cheia de situações/desafios que, observando-a crítica e criativamente, desde o ponto mais imediato da experiência e da existência de cada um, surgirão as mais variadas questões a exigir reflexão e intervenção. Nesse sentido, a dificuldade não será certamente a falta de “material” a ser trabalhado, mas, ao contrário, a sua esmagadora abundância. Basta ler os jornais, ligar o rádio ou a televisão, por o pé fora de casa, às vezes, até nem precisa tanto...

Esta seria, pois, a atitude inicial: abrir os olhos, pensar, fazer pensar, falar e fazer falar. Proponho que se trabalhe a questão dos direitos humanos não só a partir do texto consagrado. Este pode e deve ser tomado como referência, mas para iluminar a visão sobre o que nos cerca, para igualmente enriquecê-lo pela consideração das inumeráveis situações que o interpelam e lhe dão carne, sangue e vida. Penso, ainda, ser possível propor uma questão, a partir da qual se possa ordenar, ao mesmo tempo, uma rica discussão e uma, quem sabe, eficaz intervenção. Essa questão é a do espaço público e, nele, das formas e maneiras de convivência social, do existir da pessoa inclusiva como usuário desse espaço, mais precisamente no âmbito da organização urbana. Sei que essa não é a única maneira de abordar a questão e talvez nem seja a melhor. Se a proponho é porque a

tenho observado de forma atenta, até porque tenho sofrido de uma maneira pessoal a sua organização ou desorganização. Além do mais, sofrendo-a, procuro entendê-la, observá-la como a materialização de uma história de dominação social e política. Proponho que se parta da cidade, como um microcosmo, aí onde se afrontam e atuam os poderes. O Estado sob suas diversas formas – as forças sociais, políticas, os interesses, as paixões. Aí onde se procura ganhar a vida, encontrando-se, por vezes, a morte. Aí onde se configura, com mais nitidez, o projeto social da classe dominante, em toda sua crueza, com o que pode ter de criativo e quase sempre de monstruoso, feio, violento.

Vivemos um processo de urbanização e industrialização com valores e pessoas arrancados do mundo rural, onde inexistia cidadania, espaço público e as determinações de regras acima dos indivíduos e às quais todos se submetem. Transpôs-se e tem se reproduzido nas cidades o mundo dos senhores rurais, onde a lei quebra-se diante do arbítrio e da independência antissocial do espaço intraporteadas. Daí provêm a base social e o lastro histórico que permitiram a instauração de um tal espaço urbano, onde praticamente desapareceram as mais elementares regras de convivência pública. Espaço no qual tudo é permitido, onde a violência não é uma manifestação localizada da “marginalidade”, mas penetrou todo o tecido social, sob a indiferença quase geral ou a impotente indignação de alguns. O Estado, todo poderoso na repressão política, abandonou inteiramente ao arbítrio dos indivíduos tudo o que dizia respeito às formas e normas da convivência social, ao ordenamento do espaço público.

Atente-se, por exemplo, como se instaurou e vigora o impune desrespeito ao indivíduo nesta mais que barbárie, na qual se tem transformado nosso trânsito. Como pensar em cidadania, direitos humanos, se não se pode atravessar com tranquilidade e dignidade uma rua? Aí não está, em resumo, sob uma forma aparentemente menor, a cristalização de um perverso mecanismo psicossocial, no qual desapareceu o direito à vida e impera a irresponsável potência da morte? Aí não se manifesta, ainda de forma clara, imediata, o desenvolvimento da função

social reguladora do Estado e do próprio uso coletivo do espaço, de forma humana e responsável? Trago essa questão, porque nela vejo a expressão concreta desta dupla insensibilidade quanto ao respeito à vida – base primeira de qualquer política de direitos. Insensibilidade do poder público, insensibilidade da coletividade, que se deixa tratar cotidianamente de forma brutal, que incorpora e normaliza comportamentos que a tornam como que um “trambolho” no espaço público.

No Brasil, nesta pesada mistura de herança colonial escravista e de um capitalismo depredador, forte e livre, diante de uma sociedade fracamente organizada, culturalmente pobre, esfacelada e invertebrada, a questão dos direitos humanos não pode ser vista somente do ângulo do Estado. Existe uma tal interpenetração entre este e a sociedade que é impossível dar ao primeiro a única e absoluta responsabilidade pelo que sofremos. É um grande erro, penso, fazer tão somente o processo do Estado, neste e em outros campos, retirando dos indivíduos e da sociedade suas responsabilidades. Analisar nossa realidade dessa forma é fazer do Estado um ente totalmente acima e separado da sociedade. É dar-lhe uma existência ideal, contrariando a mais elementar das regras de análise história.

REFERÊNCIAS

A CONSTRUÇÃO, Norte Nordeste, n. 8, jan. 1974, p. 14.

A CONSTRUÇÃO, Norte Nordeste, n. 16, set. 1974, p. 10, 11, 12, 13, 15.

ANDRADE, L. L. Paes de. Parecer sobre a criação da Inspeção do Algodão em Pernambuco (Introdução e notas de Denis Bernardes). In: **Temas**, n. 4. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1978.

ANDRADE, Manoel Correia de Oliveira. **Recife**: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife, UFPE, 1979.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **Movimentos nativistas em Pernambuco**: setembrizada e novembrada. Recife, UFPE, 1971.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas**: Máscaras do Tempo (Entrudo, Mascarada e Frevo no Carnaval do Recife). Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife, UFPE, 1992.

ARQUIVOS, REVISTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, ano I, n. 1, março de 1942, p. 254 et seq.

AZEVEDO S. J., Pe. Ferdinando (Org.). **Carlos Alberto Menezes**: Ação Social Católica no Brasil: Corporativo e Sindicalismo. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1986.

BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BERNARDES, Denis. Direitos humanos na Cidade Cruel. **Cadernos de Serviço Social**, Recife, UFPE, n. 5, set. 1987, p. 22-27.

BERNARDES, Denis; PERRUCCI, Gadiel. O caranguejo e o viaduto: notas para uma história do Recife. **Série Comunicações**, Recife, n. 34, p. 1-62, Pimes/UFPE, 1990.

BERNARDES, Denis; PERRUCCI, Gadiel. **Recife, o Caranguejo e o Viaduto**. Recife: Pimes/UFPE, 1990.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRADLEY, Sandra. **Açúcar & Poder**. Recife: Condepe, 1978.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Constituição (1967). Decretada e promulgada em 24/01/1967 e publicada no Diário Oficial da União em 20/10/1967.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ato Complementar n. 4, de 20/11/1965. Publicado no Diário Oficial da União de 22/11/1965.

_____. Constituição (1967) Emenda Constitucional n. 1 de 17/10/69. Publicada no Diário Oficial da União em 20/10/1969.

_____. Lei complementar n. 14 de 08/06/1973. Publicada no Diário Oficial da União em 11/06/1973.

BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. **Gota d'Água** (musical). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento**: Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **La Construcción de Conocimientos**. México: Era, 1977.

CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da Cidade do Recife**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

_____. **Geografia da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

_____. O ciclo do caranguejo. In: _____. **Documentário do Nordeste**. São Paulo, Brasiliense, 1968. p. 25.

CAVALCANTI, Paulo. **Eça de Queiroz agitador no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1977.

CLAVAL, Paul . **Espace et pouvoir**. Paris: Puf, 1978.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1982. v. 1 (p. 619 e p. 620-626), v. 2 (p. 517-520).

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

DIEGUES, Carlos (Dir.). **Bye, Bye Brasil** (filme). Rio de Janeiro: Embrafilme, 1979.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano. t. III, v. 1. São Paulo: Difel, 1975.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara; MENDES, Claudinei. O escravismo colonial. In: BENCI, Jorge (S.J.). **Economia cristã dos Senhores no Governo dos escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. **Livro do Nordeste**. (reedição fac-similar). Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. v. I.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

GRAHAM, Richard. **A Grã-Bretanha e os inícios da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUERRA, Flávio. **Arrecife de Sam Miguel**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1954.

_____. **Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos**. Recife: Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, 1960.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quadro Séculos de Latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWN, Eric J. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ILHA, Frei Manuel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil, 1584-1621**. Notas e tradução de Frei Ildefonso Silveira (O.F.M.). Petrópolis: Vozes, 1975.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasileiro**. Recife: Assembleia Legislativa do Estado, 1980. Parte segunda, p. 438-439 (fac-símile da ed. de 1859-1861-1862).

JORNAL DO COMMERIO (PE). Edições de 11/11/1990 (“Favela Entra-Apulso é a face da miséria do bairro de Boa Viagem” e “Uma super-favela inchando Boa Viagem”); 02/09/1990 (“Bompreço é a 40ª maior empresa privada do país”); e 02/09/1990 (“No *Shopping*: Céu, realidade e diversão”).

LACERDA, Mário. **Regionalização Agrária do Nordeste**. Recife: Sudene, 1978.

LEBRET, L. J. **Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústria interessando a Pernambuco e ao Nordeste**. Recife: Codepe, 1955.

LEVINE, Robert M. **A Velha Usina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, Manoel de Oliveira. **Pernambuco seu desenvolvimento histórico**. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1978. Coleção Pernambucana, v. I.

LIMA, Rosa Maria Cortez de. **O morar e a moradia**: as representações dos moradores da favela do Chié no Recife. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, 1990.

LIVRO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO EM OLINDA. Recife: Imprensa Oficial, 1948. (separata da **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, n. XLI, anos 1946-1947).

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARANHÃO, Gil. Notas sobre o Recife primitivo: A alfândega. **Revista do Norte**, Recife, série III, n. 5, p. 19-26, junho de 1952.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Paulo Henrique M. Participação das Elites Açucareiras na Política Pernambucana: alguns cenários prováveis. In: LAVAREDA, Antônio (Org.). **A Vitória de Arraes**. Recife: M. Inojosa, 1987. p. 63-81.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de. **O Forte das Cinco Pontas**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1976.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Antônio Vaz. Novos documentos a seu respeito, 1585-1610. **Cadernos da Faculdade de Filosofia de Pernambuco**, Recife, n. 3, p. 5, 1962.

_____. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. 2. ed. Recife: UFPE, 1966.

_____. **Gente da Nação**. Recife: Massangana/Fundaj, 1990.

_____. **João Fernandes Vieira**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1967. v. II.

_____. O Chamado Foral de Olinda, de 1537. **Revista do Arquivo Público**, Recife, n. 13, p. 48, dezembro de 1974.

_____. **Tempo dos Flamengos**: influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil. 2. ed. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1978. Coleção Pernambucana, v. XV.

_____. Por uma história do Império vista do Nordeste. **Estudos Universitários**, Recife, vol. 1, julho/setembro 1972, UFPE, p. 51-60.

MELO, Mário Lacerda de. A Cidade do Recife. **Arquivos**, Recife, Nova Série, n. 1, p. 165-186, Prefeitura Municipal do Recife, dez. 1976.

_____. **Metropolização e Subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: UFPE, 1977.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento: o caso do Recife**. Recife: UFPE, 1978.

_____. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**: Guia de Excursão n. 7 do 18º Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

MEMORIAL DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986. Coleção Recife, v. XLIX.

MENEZES, Djacyr. **Outro Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

MUELLER, Frei Bonifácio (O.F.M.). **Convento de Santo Antônio do Recife**. 1. ed. Recife: Ed. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1956.

MUMFORD, Lewis. **La cultura de las Ciudades**. Buenos Ayres: Emecé, Editores, 1959.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes/INL, 1977.

NORMANO, J. F. **Evolução Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial: Sécs. XVI-XVIII**. São Paulo: Cebrap, 1974. Cad. 17.

_____. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. **Brasil em Perspectiva** (4. ed.). São Paulo: Difel, 1973.

Ó, Manuel do. **100 anos de suor e sangue**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

ODÁLIA, Nilo (Org.). **Varnhagen**: História. São Paulo, Ática, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em meio urbano. **American Journal of Sociology**, XX (março 1969), p. 577-612.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Favelas do Rio e Mucambos do Recife**. Recife: FPS, 1962.

_____. A Cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria. Anais do VII Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo. **Revista de História**, 1974, p. 579.

_____. O Canto do Cisne dos Barões do Açúcar: um Congresso de Classe. **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife de 1878**. XII.

PINTO, Estevão. **A associação Comercial de Pernambuco**: livro comemorativo do seu primeiro centenário (1839-1939). Recife: Off. Graph. do Jornal do Commercio, 1940.

PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas Igrejas**. 4. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1967.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

QUINTAS, Amaro. O Nordeste (1825-1859). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2. ed. tomo II, vol. 2. São Paulo: Difel, 1967.

QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RECIFE. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. **Anais da Câmara Municipal**. 2ª Legislatura, 1951-1955, vol. II.

_____. Resolução n. 839 (institui o Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife).

RECIFE. PREFEITURA DA CIDADE. **Diário Oficial do Município do Recife (D. O. M .R.)**. Edições de: 08/03/1969; 21/03/1969; 23/03/1969; 26/03/1969; 27/03/1969; 28/03/1969; 29/03/1969; 01/04/1969; 02/04/1969; 08/04/1969; 09/04/1969; 15/04/1969; 18/04/1969; 01/05/1969; 14/05/1969; 14/06/1969; 03/07/1969; 13/09/1969; 17/09/1969; 18/09/1969; 15/11/1969; 03/12/1969; 04/12/1969; 16/01/1970; 03/02/1970; 20/03/1970; 19/05/1970; 25/05/1970; 20/06/1970; 07/07/1970; 15/08/1970; 26/09/1970; 14/10/1970; 27/10/1970; 28/10/1970; 26/11/1970; 30/12/1970; 05/01/1971; 06/01/1971; 22/01/1971; 27/01/1971; 13/02/1971; 16/02/1971; 16/03/1971; 18/03/1971; 08/04/1971; 13/04/1971; 14/04/1971; 16/04/1971; 20/04/1971; 01/06/1971; 04/06/1971; 16/06/1971; 09/09/1971; 14/10/1971; 25/11/1971; 25/11/1971; 18/12/1971; 14/01/1972; 18/01/1972; 04/02/1972; 22/02/1972; 28/02/1972; 07/03/1972; 09/03/1972; 01/06/1972; 09/08/1972; 31/08/1972; 29/09/1972; 28/10/1972; 20/02/1973; 26/02/1973; 13/03/1973; 24/03/1973; 01/05/1973; 31/05/1973; 16/06/1973; 03/08/1973; 23/08/1973; 28/02/1974; 27/06/1974; 13/08/1974; 23/08/1974; 08/03/1975; 26/04/1975; 03/05/1975; 14/05/1975; 15/05/1975;

10/07/1975; 14/07/1975; 28/08/1975; 03/10/1975; 10/10/1975;
10/11/1975; 15/12/1975; 05/05/1976; 08/10/1976; 28/10/1976;
09/04/1979; 16/04/1979; 18/04/1979; 01/05/1979; 04/05/1979;
09/05/1979; 10/05/1979; 01/06/1979; 18/07/1979; 26/07/1979;
16/08/1979; 23/08/1979; 10/10/1979; 19/10/1979; 27/10/1979;
06/11/1979; 21/11/1979; 21/01/1980; 26/02/1980; 28/02/1980;
29/02/1980; 23/03/1980; 25/04/1980; 01/05/1980.

RECIFE. PREFEITURA DA CIDADE. Lei n. 10.383, de 01/09/1971.

_____. Lei n. 10.924, de 05/02/1973.

_____. Lei n. 10.930, de 07/02/1973.

_____. Lei n. 13.957, de 26/09/1979.

_____. Lei nº 10.384, de 01/09/1971.

RECIFE. PREFEITURA DA CIDADE/SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL.

Prefeitura nos Bairros: Gestão Democrática da Cidade do Recife. Recife: PCR, outubro de 1987.

RECIFE. PREFEITURA DA CIDADE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO-PCR/SEPLAN. **Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife.** Recife: PCR/Seplan, 1990.

PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL:

Denúncias e confissões de Pernambuco, 1593-1595. Recife: Fundarpe, 1984.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
PERNAMBUCANO. Recife, vol. XLIX, 1977.

REVISTA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, Recife, v. 1, fase 2, 1970.

REZENDE, Antônio Paulo (Org.). **Recife: que História é essa?** Recife:
Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo:
Melhoramentos, 1965.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**.
São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. Brasileira 336, cap. II.

SILVA, Neide Maria da et al. **Movimentos de bairro: repetição/invenção**.
Recife: Etapas, 1988.

SILVA, Oswaldo Pereira da. **Pina: povo, cultura, memória**. Olinda: Centro
de Cultura Professor Luiz Freire, Produção Alternativa. 1990.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**.
São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. 2. ed.
São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SMITH, Robert C. A Praia da Madeira do Recife. In: _____. **Igrejas,
Casas e Móveis: aspectos de arte colonial brasileira**. Recife: Universidade
Federal de Pernambuco; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional, 1979. p. 111-140.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de
Janeiro: Civilização, 1964.

RECIFE: O CARANGUEJO E O VIADUTO

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO	15,5 x 22 cm
TIPOLOGIA	GarndITC BkCn BT
PAPEL	MIOLO: Chambril - 90g/m ² CAPA: TP - 250g/m ²

Montado e impresso na oficina gráfica da

Editora
Universitária  UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea,
Recife | PE CEP: 50.740-530 Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930
www.ufpe.br/editora - livraria@edufpe.com.br - editora@ufpe.br

É com grande satisfação que a Editora Universitária da UFPE (EdUFPE) incorpora ao rol da *Coleção Nordestina* mais um título: *Recife, o caranguejo e o viaduto*. Trata-se de uma justa homenagem à memória do Prof. Denis Bernardes, um dos mais profícuos historiadores nordestinos, falecido em 2012, aos 64 anos. O autor dedicou toda a sua vida acadêmica à docência na UFPE, onde lecionava desde 1975, e à pesquisa, em especial, sobre a história política do Brasil no século XIX, notadamente o período anterior à Independência.

O livro que ora publicamos é a segunda edição da primeira e única versão, publicada, ainda em vida, pelo autor em 1996, também pela EdUFPE. Trata-se de uma compilação de ensaios que foram, segundo o próprio Denis Bernardes, “escritos em ocasiões diversas, mas todos voltados para um tema comum: a formação histórico-social da cidade do Recife”.

O leitor encontrará, portanto, um conjunto de textos que refletem como nasceu e evoluiu uma das principais cidades brasileiras, pondo em evidência aspectos como sua função na economia colonial e imperial, as disparidades sociais materializadas nos projetos urbanísticos por que passou e a consolidação de uma identidade cultural própria. O livro é uma espécie de “história social” do Recife, definida pelo autor, em um dos ensaios, como “Cidade Cruel”, por suas contradições, sobretudo, em relação à problemática do respeito aos direitos humanos.

Não obstante ter sido publicada originalmente há 17 anos – alguns de seus ensaios datam de mais de 20 anos –, a obra chama ainda mais a atenção por permanecer atual em pleno século XXI. Muitas das discussões que acirram os debates sobre os atuais projetos de urbanização do Recife – em especial a mobilidade urbana – são tratadas pelo autor já em meados de 1990, fato que demonstra a agudeza da percepção histórica do saudoso Prof. Denis Bernardes.

Prof^a Maria José de Matos Luna
Diretora da EdUFPE

ISBN 978-85-415-0261-0

